UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUCIENE TEODORO DAS CHAGAS PASSOS

DO CONTO AO ENCONTRO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

RONDONÓPOLIS-MT

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUCIENE TEODORO DAS CHAGAS PASSOS

DO CONTO AO ENCONTRO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade Federal de Rondonópolis, na Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Diferenças, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Elni Elisa Willms,

Rondonópolis – MT
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a). Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

P289c

Passos, Luciene Teodoro das Chagas.

Do conto ao encontro das relações étnico-raciais: Perspectivas para uma educação antirracista [recurso eletrônico] / Luciene Teodoro das Chagas Passos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 105 f., pdf). – 2024.

Orientador(a): Elni Elisa Willms.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Literatura. 2. Memórias. 3. Narrativas autobiográficas. 4. Relações étnico-raciais. 5. Infância e educação. I. Willms, Elni Elisa, *orientador*. II. Título.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos 20 dias do mês de março do ano de 2024, às **13:30** horas, **ATRAVÉS DE VIDEOCONFERÊNCIA**, sob a presidência da professora Doutora **ELNI ELISA WILLMS**, orientadora, reuniu-se em sessão pública a Banca Examinadora de defesa da Dissertação de Mestrado, a discente **LUCIENE TEODORO DAS CHAGAS PASSOS** do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM **EDUCAÇÃO**, visando a obtenção de Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. A Mestranda concluiu os créditos exigidos para obtenção do Título de Mestra, na Área de Concentração Educação, Cultura e Processos Formativos, e foi aprovada no Exame de Qualificação no dia 18 de setembro de 2023, de acordo com os registros constantes na Secretaria do PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM **EDUCAÇÃO**. Esta foi a **292º** sessão pública de Defesa de Dissertação do Programa. Os trabalhos foram instalados às **13:35** horas pela presidente da Banca Examinadora, constituída pelos professores Doutores **ELNI ELISA WILLMS** (Presidente da Banca /**ORIENTADORA**/**26XXXXXXX91**), **AGUINALDO RODRIGUES GOMES** (Examinador Interno/**84XXXXXXX49**), **ROBSON PEREIRA DA SILVA** (Examinador Externo/**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**/**40XXXXXXX95**), **RAQUEL GONÇALVES SALGADO** (Examinadora Suplente/**00XXXXXXX90**). A pós-graduanda procedeu à apresentação de seu trabalho, cujo título é "**DO CONTO AO ENCONTRO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA"**. E em seguida foi arguida pelos integrantes da banca. Os trabalhos de arguição foram encerrados às **15:36** horas, e após reunião a Banca deliberou por sua **APROVAÇÃO**. Proclamando o resultado final pela Presidente da Banca Examinadora foram concluídos os trabalhos. O Título de Mestre será conferido sob condição de apresentação, na Secretaria do Programa, da versão final corrigida na(s) forma(s) e no prazo estabelecido(s) no Regimento Interno do Programa **30 DIAS** juntamente com o Termo de Aprovação do Orientador. Cumpridas as formalidades, às **15:42** horas, a presidente da mesa encerrou a sessão de defesa, e para constar eu, **ANA LÚCIA POZZOLINI**, **ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO** do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM **EDUCAÇÃO** lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelos integrantes da banca examinadora.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. **DOUTORA ELNI ELISA WILLMS (**Presidente Banca**/ORIENTADORA)**

2. **DOUTOR AGUINALDO RODRIGUES GOMES** (Examinador Interno)

3.DOUTOR ROBSON PEREIRA DA SILVA (Examinador Externo)

4. **DOUTORA RAQUEL GONÇALVES SALGADO** (Examinadora Suplente)

Recomendações da Banca: A banca destaca a relevância e o mérito da temática, bem como a capacidade da mestranda em trabalhar com os autores escolhidos. Indica a ampla divulgação em eventos, além da publicação em forma de artigos científicos e também na íntegra da dissertação.

Ciência do (a) Discente é realizada eletronicamente através do SEI.

RONDONÓPOLIS, 20/03/2024.

Documento assinado eletronicamente por **Elni Elisa Willms**, **Docente UFR**, em 21/03/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Robson Pereira da Silva**, **Usuário Externo**, em 22/03/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Rodrigues Gomes**, **Docente UFR**, em 24/03/2024, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Luciene Teodoro das Chagas Passos**, **Usuário Externo**, em 11/04/2024, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0290145** e o código CRC **FF88D4B7**.

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas negras que desde bem pequenas sofreram e/ou sofrem com os olhares enviesados pelas cores de suas peles, pelas texturas de seus cabelos.

Aos meus trisavós, bisavós, avós, mãe Irene, pai Otávio (*in memóriam*) e demais familiares que enfrentaram espaços e tempos de grandes preconceitos raciais e resistiram de cabeça erguida para que hoje a nossa história pudesse de certa forma, com orgulho, ser contada por muitos dos seus entes queridos.

Ao meu amado irmão Divino Teodoro (*in memóriam*), que me moveu todos os dias para escrever sobre as relações étnico-raciais, pois ele sempre dizia que tinha muito orgulho em ser negro, desse modo, sempre me inspirou.

À minha *Comunidade Quilombola Abolição*, que muito me ensina a nunca desistir das lutas, a acreditar nos nossos direitos e sempre respeitar e admirar a história dos nossos antepassados.

Às crianças e às/aos estudantes que a mim foram confiadas (os) no processo ensino-aprendizagem, que contribuíram muito com a minha formação profissional e pessoal nos espaços educativos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu fidelíssimo amigo de todos os momentos, por todo o amor, força, esperança, confiança e fé para crer que Ele não faz acepção de pessoas, mas, nos ama incondicionalmente.

A minha grandiosíssima mamãe Irene, minha mestra sem mestrado, por todo amor, carinho, cuidado, amizade e ensinamento que a cada dia me inspira a ser melhor. Por ser exemplo, para mim, de mulher forte e corajosa, que levanta a cabeça e segue sempre adiante.

Ao meu amicíssimo esposo Agnaldo Fernandes, meu companheiro em várias etapas da vida, por todo seu amor e companheirismo a mim dedicados a tantos anos.

Aos meus amabilíssimos filhos: Mizael Fernandes e Samuel Fernandes, minhas fortalezas nas minhas fraquezas, por todo amor, afeto, respeito, gratidão, coragem e afabilidade em ver-me como inspiração para eles.

À prestativíssima nora Mikaila por ter emprestado os ouvidos para ouvir inúmeras vezes os meus escritos e sempre me incentivar, afirmando que estava a aprender muito com a minha pesquisa.

Aos meus queridíssimos irmãos Divino (*in memóriam*), Sandra, Adeildo, Paulo Henrique, meus amigos de toda a vida, por fazer parte de todas as minhas lembranças, por serem crianças/pessoas guerreiras em meio a tantas adversidades.

Aos diletíssimos sobrinhos: David, Marcos, Willian, Daniel, Théo, Pedro e às diletíssimas sobrinhas: Sângela, Andressa, Jhenifer, Samilly, Ana Esther, Taylla, Ághata Sophia por serem tão afetuosos (as) e simpáticos (as) comigo.

À guerreiríssima Natalina Augusta da Cruz, presidente da *Comunidade Quilombola Abolição*, por toda coragem, resistência e empenho para nos representar em muitos espaços, sobretudo, políticos e, principalmente, por não medir esforços em lutar por nossos direitos.

À preciosíssima professora Elni Elisa por ter confiado em mim; pela amizade, pela orientação e pelo incentivo; por ter me apresentado o orbe ‘roseano’ e por toda ajuda tão grande quanto o universo da pesquisa que tivemos que atravessar.

À prestigiosíssima professora Raquel Salgado por aceitar o convite de fazer parte da minha banca de qualificação e defesa, por todos os conhecimentos compartilhados, pelas tardes maravilhosas de aula, nas disciplinas de Seminário de Pesquisa I e II, que mais pareciam encontros de tão agradáveis que foram.

À caríssima professora Leila Cristina Aoyama por toda paciência e generosidade para comigo nas aulas da disciplina de Metodologia da Pesquisa, fazendo me sentir deverás acolhida e pertencente ao grupo, mesmo eu sendo de outra linha de pesquisa.

Aos nobríssimos professores Aguinaldo e Robson por aceitarem o convite de fazer parte da minha banca de qualificação e defesa; por ter apresentado diversas leituras e outras tantas possibilidades de abordagem na pesquisa.

Às/Aos parceiríssimas (os) colegas: Ariane, Rayane, Lissa, Taísa, Elisângela, Raquel, Dantiely, Roseni, Josileni, Lídia e Fernando, mestrandas (o) da Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Diferenças, por todos os diálogos, partilha de vivências e conhecimentos nas aulas das disciplinas de Seminário da Pesquisa I e II.

À queridíssima secretária do PPGEdu Ana Lúcia Pozzolini por ser tão prestativa e acolhedora em todas às vezes que eu precisei de auxílio em algumas questões burocráticas do mestrado.

À companheiríssima amiga Cristina da Paz, parceira de várias batalhas, por ser ouvinte e conselheira em tantos momentos de dificuldades; por confiar em mim e ter conseguido me entender em meio a tantas situações.

À renomadíssima amiga Lhays Ingryd, companheira de diversos diálogos, por incentivar-me a fazer o mestrado, a escrever e publicar; por gostar de ouvir minhas narrativas e sempre apreciar a minha companhia.

À queridíssima amiga Verônica Oliveira pela amizade, pelos momentos de diálogos, pelos incentivos e ajudas para que eu compreendesse que cursar um mestrado vai além da formação profissional.

À atenciosíssima vizinha e professora Kelly Alcântara pelos momentos de diálogos, descobertas e desabafos, 'embaixo do poste', sobre a nossa atuação profissional e os estudos dos nossos mestrados.

Ao caríssimo grupo da *Oficina de Leitura Guimarães Rosa* do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) por todo acolhimento, partilha de conhecimentos e incentivos as leituras das obras de Guimarães.

Aos raríssimos professores que me inspiraram na vida, essencialmente aos meus professores e minhas professoras do curso de Letras/UFMT-*Campus* de Rondonópolis/MT (2007-2010) − em especial, por terem sido meus orientadores no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): professor Laércio Pulzatto *(in memóriam*), professora Márcia Rejane Mendonça (*in memóriam*) e professora Eni Neves, por terem sido mais que orientadores, ou seja, foram mestres e grandes amigos.

Às memoriosíssimas pessoas que passaram na minha vida, deixando de alguma maneira aprendizados para mim, pois reconheço que todos que tiveram passagem na minha existência contribuíram com a minha formação.

Como negra, não quero mais ser objeto de estudo, e sim o sujeito da pesquisa.

Djamila Ribeiro

É importante a gente desmistificar quem é este sujeito que escreve. Geralmente, o que é mostrado para nós é escrito por homens brancos, ricos ou europeus, como se nós não produzíssemos saber também, como se não estivéssemos escrevendo a História. Poder mostrar isso para as pessoas é fundamental. Escritores de diferentes lugares, as pessoas que vêm da periferia também são sujeitos pensantes, que produzem, sujeitos que escrevem. Isso gera uma identificação em pessoas que nunca foram vistas como produtoras. Há uma identificação com o que está sendo escrito e com o que se escreve. O leitor consegue se ver nestas pessoas.

Djamila Ribeiro

RESUMO

Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis (PPGEdu), na linha de pesquisa Educação, Cultura e Diferenças. Tem como objetivo compreender como Guimarães Rosa, no conto *O burrinho pedrês*, em especial quando narra a estória de um menino negro, pode contribuir para reflexões sobre como é ser uma criança negra na escola, por meio da ativação das memórias de infância da autora, sendo ela, hoje, uma professora e pesquisadora negra. Apoia-se na concepção de que o racismo não nasce com os indivíduos, mas pode ser construído por diversas formas de comportamentos em relação às pessoas negras. Os problemas que movem a pesquisa são: Como a literatura pode despertar memórias e reflexões sobre as vivências escolares de crianças negras? Qual é o efeito do racismo sobre as crianças? A fundamentação teórica apoia-se em Antônio Candido e Alfredo Bosi para abordar a literatura como elemento de resistência. Para tratar das relações étnico-raciais, ancora-se em Djamila Ribeiro, Lélia Gonzales, Neusa Santos, Sílvio Almeida, Achille Mbembe, dentre outros. Metodologicamente a pesquisa ampara-se na "jornada interpretativa" de Ferreira-Santos e Almeida, associada à perspectiva das "narrativas (auto)biográficas" de Passeggi Nascimento e Oliveira; Abrahão; Nóvoa; Domingos, além de bell hooks, Judith Butler, Camilo Vandelir, Jean Carlo Costa, entre outros, como possibilidade epistemológica e hermenêutica para explorar a experiência vivida, com a valorização do recurso da memória e do conhecimento de si, da trajetória de vida pessoal e profissional da pesquisadora. Na conclusão aponta-se que a abordagem do racismo, desde a primeira infância, por meio das obras literárias e das memórias são de grande relevância, porque possibilitam abrir um leque de discussões sobre o racismo sofrido por muitas crianças no âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Memórias; Narrativas autobiográficas; Relações étnico-raciais; Infância e educação.

ABSTRACT

Research linked to the Postgraduate Program in Education at the Institute of Human and Social Sciences at the Federal University of Rondonópolis (PPGEdu), in the Education, Culture and Differences research line. It aims to understand how Guimarães Rosa, in the short story O burrinho pedrês, especially when he tells the story of a black boy, can contribute to reflections on what it is like to be a black child at school, through the activation of the author's childhood memories, Today, she is a black professor and researcher. It is based on the concept that racism is not born with individuals, but can be constructed through different forms of behavior towards black people. The problems that drive the research are: How can literature awaken memories and reflections on the school experiences of black children? What is the effect of racism on children? The theoretical foundation is based on Antônio Candido and Alfredo Bosi to approach literature as an element of resistance. To address ethnic-racial relations, it is based on Djamila Ribeiro, Lélia Gonzales, Neusa Santos, Sílvio Almeida, Achille Mbembe, among others. Methodologically, the research is based on the "interpretive journey" of Ferreira-Santos and Almeida, associated with the perspective of the "(auto)biographical narratives" of Passeggi Nascimento and Oliveira; Abraham; Nóvoa; Domingos, in addition to bell hooks, Judith Butler, Camilo Vandelir, Jean Carlo Costa, among others, as an epistemological and hermeneutic possibility to explore lived experience, valuing the resource of memory and self-knowledge, personal life trajectory and professional of the researcher. In conclusion, it is pointed out that the approach to racism, from early childhood, through literary works and memories is of great relevance, because it makes it possible to open a range of discussions about the racism suffered by many children at school.

KEYWORDS: Literature; Memoirs; Autobiographical narratives; Ethnic-racial relations; Childhood and education.

Sumário

INTRODUÇÃO.....13

Breve apresentação sobre João Guimarães Rosa e a obra *Sagarana*.....17

"Spoiller" do conto o *Burrinho pedrês.*.....19

O Caso do Negrinho 20

CAPÍTULO 1. O DESPERTAR LITERÁRIO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA INFÂNCIA 22

1.1- Racismo e literatura: preconcepção do negro pela sociedade de supremacia branca 24

1.2- Racismo e infância: Quando a dor do abandono é tanta que as lágrimas encharcam uma camisa ou muitas vidas.....30

1.3- Racismo e memórias: a presença dos monstros da discriminação racial e do preconceito na educação.....33

1.4- Racismo e educadores (as): O aflorar de memórias das relações étnico-raciais na infância.....40

CAPÍTULO 2. NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS E EDUCAÇÃO..... 53

2.1- Simples gestos que fazem a diferença... 60

2.2- Formação Continuada: Apenas a formação inicial não é suficiente para constituir um (a) profissional professor (a) 61

2.3- Sentindo-me representada no espaço escolar: A relevância da representação dos (as) negros (as) na infância.....63

2.4- A melhor fase da minha vida escolar: Quando a brincadeira cura algumas feridas.64

2.5- O renascimento de um sonho de infância: De volta ao espaço escolar.....65

2.6- Quando o discurso é imprescindível: Combatendo a supremacia branca na escola... 66

2.7- Ao brincar se ensina e se aprende: Espantando o monstro do racismo na Educação Infantil 68

CAPÍTULO 3. O NEGRO E A SOCIEDADE 72

3.1- Ser professora, negra e quilombola: reflexões necessárias.....80

3.2- Um pouco sobre a minha comunidade quilombola.....83

3.3- Leis de Cota: Quando se conquista querem inferiorizar 86

3.4- Do cabelo ao apelo: algumas possibilidades de práticas antirracistas no espaço escolar.....92

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....97

REFERÊNCIAS.....101

INTRODUÇÃO

Esta dissertação vincula-se à Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Diferenças do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), tendo como Área de concentração: Educação, Cultura e Processos Formativos. Ao integrar-me ao PPGEdu e fazer parte dessa Linha de Pesquisa, compreendi que os estudos no mestrado possibilitam uma gama de reflexões e, por isso, pretendi narrar e compreender o despertar das minhas memórias por meio das leituras e da sensibilidade provocada pelas obras de João Guimarães Rosa, em especial a estória do ‘negrinho' no conto “O burrinho pedrês”.

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como a literatura roseana pôde provocar as minhas memórias por meio das análises de narrativas que chamam atenção para diversas causas sociais e o modo como estas colaboram para diversas reflexões no âmbito educacional. Partindo desse pressuposto, apeteci observar se as narrações apresentadas e as memórias em mim suscitadas por essas leituras podem servir de engajamento para algumas causas sociais e educacionais, ou se elas apenas conformam e reafirmam o comportamento dos envolvidos no processo educacional.

Ao iniciar o mestrado em Educação, tive o privilégio de ter como orientadora a professora Elni Elisa Willms. De início, eu estava empolgada para trabalhar com as figuras femininas de Tieta e Gabriela do romancista Jorge Amado. Porém, por meio de alguns diálogos com a minha orientadora, fui convidada a conhecer algumas figuras femininas do escritor mineiro João Guimarães Rosa presentes em alguns contos e novelas criados por ele.

E, na empolgação das leituras, recebi o convite para fazer parte da *Oficina de Leitura Guimarães Rosa,* do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Cheguei a escrever um texto, que foi publicado no livro *Travessias: 20 anos da oficina de leitura Guimarães Rosa IEB-USP – Livro I*, em que conto como se deu a minha inserção na Oficina de Leitura (PASSOS, 2023). Ela acontece todas as quartas-feiras, das 18 às 20 horas no horário de Brasília, no formato online, modalidade que permite que quem esteja distante do espaço físico participe via google Meet. De início, comecei a participar com o intuito de me aproximar mais das criações de Guimarães Rosa, pois percebi que as produções desse autor se enquadravam em uma

literatura de engajamento com possibilidades de leituras críticas da cultura e da realidade brasileira, as quais estavam além do tempo das produções.

Ao ingressar no grupo de leitores lia-se a novela "Buriti" da obra *Noites do Sertão*. E, logo no início, percebi o entusiasmo dos leitores pela escrita viva de Guimarães Rosa. Ademais, notei, por meio dos comentários, que o autor foi um homem além do tempo dele. E, assim, alcancei muitas descobertas sobre a literatura de engajamento produzida por este renomado escritor.

Num certo encontro da *Oficina de Leitura Guimarães Rosa*, quando estávamos a ler o conto "O burrinho pedrês", presente na obra *Sagarana*, fui surpreendida com uma passagem sobre o percurso de boiadeiros que fazia um translado com os gados encomendados por um fazendeiro. Na narrativa, a boiada não era a única encomenda levada pelos boiadeiros: um garotinho negro de uns sete anos também era levado por encomenda do fazendeiro. A criança foi violentamente separada da sua família e retirada do seu lar, sendo conduzida por pessoas desconhecidas para ser entregue numa fazenda distante.

Durante a leitura, percebi que o personagem representado pelo garoto pedia por socorro o tempo todo, pois enorme era o sofrimento por causa do distanciamento daquela criança em relação ao espaço familiar e da ruptura que ele havia sofrido, pois a infância dele a partir daquele momento estava ficando para trás. E, isso fez com que diversas memórias minhas fossem despertadas e reativadas.

Sempre que a leitura do dia é encerrada, na *Oficina de leitura de Guimarães Rosa*, os leitores concedem opiniões e contribuições sobre a leitura realizada e assim eu pude perceber que todos os participantes estavam tocados com a narração do caso sobre o menino negro. De imediato, percebi que mesmo sendo uma obra publicada em 1946, observei que, ainda assim, o personagem 'Negrinho' ressuscitou memórias e causou certas inquietações para alguns leitores da Oficina.

Diante deste fato, eu pedi um espaço de fala, pois senti o dever de falar enquanto mulher, mãe, negra, quilombola e professora da educação infantil, visto que por intermédio desse personagem, pude realizar algumas reflexões sobre as relações étnico-raciais desde a primeira infância, em diversos espaços sociais, em especial ao espaço escolar.

Neste viés, descobri que no universo da pesquisa, assim como nas criações de Guimarães Rosa sempre há surpresas na travessia. E, naquela noite, descobri que a minha chegada ao mestrado era o momento oportuno de falar sobre as relações étnico-raciais na

educação. E, assim, após conversar com a minha orientadora e ter a aprovação dela para mudar a direção do "barco da pesquisa", iniciei a minha navegação no mar das minhas memórias que estavam a ser inquietadas pelo balançar do episódio sobre o 'negrinho'.

Nesse contexto, originaram-se algumas questões metodológicas que deram norte a esta pesquisa, visto que muito me intrigou a identificar: Como a literatura pode despertar memórias e reflexões sobre as vivências escolares de crianças negras no espaço escolar? E quais são os efeitos do racismo sobre as crianças?

Por meio desses questionamentos, realizei os exercícios de apreciação do conto e o compartilhamento de algumas memórias minhas. Essas ações foram fontes relevantes na medida em que possibilitaram a análise de questões sociais referentes ao processo formativo e educativo de crianças negras na sociedade.

Além disso, busquei apontar as diferenças e as semelhanças entre as minhas memórias de infância no espaço escolar e a atuação do personagem 'negrinho' construído pelo autor Guimarães Rosa. Por isso as contribuições das narrativas autobiográficas, de Passeggi Nascimento e Oliveira; Abrahão; Nóvoa e Domingos, do ponto de vista metodológico, foram fundamentais, por evidenciar e trazer para a reflexão elementos educativos que podem contribuir como itinerários de formação para a compreensão da importância do respeito nas relações étnico-raciais e do papel fundamental dos envolvidos no processo educacional para o combate ao racismo desde a primeira infância são também objetivos que foram alcançados no decorrer e conclusão da pesquisa.

Para tanto, foi preciso considerar que o racismo não nasce com os indivíduos, mas pode ser construído por diversas formas de comportamentos em relação às pessoas negras, pois trata-se de uma construção histórica. Segundo Stuart Hall (1999), a identidade cultural é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os indivíduos são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que os rodeiam. Nesse sentido, o conceito de racismo pode ser aplicado ao que se reconhece como características típicas de pessoas que se sentem superiores a um grupo racial ou étnico.

Ao compreender a relevância do tema abordado, senti a necessidade de realizar a revisão teórica com maior aprofundamento nas buscas de autores(as) que versam sobre o racismo nos espaços escolares, representação étnico-racial na literatura e, também, sobre os efeitos das memórias para compreensão de marcadores de diferença na sociedade brasileira. De início, busquei realizar pesquisas, a fim de observar o que se tem escrito e

publicado sobre os objetos de estudo em questão. E notei que muito se tem escrito e publicado sobre as narrativas de João Guimarães Rosa.

A escolha da obra foi feita a partir de um recorte temporal e temático. Nessa conjetura, foi selecionado um personagem secundário, no microconto "O burrinho pedrês", mencionado como um dos objetos da pesquisa. O trabalho se baseou na pesquisa bibliográfica e autobiográfica, por meio do episódio selecionado no conto e das minhas memórias vivificadas por essa narrativa, ao se utilizar das principais contribuições dos Estudos Literários e Históricos sobre as relações étnico-raciais.

O método para abordar a obra selecionada foi o comparativo, ou seja, procurei, após análise e contextualização históricas da obra e das minhas memórias, comparar as diferenças e as semelhanças entre ambas.

Não poderia realizar esta pesquisa sem compreender melhor o personagem, o contexto histórico e social presente no conto "O burrinho pedrês" e levantar alguns aspectos significativos do personagem 'negrinho'. E, por isso, reconheci a necessidade de recorrer à problematização teórico-crítica de Alfredo Bosi e Antonio Candido, a fim de conseguir reafirmar a importância da literatura para a suscitação de memórias, reflexão e modificação de postura social.

Para tanto, utilizei como aparato teórico o conceito de racismo apresentado por Ribeiro (2021), Santos (2021) e por Gonzalez (2022). Do mesmo modo, empreguei alguns conceitos sobre narrativas autobiográficas para compreender: as contribuições das minhas memórias em vários aspectos e, principalmente, as suas relações com o personagem analisado.

Com base nessa narrativa, revisitei a produção de Philipe Ariès, no que se refere às noções de infância e criança. Da mesma forma, a tese de Marlene Araújo contribuiu no debate relacionado diretamente aos conceitos de infância, educação infantil e relações étnico-raciais.

Foi de suma importância apoiar-me em Gonzales e Hasenbalg (2022) para abordar os povos quilombolas, os demais negros e a sociedade. Para compreender como as práticas discriminatórias e a violência simbólica exercida contra nós reforçam entre si a ideia de que os brancos podem ditar os lugares apropriados para os negros no nosso país.

Neste sentido Furtado; Pedroza; Alves (2014), reforçaram o conceito de cultura e como esta deve ser compreendida como campo simbólico, possibilitando aos sujeitos uma complexa rede de afinidades sociais por intermédio de símbolos, signos,

aprendizados e valores. Para isso, a Lei nº 10.639/2003 foi empregada para demonstrar o quanto se faz imprescindível o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições escolares.

Ao refletir sobre o descontentamento de muitas pessoas da sociedade sobre as cotas raciais para negros, recorri a bell hooks (2019) e Djamila Ribeiro (2018), Cynthia Greive Veiga (2019) a fim de dialogar e refletir sobre como o sistema de dominação, colonialismo e racismo tentam desmerecer e/ou negar o direito e a conquista dos negros para ocuparem espaços que antes eram preenchidos apenas pela branquitude.

BREVE ABORDAGEM SOBRE O ESCRITOR JOÃO GUIMARÃES ROSA E O CASO DO "NEGRINHO", EM *SAGARANA*

Um chamado João

João era fabulista?
fabuloso?
fábula?
sertão místico disparando
no exílio da linguagem comum?

projetava na gravatinha
a quinta face das coisas
inenarrável narrada?
um estranho chamado João
para disfarçar, para forçar
o que não ousamos compreender?

[...]

Trecho do Fac-símile do poema de Carlos Drummond de Andrade que foi publicado no *Correio da Manhã* de 22 de novembro de 1967, três dias após a morte de João Guimarães Rosa. (ROSA, João Guimarães, **Sagarana** [Edição Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. (Coleção 50 anos).

João Guimarães Rosa nasceu em Cordisburgo, zona bucólica do centro-norte de Minas Gerais, em 1908.

Desde bem jovem, Guimarães Rosa revelou-se um simpatizante das línguas e da natureza. Formado em Medicina, exerceu a profissão no interior mineiro, período em que aumentou o interesse pelo modo de fala e vida do sertanejo.

Ingressou na carreira diplomática, em 1934, servindo em vários países, retornando ao Brasil em 1958.

Estreou na literatura em 1946, com *Sagarana* (contos), mas obteve reconhecimento com a publicação do romance *Grande sertão: veredas* e da novela *Corpo de baile*, em 1956 que, na verdade, lhe trouxeram mais que reconhecimento: com esses livros ele foi consagrado.

Guimarães Rosa renovou o regionalismo na literatura brasileira, até então fixada no Nordeste, ao deslocá-la para o sertão central do Brasil. E o mais importante nessa renovação é que ele retomou os temas tipicamente sertanejos, mas construindo uma nova linguagem do sertão, baseada na estrutura psicológica do sertanejo como um homem universal.

Esse novo tratamento linguístico dado para o regionalismo mineiro não só contribuiu para a valorização da linguagem, mas também por dar ao regionalismo um caráter literariamente universal. Guimarães Rosa "redescobriu" o português, usando arcaísmo, criando neologismos, inventando e reinventando palavras.

Guimarães Rosa faleceu em 1967, no Rio de Janeiro, três dias após tomar posse na Academia Brasileira de Letras.

Em 1946, o crítico Paulo Ronái discorreu sobre a postura de João Guimarães Rosa na construção da obra *Sagarana*:

> Em *Sagarana*, J. Guimarães Rosa afronta todos esses empecilhos. Apresenta-se como o autor regionalista de uma obra cujo conteúdo universal e humano prende o leitor desde o primeiro momento, mais ainda do que a novidade do tom ou o sabor do estilo. [...] Apesar de uma ironia fina que oscila num ritmo tão pessoal entre o humor e o cinismo, o autor mantém-se imparcial com as suas criaturas. Tem-se a impressão, às vezes, de que ele adota a respeito delas os sentimentos do ambiente e as admira ou despreza de acordo com esses sentimentos, partilhando das simpatias e antipatias dos comparsas.
>
> (ROSA, João Guimarães, **Sagarana** [Edição Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 15-17. (Coleção 50 anos).

Isto posto, fica evidente que em *Sagarana*, Guimarães Rosa retrata de modo majestoso as paisagens que compõem as narrações, as moradias rurais, a vida dos fazendeiros e dos boiadeiros. Possibilitando o leitor a deliciar-se da musicalidade presente na fala sertaneja, assinalando na linguagem essa harmonia, com muitas cadências conhecidas e doutas.

SPOILER DO CONTO “O BURRINHO PEDRÊS”

> Era um burrinho pedrês, miúdo e resignado, vindo de Passa-Tempo, Conceição do Serro, ou não sei onde no sertão. Chamava-se Sete-de-Ouros, e já fora tão bom, como outro não existiu e nem pode haver igual.
>
> (ROSA, João Guimarães, **Sagarana** [Edição Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 27. (Coleção 50 anos).

O conto “O burrinho pedrês” inicia com a descrição do personagem título. Ele é caracterizado pela pequenez e pela paciência que possui. O nome do burrinho é Sete-de Ouros. Não sou nenhuma estudiosa de cartas, mas muitas pessoas sabem que a carta 7 de ouros, no baralho, significa descanso para criar estratégias para prosseguir no jogo. No decorrer da narrativa, outros personagens são apresentados com suas características físicas e psicológicas. O espaço inicial é a fazenda da Tampa, do Major Saulo, no interior de Minas Gerais. Nesse cenário, a comitiva começa a ser formada para o translado, até um arraial, para embarque nos trens, de “quatrocentas e muitas reses” conduzidas por 11 homens em seus cavalos e um burro pedrês.

Muitas historietas surgem no decorrer do conto, sendo narrativas amorosas, histórias de vida dos sertanejos, dos animais, das desavenças dos peões. Todos esses causos vão adentrando na apresentação de cada personagem que percorrerá as terras mineiras com a boiada encomendada.

As batalhas com os touros e vacas bravas vão seguindo, ao ponto de contribuir com o leitor que ao ler o conto consegue de certo modo escutar as pisadas da boiada, o barulho das águas dos rios, o cantar dos pássaros, as gargalhadas e os suspiros amedrontados de alguns peões.

Os vaqueiros percebiam que a boiada a todo o instante desejava voltar ou seja não queriam seguir a viagem. Por isso, alguns peões sentiam que algo ruim pudesse acontecer, mas a ordem era prosseguir a viagem sempre a juntar o rebanho a qualquer custo.

O CASO DO “NEGRINHO”

> “Não sei de onde aquele menino foi tirar tanta tristeza, para repartir com a gente...” (ROSA, 2015, p. 70).

De repente, enquanto a narração sobre a boiada acontece, um personagem que não havia sido apresentado, até este momento do conto, surge assim: “[...], Mas, o pior, Deus que me livre dele, foi o menino... o pretinho...” (ROSA, 2015, p. 69).

Este personagem é nomeado por ‘negrinho’. No momento em que Manico lembra que o menino também estava presente na viagem, a qual ele relembra e narra aos outros vaqueiros. O surgimento deste personagem é de certo modo inquietante. Pois, ele é inserido no conto dessa maneira:

> −Um negrinho, que tinha também. Assinzinho, regulando por uns sete anos, um toquinho de gente preta... O fazendeiro que vendeu o gado pediu a seu Saulinho para trazer, para entregar a um irmão no Curvelo, e seu Saulinho prometeu... A’pois, o tal pretinho era magrelo, com uns olhos graúdos, com o branco feio de tão branco, que até mesmo Deus que me perdoe, mas eu acho que alguns pretos têm o branco dos olhos assim só para modo de assombrar a gente!... E, aquilo, ele chorava, sem parar, e de um sentir que fazia pena... (ROSA, 2015, p. 69).

O garotinho seguia a viagem a chorar na garupa de um vaqueiro. Os soluços eram muitos e as lágrimas não cessavam. Dado momento, ele pediu que o boiadeiro o levasse de volta para casinha dele. Mas, o homem não fazia nada, porque ele dizia que apenas cumpria ordens. Durante o choro, a criança pedia pela mãe, lembrava e relembrava do ranchinho, no qual ele morava.

O menino se sentia abandonado, mesmo rodeado por muitas pessoas, pois essas, na maior parte do tempo, o ignoravam: a maior preocupação dos vaqueiros centrava-se na boiada que parecia compartilhar da mesma tristeza do menino querendo voltar para trás.

No decorrer do tempo, a comitiva perdeu a paciência com o garotinho que há dias chorava sem cessar e o Zacarias, que era o capataz do grupo, resolveu, maldosamente, passar um susto na criança, dizendo: “Se você chorar mais, dianhinho, eu te corto a goela, e amarro teu defuntinho preto em riba daquele boi jaguanés!...” (ROSA, 2015, p. 70).

Depois desta ameaça, a criança não chorou e nem gemeu mais, porém também não comia e nem conversava com ninguém. No final da tarde, o garotinho começou a cantar quase a chorar, a seguinte canção:

> ... “Ninguém de mim
> ninguém de mim
> tem compaixão...”
> (ROSA, 2015, p. 71)

Um dos vaqueiros incomodado com a canção pediu que seu Saulinho mandasse a criança calar a boca. Mas, o patrão que estava a pensar na esposa dele disse: −“Deixa o menino chorar suas mágoas, que o pobre está com a alminha dele entalada na garganta!” (ROSA, 2015, p. 71).

Deste modo, o menino segue a cantar noite adentro, até que em dado momento a boiada se debanda e pisoteia quase toda a comitiva, alguns gados quebraram o pescoço, outros caíram nas pirambeiras, muitos se perderam no mato e só restou alguns bois bastante machucados. Ao narrar o fato, Manico é interrompido por alguém que questiona sobre o que ocorreu com o ‘pretinho’. E, o boiadeiro responde: “ – Ah, esse ninguém não viu, nem teve notícia dele mais!...” (ROSA, 2015, p. 73).

Assim, sem mais nem menos e de maneira sumária, encerra-se o caso do negrinho no conto do “Burrinho pedrês”, que entretanto segue com outras narrativas. Por enquanto também vou deixar essa estória ressoando para seguir com a escrita, entretanto retornarei a ela com as minhas memórias e reflexões nos próximos capítulos.

1.0- O DESPERTAR LITERÁRIO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA INFÂNCIA

> –"Deixa o menino chorar suas mágoas, que o pobre está com a alminha dele entalada na garganta!" ...
> ...Aí, então, eu comecei a me alembrar de uma porção de coisas, do lugar onde nasci, de tudo...
> (ROSA, João Guimarães, **Sagarana** [Edição Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 71. (Coleção 50 anos).

A literatura possibilita ao leitor a oportunidade de vivenciar diversas situações, quando o ledor possui acesso a fatos que podem ir ao encontro com algumas concepções, experiências vividas ou adquiridas ao longo da vida. E quando isso ocorre, torna-se evidente que essa experiência literária deve ser partilhada. Principalmente, porque a literatura tem o poder de levantar grandes questões que podem ser pensadas e resolvidas por meio das experiências adquiridas ao longo da vida.

Almeida (2011, p. 131) afirma que "a literatura contribui para a mediação do homem com o mundo e os outros homens". Neste sentido, busquei por intermédio da literatura roseana fazer um exercício de reflexão sobre uma obra ficcional que dialoga com a realidade de muitas crianças na atualidade, levantando inúmeras indagações sobre os tratamentos recebidos por estas crianças em espaços que deveriam garantir o cuidado e a proteção. Para Cândido (1995, p. 186), "[...] a literatura pode ser um instrumento consciente do desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles [...]. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos".

É de conhecimento de muitos leitores que num único conto pode existir diversas historietas. Além disso, o conto possui enredo, tempo, espaço, narrador e personagens, que podem aproximar ou distanciar os ledores e/ou ouvintes do contexto narrado. Visto que a narração pode causar diversos sentimentos no leitor, tais como: contentamento, comoção, consternação, coragem, entre outros anseios.

Nesta perspectiva de aproximação com o personagem, utilizei como base o conto "O burrinho pedrês" do escritor mineiro João Guimarães Rosa, haja vista que a narrativa versa sobre uma viagem realizada por alguns boiadeiros, que faziam o transporte da boiada de uma fazenda, em uma viagem longa e intrigante, para que fosse embarcada num trem no arraial. Durante esse translado, diversas estórias emergem na trama, no

desenrolar dos dias, muitas delas, estórias vividas que ficaram nas memórias daqueles homens e, ao longo do percurso, eles vão contando uns para os outros, numa relação dialógica, os tantos casos que experimentaram em vida.

Na narrativa, Guimarães Rosa constrói diversos momentos que podem ser observados com muito aprendizado. Cândido (1995, p. 186) afirma que "negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade". Neste sentido, o conto relata que os personagens tanto os humanos como os não humanos são colocados à prova o tempo inteiro, evidenciando diversos saberes que podem ser comparados para uma educação de sensibilidade.

Ao falar sobre o sofrimento dos personagens do conto "O burrinho pedrês", tão logo penso na importância de uma educação de sensibilidade, apresentada e defendida por Elni Elisa Willms (2020), Marcos Ferreira-Santos; Rogério de Almeida (2019). Para ambos, a educação é um processo de autoconstrução e de humanidade. E "educar é um verbo que somente pode ser conjugado reflexivamente. Portanto, educar-se já é um ato sábio, pois o que se sabe foi aprendido na convivência com outro sábio ou sábia. Os sábios e sábias engendram-se" (FERREIRA-SANTOS & ALMEIDA, 2019, p. 21).

Refletir sobre as ações educativas é fundamental na medida em que a educação pode ser transformadora e elucidativa. De acordo com Toni Morrison (2019),

> [...] a tendência dos humanos de separar aqueles que não pertencem ao nosso clã e julgá-los como inimigos, como vulneráveis e deficientes que necessitam ser controlados, tem uma longa história que não se limita ao mundo animal nem ao homem pré-histórico. A raça tem sido um parâmetro de diferenciação constante, assim como a riqueza, a classe e o gênero, todos relacionados ao poder e à necessidade de controle (p. 23- 24).

Pensando sobre isso, percebo que certas posturas podem ser abandonadas por intermédio do ato educativo presente na ação e reflexão. Pois este é um caminho que colabora com todos os envolvidos no processo educativo. Visto que somente a ação de educar, sem utilizar de um processo reflexivo sobre as ações desenvolvidas, durante a atuação educativa, pode ocasionar um efeito reverso, pois vivemos em outros tempos, cercados por pessoas diferentes e a manutenção de algumas práticas precisam ser pensadas, repensadas e, algumas, abandonadas.

Desse modo, Toni Morrison (2020) aponta que a literatura possibilita diversas experiências aos leitores, já que admite vinculações entre as mais diferentes áreas de conhecimento. Neste aspecto, acredito que a literatura contribui com a ação reflexiva,

porque por intermédio dela, muitas situações simples e complexas podem ser abordadas, comparadas e dialogadas, fazendo com que muitas posturas sejam revistas e/ou deixadas para sempre. Ao longo deste capítulo, será possível compreender melhor a relevância da literatura para formação humana.

1.1- Racismo e Literatura: preconcepção do negro pela sociedade de supremacia branca

> "Mas, o pior, Deus que me livre dele, foi o menino... o pretinho..." (ROSA, 2015, p. 69).

Neste contexto, o próprio personagem título, o burrinho pedrês, apresenta uma sabedoria adquirida ao longo da vida, que contribui para que ele consiga alcançar diversos triunfos em relação a outros animais considerados até mais preparados para a longa jornada. Cabe aqui uma reflexão: Não seriam assim sábias também as pessoas que se dão a oportunidade de aprender nas relações entre si e com os outros?

Em determinado momento da narrativa, um personagem é apresentado no meio dos boiadeiros e da boiada. Esse personagem é tratado, em todo o tempo de sua participação, como negrinho, pretinho, desgraçadinho. Esse personagem foi caracterizado por Guimarães Rosa como sendo um menino negro de aproximadamente sete anos, magrelo, olhos grandes. Ele foi encomendado por um fazendeiro, para prestar serviços na propriedade rural dele.

No artigo intitulado "Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas)", Cynthia Greive Veiga apresenta como a oferta escolar diferenciada e desigual, adjunta ao trabalho infantil, aprofundou as desigualdades da condição de ser criança, contribuindo para a produção de subalternidade das crianças pobres, negras e mestiças e do estigma de sua inferioridade.

Conforme Veiga (2019),

> o processo de "descoberta da infância" não trouxe benefícios homogêneos para todas as crianças, uma vez enredado por tensões raciais, étnicas, de gênero e de classe social. Observa-se que, paradoxalmente, foi também o contexto de escravização e tráfico de crianças [...], bem como da difusão generalizada do trabalho de crianças oriundas das famílias operárias. Nas mesmas circunstâncias em que se ampliaram os debates quanto às necessidades diferenciadas das crianças e difundiu-se um modelo de infância, superior e europeia, desenvolveram-se também modos de tratamento específicos da criança

> pobre, indígena e negra, cujo entendimento de sua assistência e proteção esteve centrado no trabalho, como fonte de regeneração de sua condição inferior, por vezes, naturalizada (VEIGA, 2019, p. 770).

Refletindo com Veiga, percebo que as crianças negras, pobres e indígenas não foram beneficiadas com a publicação dos estudos e a valorização do sentimento da infância. Pois, estas não foram vistas como as demais crianças que necessitavam de proteção como as demais. E, tão logo tiveram que conquistar a assistência e proteção por meio do trabalho. Visto que elas eram e/ou são vistas como inferiores e propensas a mão de obra, desde bem pequenas.

O personagem "Negrinho" seguia com a comitiva para se tornar um serviçal na fazenda da pessoa que o encomendou. Logo, podemos imaginar que o direito de ele ser criança não seria jamais respeitado. Pois, se os próprios boiadeiros o viam como um ser assombrador, imagine como ele seria recebido pelas pessoas que não tiveram sequer a consciência de que ele só tinha sete anos, possuía uma família e seria arrancado do seio familiar dele para um lugar distante e desconhecido por ele. Em todos esses atos não há respeito pela humanidade desse menino negro que é tratado simplesmente como uma mercadoria, tal como os negros escravizados na época colonial.

Observe descrição do personagem feita por um dos peões que seguia na comitiva:

> A' pois, o tal pretinho era magrelo, com uns olhos graúdos, com o branco feio de tão branco, que até mesmo, Deus que me perdoe, mas eu acho que alguns pretos têm o branco-dos-olhos assim só para modo de assombrar a gente! (ROSA, 2015, p. 69).

Conjeturando nesta descrição do personagem analisado, recorri ao artigo intitulado "Racismo e a produção de estereótipos: impactos na subjetividade da criança negra no Brasil", em que Caroline Damazio da Silva enfatiza que a estereotipização é algo recorrente na vida da pessoa negra. De acordo com Silva (2016, p. 10), para os negros os "seus semelhantes que seriam fonte de inspiração, vistos na televisão, cinema, livros infantis, entre outros se referem a pessoas de classe baixa, sem grandes perspectivas". Pensar na estereotipização de pessoas negras contribui para a refletir nesse recurso utilizado por Guimarães Rosa para chamar a atenção para o sofrimento que as pessoas negras viviam naquela época e, infelizmente, vivem até os dias atuais.

Para o crítico literário Antonio Candido,

> [...] a literatura satisfaz, em outro nível, à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles. É aí que se situa a literatura social, na qual pensamos quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, que partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades. (CANDIDO, 1995, p. 180).

Ao concordar, plenamente, com Candido, logo se pode perceber que esse personagem demonstra muito sofrimento durante essa viagem, aliás, rapto da infância e da separação familiar. Outra questão que se pode destacar é o fato de o menino ser tratado como uma mercadoria, pois foi pedido, como se alguém encomendasse um objeto para servir a um proprietário de terras. Voltaremos a esse ponto mais adiante. Nesse sentido, parece procedente questionar: "Quantas crianças ainda têm suas infâncias raptadas? Quantas crianças são ignoradas durante momentos de sofrimento e solidão? Por que algumas crianças, principalmente as negras, são tratadas com indiferença, como se fossem objetos sem valor, por algumas pessoas da sociedade?".

Vale ressaltar que o autor com toda a sua estratégia criativa apresenta o personagem sem um nome próprio, trazendo apenas alguns apelidos pejorativos que denotam a raça, a cor e o estado emocional e atual daquela criança. Nessa conjetura, Candido (1995 p. 180) afirma que "a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante". Posto isso, percebemos a estratégia literária de Guimarães Rosa ao chamar a atenção do leitor por meio da falta de um nome próprio para o personagem que se encontra em estado de vulnerabilidade. Pode-se especular que essa falta de nome denota um sentimento geral de como o negro era visto e tratado na sociedade no tempo em que Rosa escreveu o texto. E, mais grave ainda, esse sentimento persiste até nossos dias.

Torna-se importante destacar que o personagem negrinho não possui relatos sobre a família dele, tendo apenas um momento em que ele chora ao relembrar da mãe e do espaço em que ele morava. Posto isso, percebo que a descaracterização do negro na sociedade é tão cruel que muitas pessoas tendem a esquecer que esses também possuem famílias, valores, culturas, histórias entre tantos outros elementos que compõem a vida humana. Ao aparecer apenas na metade da narrativa sem antes haver uma apresentação previa deste personagem. Assim, podemos perceber a construção crítica realizada por Guimarães, que de início apresenta os outros personagens já no começo da trama, mas o negrinho apenas surge em dado momento como algo que seguia inferior a boiadeiros,

bois, demais animais. Ou seja, sem muita relevância na comitiva. Como de fato era a mentalidade à época da escrita do conto e ainda persiste até nossos dias.

Este pensamento desumano, de considerar as crianças e demais pessoas negras inferiores aos brancos, pode ser repensado por meio da reportagem intitulada “Trabalho infantil negro é maior até hoje por herança da escravidão no Brasil”, realizada por Guilherme Soares Dias, onde são revelados os dados sobre o trabalho infantil no Brasil, que apresenta, os seguintes dados: as crianças negras representam **62,7%** da mão de obra precoce no país. Quando se trata de trabalho infantil doméstico, esse índice aumenta para **73,5%**, sendo mais de **94%** meninas. Conforme o repórter, essas informações só começaram a ser apresentadas nas últimas pesquisas, mas podem ser explicadas por um olhar histórico, segundo especialistas que trabalham com o tema.

A reportagem contou com a participação de Elisiane Santos, procuradora e vice Coordenadora de Combate à Discriminação no Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT-SP), para a procuradora:

> Há famílias que conseguiram quebrar esse ciclo, mas, historicamente, quem sofre mais com a situação de desigualdade social é a população negra. “São as pessoas que estão sem trabalho, em condição de pobreza e miséria absoluta. As raízes dessa desigualdade também se assentam nesse racismo estrutural”.

Por estes e outros motivos, acredito que esse exercício de se valer da literatura, para discorrer sobre as relações étnico-raciais na infância, por intermédio deste microconto inserido dentro do conto “O burrinho pedrês” de João Guimarães Rosa, foi além dessa compreensão, pois desempenhou uma das maiores contribuições da literatura que é a abertura de espaços para realizar apontamentos, questionamentos, críticas, análises e reflexões sobre o racismo e a sociedade. Porque não se pode acreditar que a literatura é tão somente ficção, visto que os autores são ou foram pessoas de um determinado momento histórico, social, cultural e, na maioria das vezes, buscavam fazer por meio de suas narrativas, críticas ou denúncias de situações, que estavam sendo ou ainda são ignoradas pela sociedade.

Adelia Bezerra de Meneses ressalta que “no sertão mineiro de Guimarães Rosa, lateja algo que faz parte do solo cultural brasileiro: algo que faz parte do nexo da organização da sociedade − a herança da escravatura, a presença do negro tratado como escravo, e objeto de um racismo intenso e mal sopitado” (MENESES, 2022, p. 105). Dialogando com Meneses (2022), percebo que o negro, nas obras de Guimarães Rosa, é representado como sujeito a um senhor.

E, sobre essa forma de representatividade do negro na obra, Meneses realça que "o narrador de Guimarães Rosa narra "objetivamente" o fato nu e bruto da hostilidade do branco contra o negro, sem comentários. Não reprova e nem endossa. Apresenta os fatos, simplesmente − como se fosse tudo natural. Mas apontar é denunciar" (MENESES, 2022, p. 105). Concordando com esta concepção de Meneses, apreendo que Guimarães Rosa buscou por meio de suas obras denunciar o modo como os negros eram vistos e tratados pelos brancos da sociedade daquela época. E, hoje, após mais de meio século da produção literária roseana, assustadoramente, muitas pessoas ainda consideram e/ou tratam o povo negro como inferiores e indignos de ocupar determinados cargos ou espaços, sendo isso "um agudíssimo preconceito racial e a questão de classe que aí está embutida: o grande escravo [...]" (MENESES, 2022, p. 104).

Como professora e educadora da infância, pensar nesta experiência dolorosa desse garoto é de certo modo reconhecer que algumas pessoas percebem algumas crianças como indivíduos de pouca relevância, principalmente, quando se trata de crianças negras. E, de certa forma, essa postura tem ganhado forma de neutralidade em alguns espaços infantis, demonstrando que as pessoas que agem assim estão longe de fazer parte da chamada sociedade justa, pois Candido (1995, p. 191) garante que "uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos". Para Bosi (1997), na literatura, os elementos representativos e estético das obras literárias recebem o nome de elemento de "resistência", que é utilizado pelos autores como forma de denúncia de algumas situações presentes na sociedade.

Para Willms (2020, p. 192), "ao mobilizar as potências míticas e imaginárias de que se constituem as estórias, a literatura permite o encontro e o diálogo com questões profundas que nos afetam como pessoas". Dialogando com Candido, Bosi e Willms percebo que o conto possibilita analisar o personagem Negrinho e refletir no problema da falta de sensibilidade para com as crianças, principalmente nas unidades de educação infantil e nas escolas em geral, e os prejuízos emocionais, físicos e materiais advindos dessa carência de respeito com diversas pessoas negras. E essa postura de insensibilidade distancia cada vez mais a efetivação da humanidade para determinados grupos sociais, em destaque, os negros.

Na narrativa, quando o menino estava sendo levado para longe da família, ele chorava inconsolavelmente e pedia ao boiadeiro, que o levava na garupa do cavalo, para que ele o devolvesse para mãe: "Aí, seu mocinho bom! Ai, seu mocinho bom! Me deixa eu ir-s'embora para trás!" (ROSA, 2015, p. 69).

A partir desse trecho, percebemos que por meio da literatura, muitas situações podem ser questionadas e refletidas. Nessa perspectiva, conforme Oliveira (2020), o sujeito se constitui na relação com o outro, ou seja, na literatura os personagens se comunicam, demonstram (pré)conceitos e opiniões. E, por meio dessas representações, é possível perceber algumas posturas de personagens que podem dialogar com as da sociedade atual.

O momento do choro do garotinho fez com que eu conseguisse relacionar com o choro das crianças quando são separadas da família nos primeiros dias de frequência nas unidades educacionais. É que nesses momentos a criança se sente insegura, pois muitas têm o medo de serem abandonadas ou mantidas distantes da família e do lar. Daí a importância de uma educação de sensibilidade que acolha, respeite e proteja a criança em todos os espaços ocupados por ela.

Por mais que o choro do menino seja por um motivo triste de rapto familiar e da infância, ainda assim pode-se pensar no choro das crianças que não tem certeza do que vai acontecer com elas em um espaço diferente do lar delas e com pessoas desconhecidas.

Daí a relevância de desenvolver a sensibilidade de realmente ouvir esse choro como uma linguagem que quer expressar a dor e o desconforto do abandono, de ser afastada do afeto das pessoas que lhes são conhecidas. E, na mesma medida, é preciso acolher e mostrar um ambiente que vai lhe proporcionar uma riqueza de experiências novas que a farão crescer e se desenvolver: mostrar os brinquedos, os amigos, os espaços internos e externos, nomear as pessoas que ali trabalham para assim, aos poucos, a criança sentir-se à vontade e familiarizada com o ambiente da unidade educacional.

Manoel de Barros discorre a respeito da criança, concebendo a infância como "vida que precisa ser cuidada, protegida, preservada e educada" (RONDONÓPOLIS, 2016, p. 14). Partindo desse princípio, faz-se necessário compreender a infância e a criança como indissociáveis. Porque não se deve falar de criança sem levar em consideração o período de infância e vice-versa. Trata-se da fase inicial de uma vida que, se bem cuidada, poderá bem desenvolver-se ao longo do tempo e com novas experiências.

Consoante ainda com a ideia do ilustre poeta, que traz em seus versos conceitos de infância, notamos que o personagem "Negrinho" se encontrava em uma situação de desfavorecimento, pois estava a ser levado para distante da sua família, por pessoas desconhecidas, com o sentimento de que talvez nunca mais pudesse voltar para a sua terra de origem. Esse sentimento do menino é algo que tem uma importância muito grande, pois denota que ele consegue ler o mundo e o que está acontecendo à sua volta, embora

os adultos, no caso do texto, não lhe deem a devida atenção, como em geral fazem ainda hoje a maioria dos adultos quando uma criança demonstra algum sentimento ou alguma vontade.

Além disso, ainda o mais doloroso era que ele estava em uma situação de desumanidade, sendo considerado uma mera encomenda e em desvantagens até mesmo em relação aos animais, haja vista que o gado segue com os demais do rebanho, mas ele estava só, pois a narrativa aponta que os vaqueiros o viam com indiferença, não o acolhiam, não deram atenção ao seu choro e tristeza. Conforme Cândido (1995), toda obra literária busca contribuir com a superação do caos, por intermédio de uma arrumação especial das palavras, propondo um certo sentido.

Ainda, no conto "O burrinho pedrês", há um momento em que o 'negrinho' chama o boiadeiro que o leva na garupa do cavalo de moço mau. Este adjetivo atribuído ao homem pelo garoto, justifica a percepção que o menino teve ao ter um pedido ignorado pelo moço, pois enquanto eles seguiam pelo caminho a criança que chorava inconsolavelmente pede para que o boiadeiro o leve de volta para a casa, a fim de voltar para a família dele. Neste contexto, fica evidente o fato de que o ser humano desde a infância, sente e entende as atitudes que são tomadas em relação aos sentimentos e desejos delas.

Refletindo um pouco sobre esta cena, penso que talvez, o menino não atribuiria nenhum adjetivo pejorativo ao boiadeiro se este tivesse dialogado um pouco com ele e demonstrasse um pouco de afeto ou compaixão diante da situação que aquele garotinho estava enfrentando. Isto mostra que atitudes de invalidar o sofrimento de uma criança diante do choro e da dor é percebida por elas como uma grande maldade, como um abandono.

1.2- Racismo e Infância: Quando a dor do abandono é tanta que as lágrimas encharcam uma camisa ou muitas vidas

Ainda, nesse sentido, não se pode cometer o equívoco de pensar que a criança não possui memória ou, ainda pior, não percebe os descasos, maldades e negações de seus direitos enquanto cidadã de direitos. E, com esta visão, confirma-se uma ocasião da trama em que o garotinho compartilha a vontade dele:

> [...] Eu só queria poder sentar agora, um tiquinho, naquela canastra de couro, que tem lá no rancho de minha mãe... Queria só ver, de longe, a minha mãezinha, que deve de estar batendo feijão, lá no fundo do quintal!" ... E ele se abraçou comigo, feito um doido, e eu nem podia deixar que ele visse minha cara, porque eu estava com os olhos cheios de outras lágrimas, também... (ROSA, 2015, p. 70).

Este trecho mostra as lembranças e memórias afetivas do espaço onde o menino vivia, na descrição pode-se perceber que se trata de um espaço simples, mas este é o lar que ele sente falta. A mãe do garoto aparece na memória do garoto, trabalhando. Mas, mesmo ao trabalhar a presença materna o fazia se sentir acolhido e amado. Vale ressaltar que, durante o pedido do 'negrinho', o boiadeiro, que ia o levando a galope no cavalo, sente a dor da saudade da criança, haja vista que as lágrimas do garotinho encharcaram a camisa do peão. E, o homem dizia que não podia fazer nada por ele, evitando olhar para a criança, a fim de que o menino não notasse que havia lágrimas nos olhos dele também.

Analisando esse trecho narrado, observo que, por vezes, a atitude do moço é repetida por muitas pessoas que atuam com crianças, visto que por vezes se comovem com o choro e sofrimento de um infante, porém preferem disfarçar o sentimento, pois acreditam que por assim fazer a criança não aproveitará desse momento para continuar mostrando a dor ou a tristeza que sente. E deste modo deixa de praticar a afetividade, tornando-se com o tempo uma pessoa insensível e apática em muitas situações em que poderia exercer a sua humanidade.

Posto isto, ao imaginar essa cena recorro-me a mais uma contribuição de Candido (1995), pois ele afirma que o conhecimento presente se origina das emoções e das vivências, as quais compõem a visão do mundo. E a literatura possibilita o autor a agir intencionalmente, a fim de que o leitor consiga assimilar diversas intenções presentes no texto, principalmente as denúncias que esse desejava fazer ao criar a obra.

Reforçando a compreensão adquirida por meio das concepções de Candido (1995), recorro a Saltini (1997), que aponta a necessidade de as escolas serem mais humanistas, ou seja, carecem de realizar uma busca para compreender melhor os seres humanos, que frequentam esses espaços educativos, visto que o estudioso aponta que a falta de afetividade nos espaços escolares contribui para a construção de pessoas doentes emocionalmente.

Ao concordar com essa visão de Saltini, torna-se necessário relembrar que a escola é formada por seres humanos que possuem diferenças étnicas, históricas, religiosas, políticas, de gênero e de classe, as quais precisam ser respeitadas e, para tanto, não se

podem deixá-las interferir negativamente nas relações educativas. Ou seja, em ponto pequeno, a escola reflete os muitos movimentos, dinâmicas e desafios da sociedade. É imprescindível entender que as diferenças não podem inferiorizar ninguém, visto que esse tipo de olhar não devia jamais fazer parte de um espaço que contribui para a formação de cidadãos.

Há um trecho no conto, que evidencia a desumanização do personagem 'negrinho'. Nesse fragmento, o personagem é ameaçado para que o choro dele fosse cessado. Observe:

> [...] a gente perdeu a paciência com ele, e o Zacarias, que era o capataz nosso, passou nele um aperto: "Se você chorar mais, dianinho, eu te corto a goela, e amarro teu defuntinho preto em riba daquele boi jaguanés! ..." Então o desgraçadinho arregalou muito os olhos, parou no meio do choro, ficou quieto e não gemeu mais. Também, não quis comer nem nada, naquele dia, e não dava mais resposta, quando a gente queria puxar conversa... (ROSA, 2015, p. 70).

Ao reportar o episódio acima, sinto as batidas fortes do coração daquela criança, que já estava triste e desolada longe de sua família e ainda precisava conter a única forma de expressar a dor que deveras sentia por meio do choro inconsolável. As palavras da narração da cena são cruéis, mesmo sendo uma narração fictícia. Entretanto, sabemos que essa ficção está fortemente calcada na realidade de muitas crianças negras:

> A persistência das desigualdades sociais revela o quanto o preconceito étnico-racial orienta o modo de organização das relações sociais e cumpre a função de manter vivo no cotidiano as expressões que a ideologia racista logrou introjetar no imaginário social. Uma vez introjetado, passa a ser validado e quando alguma situação cotidiana desnuda o preconceito étnico-racial, este ganha força e se materializa em uma ação de discriminação do outro, seja em virtude da cor seja dos valores culturais que identificam a própria população negra. Tal ação é orientada pelo juízo de valor do autor da violência (EURICO, 2020 p. 63).

Essas expressões interrompidas por meio de ameaças introjetam nas crianças sensações e até mesmo traumas que podem perdurar a vida inteira, revelando marcas profundas na vida adulta. O trecho do garoto sendo ameaçado no conto faz alusão a relatos de que algumas crianças nos momentos de choro, no espaço escolar, são amedrontadas para que parem de chorar por intermédio de algumas intimidações, tais como: "Se continuar chorando a sua mãe não vem te buscar"; "Pare de chorar porque senão você vai

ficar aqui"; "Quanto mais chora mais demora para ir embora", entre outras formas de intimidar a expressão de sentimentos como a dor ou medo das crianças.

> Não poderia deixar de ser assim. Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em "coisa", em algo que é como se fosse inanimado (FREIRE, 2016, p. 64).

Neste sentido, percebo que o modo de controle utilizado em muitos casos, parte do momento de sofrimento, pois os opressores tendem a descaracterizar aqueles que se sentem vulneráveis, ou seja, ignoram as dores e sentimentos dos demais que não fazem parte do grupo que se assemelha aos tiranos, chegando a considerá-los seres inertes.

Em relação ao sofrimento de crianças negras no espaço escolar, Veiga (2016, p. 788) afirma que "a desigualdade na oferta escolar instituiu novas identidades às crianças e estabeleceu modos diferenciados de inserção social, por acentuar sua condição subalterna, expondo-a situações de humilhação, vexame e vergonha". Além disso, Veiga (2016) avigora que a desigualdade de tratamento entre negros e brancos precisa ser refletida, pois para a pesquisadora:

> De modo mais específico, refletir sobre sua implicação no processo de elaboração da inferiorização e desqualificação das crianças negras e pobres, e consequente interrogação, por parte das elites, quanto às suas condições de educabilidade. Como sabemos, a associação entre ser negro e primitivo, portanto, possuidor de um saber inferior, integrou as práticas colonizadoras e de colonialidade na elaboração de novas identidades de conotação racial carregadas de estigmas (VEIGA, 2016, p. 774).

Por meio desta visão de Veiga, consigo concordar que vários são os estigmas postos sobre os negros. E, infelizmente, este ato por tempo contribuiu para que muitas pessoas negras acreditassem que eles e seus filhos não possuía condições financeiras e intelectuais para permanecer nos espaços escolares. Por estes e outros motivos, ainda hoje o número de pessoas negras em espaços 'privilegiados' são reduzidos. Mas, em outro capítulo abordarei melhor esta percepção e mostrarei o quanto esta estigmatização prejudica até os dias de hoje alguns negros na sociedade.

1.3- Memórias escolares: a presença dos "monstros" da discriminação racial e do preconceito na educação brasileira

Ao reportar-me as minhas memórias de infância, desejo, primeiramente, rebater a crítica de diversas pessoas que costumam dizer que falar de relações étnico-raciais, por intermédio de memórias, é “mimimi” de negros inconformados com sua raça. Muitos utilizam o termo “mimimi” ironicamente e/ou ofensivamente para diminuir ou ilegitimar as manifestações e falas dos negros, considerando tais declarações como sem sentido ou desnecessárias.

Para Camilo Vandelir (2021, p. 02), “a memória tem sido um importante campo de investigações e pesquisas das ciências sociais, assim como tem sido uma área de interesses e demandas pela qual os sujeitos buscam, por meios de negociações e embates, apropriar-se dos fatos passados”. Haja vista, que retornando ao passado por intermédio das memórias podemos compreender e/ou buscar soluções para situações presentes.

Ainda, neste contexto, Silva (2019) ressalta que

> A memória é um dos objetos da história que cada vez mais tem atraído a atenção dos historiadores. Assim, muitas pesquisas no campo da História da Educação vêm procurando compreender o que acontecia no interior da escola, recorrendo a esse tipo de fontes. Neste sentido, as autobiografias, as escritas nas quais os sujeitos falam de si, lembrando suas experiências de escola, têm despertado o interesse de muitos historiadores da educação. Esses estudos têm revelado a importância dessas fontes para a compreensão dos processos escolares (SILVA, 2019, p.31).

Por concordar com Silva (2019) e acreditar no interesse de muitos estudiosos e, principalmente, aqueles que lutam contra a discriminação racial percebo que nos últimos anos a oportunidade de fala está a chegar a muitos que sofreram com o racismo, desde a primeira infância e tiveram que permanecer em silêncio por muito tempo. E, por isto torna-se evidente que muitos negros possuem histórias e memórias que merecem ser narradas e registradas para mostrar que o mito da democracia racial no Brasil surgiu para tentar apagar ou desmentir as narrativas autobiográficas de muitas vítimas dos diversos tipos de racismos presente na nossa sociedade.

Ademais, Vandelir (2021), concebe a importância das memórias para desfazer os silenciamentos históricos do negro, embasado em diversos campos de saber como necromemória. Ademais,

> Trata-se de uma tentativa emergencial de ventilar os problemas que são suscitados a partir da memória traumática, da desconsideração aos direitos humanos e dos apagamentos gerados, buscando, a partir de

> novas epistemologias, responder a esses embates (VANDELIR, 2021, p. 3).

Nesta conjetura, proponho-me a mostrar ao longo das narrativas que não falar de nossas memórias é de certo modo negar que o racismo está presente em diversos espaços e tempos vividos ao longo da nossa existência. Posto isto, Silva (2016, p. 14) reforça que "é interessante salientar que o racismo não é um problema atual, ou seja, ele é um aspecto estruturante de nossa sociedade, naturalizado e reforçado institucionalmente diariamente".

Ao concordar plenamente com Silva (2016), apoio-me em Judith Butler (2015) e Achillè Mbembe (2018), a fim de referenciar o descaso atribuídos a determinados corpos. Visto que por muitas vezes, o negro não pode e/ou não deve para muitas pessoas da sociedade ter a sua história contada por si mesmo. Desta forma, buscam ilegitimar ou destruir estas narrações, por considerar que estes corpos não possuem o direito de narrar ou expor as suas experiências, não importando com quaisquer sejam a contribuição advindas por elas.

Djamila Ribeiro em entrevista concedida ao programa *Café Filosófico* (14/03/2021) afirma a importância de combater o racismo por intermédio de uma perspectiva negra, em que o próprio negro possa contar a sua história a partir da sua própria ótica. Mesmo que esta atitude seja complexa, ainda assim a educação permite contar outras histórias, ou seja, não apenas aquelas que as pessoas negras são descritas por um único ângulo. Pois, por meio de um trabalho intelectual é possível construir a empatia e orientar diversas práticas.

Além disso, Ribeiro (2021) enfatiza que é preciso trazer verdades desagradáveis no lugar de fala, pois o grupo negro por muito tempo foi silenciado para que essas verdades não fossem faladas. Pois, muitas pessoas criticam o compartilhamento das memórias de sofrimento, porque desejam manter a população negra como os outros e negando a eles a humanidade.

O Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio Luiz de Almeida (2018), na palestra intitulada "História da discriminação racial na educação brasileira", concebe o prejuízo de ser racionalizado, pois o negro perde a sua individualidade, passando a ser representado por um grupo. Por exemplo, se uma pessoa negra erra todos os negros são apontados. E, isso não acontece com os brancos. Ainda segundo Silvio de Almeida (2018), o negro precisa acertar o tempo todo para provar que merece estar em determinados lugares.

Sobre esta concepção do ministro Silvio Luiz de Almeida, Paulo Freire (2016) concebe a seguinte visão:

> Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2016, p. 42-43).

Concordando plenamente com Paulo Freire (2016) e Silvio de Almeida (2018), vejo que o descaso com os sentimentos da criança tem atingido enormes prejuízos ao longo dos tempos. Por isso, torna-se imprescindível trazer ao conhecimento da sociedade de que as crianças, na primeira infância, podem não compreender alguns termos utilizados para nomear as ações dos adultos opressores, mas sem dúvida conseguem perceber e sentir os efeitos das atitudes desumanas, as quais são submetidas ao longo da vida.

Diversos estudos apontam que conceber a infância como sendo uma fase sem importância na vida do ser humano já foi há tempos desmistificada, visto que, ao longo do tempo, a criança foi realmente percebida de diversas maneiras, desde uma simples mente vazia a um adulto em miniatura, ou ainda como um ser frágil, inocente e sem noção da realidade (ARIÈS, 2006).

Com o despertar do sentimento de infância, muitas mudanças passaram a ocorrer no campo educacional. De acordo com o Documento Referencial Curricular de Mato Grosso (DRC-MT), a infância é compreendida como "[...] categoria social, não é única e nem universal, ela sofre determinações históricas, culturais e econômicas que, influenciam os processos educacionais da infância e o próprio olhar sobre a criança" (DRC-MT, 2018, p. 06).

Em consonância com o documento mencionado, percebe-se que para falar de infância torna-se necessário relembrar a própria infância. Nesse contexto, a concepção de Benjamim (1994) evidencia a importância do ato narrativo das vivências. Pois, na perspectiva de Walter Benjamin, as memórias de infância não se restringem a lembranças de uma única etapa da vida, mas remetem à crítica ao tempo presente num exercício de ressignificação do próprio passado no diálogo com o presente.

Nesse contexto, evidencia o grande erro em desmerecer a infância, considerando-a como uma etapa inexistente depois que nos tornamos adultos. Conforme Benjamin (1994), existe uma grande falha em não reconhecer a continuidade das experiências. E, de certo modo, esse reconhecimento torna-se algo necessário, pois a vida é dinâmica, um

ciclo que está em constante renovação. Neste sentido, creio que as memórias de infância podem contribuir com algumas pessoas adultas a encontrarem respostas para inúmeras questões étnico-raciais que ficaram sem respostas ao longo da vida. E, principalmente, colaborar para que muitas crianças negras não sejam negligenciadas por aqueles que possuem o dever de protegê-las e não as ignorar.

A decisão de narrar algumas memórias da minha infância é de certo modo confiar que, com a colaboração das experiências vividas, poderei contribuir para que inúmeras situações traumatizantes que ocorreram comigo sejam evitadas na vida de outras crianças no espaço escolar. Ainda que, para tanto, eu precise reviver algumas situações que até o dia de hoje me causam inquietações e dores que poderiam não existir se as relações étnico-raciais experienciadas tivessem sido diferentes.

Posso associar, aqui, a concepção de Lopes e Quintiliano (2013, p. 295) que concebe "o racismo no Brasil enquanto uma construção sócio-histórica que traz consigo o preconceito e a discriminação racial, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia".

Na mesma direção posso afirmar, como indicaram os autores Lopes e Quintiliano, o racismo está presente e continua trazendo sofrimentos à população negra, deixando grandes cicatrizes que podem ser feridas todas as vezes que são tocadas, pois o racismo, visto como uma construção sócio-histórica, carrega marcas profundas que persistem latentes ao longo da vida.

De acordo com Eurico (2020), quando o assunto é infância, dados apontam que as crianças e os adolescentes brasileiros negros enfrentam um processo de racismo institucional. Por isso, existe um esforço empreendido por muitos grupos para denunciar de certa forma a desigualdade étnico-racial no Brasil, a fim de continuar a garantir conquistas fundamentais no combate ao racismo.

> Na contramão desse processo explícito de racismo institucional, o esforço empreendido por diversos grupos em denunciar a desigualdade étnico-racial no Brasil é uma chave de análise fundamental e permitiu conquistas importantes na luta contra o racismo [...] há um enfoque importante sobre a questão étnico-racial nos diversos ciclos geracionais, em relação à juventude negra, ao genocídio, direito dos povos quilombolas, quanto ao racismo religioso, sobre as especificidades das comunidades quilombolas [...]. Essas e outras pautas são imprescindíveis para a construção de uma nova sociabilidade, desde que conectem a questão étnico-racial. (EURICO, 2020, p. 26).

A partir de Eurico (2020), é possível afirmar que, além do racismo estrutural, o racismo institucional tornou-se explícito nos últimos anos, gerando desse modo um enorme prejuízo para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Por este motivo, é perceptível que as memórias e as narrativas das relações étnico-raciais devem ser expostas, a fim de que posturas possam ser mudadas, atitudes racistas possam ser denunciadas e políticas públicas e leis possam ser mantidas e criadas em favor da população negra no Brasil.

Partindo dessas questões, desses fundamentos e desses dados, recorro-me a algumas memórias, que me lembro bem, sobre minha infância no espaço escolar. Confesso que até cheguei a pensar que um dia teria a oportunidade de dividir momentos felizes da minha vida em um livro de histórias. Porém, sendo eu, mulher, negra, quilombola, mãe, esposa, professora, aluna/pesquisadora do Programa de Mestrado em Educação, percebi que não poderia perder essa oportunidade, deixando de falar das minhas relações étnico-raciais, porque eu já nasci negra e mesmo sabendo desde muito pequena o que era ser uma criança negra na década de 80, ainda assim, muitas pessoas sempre fizeram questão de me reforçar em qual posição eu estava por causa da minha cor e demais características físicas.

> E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos − libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos (FREIRE, 2016, p. 41).

É sabido que Freire tem contribuído até os dias de hoje em diversas situações com suas concepções, especialmente, no âmbito educacional. Pois, ele retrata a força que os grupos oprimidos podem ter a partir do surgimento do poder oriundo de suas fraquezas e frustrações. E relatar minhas relações étnico-raciais, mesmo que não tenham sido fáceis, é libertar-me dos estigmas e correntes que há anos foram postos, uma vez que muitos opressores utilizavam do discurso de que eu era a causadora dos meus sofrimentos, desde a minha tenra idade.

Além disso, infelizmente, em pleno século XXI, ainda, urge a necessidade de abordar algumas questões raciais, haja vista que infelizmente o racismo tem perpassado a várias gerações, deixando marcas profundas. Neste contexto, pretendo de antemão apoiar-me nas palavras do músico Emicida nos versos da canção “Todos olhos em nóiz”

(2017), pois "*quando você tem a pele escura, não importa onde você vá, todos os olhos estão sobre você, às vezes te desacreditando, às vezes esperando que você faça algo errado".*

E, por concordar com o Emicida percebo a necessidade de mostrar o quanto esse tipo de julgamento é prejudicial para nós negros, desde os nossos primeiros anos de existência. Além disso, acredito que os maiores traumas da vida do ser humano ocorrem na infância. Por isso, não poderia deixar de visitar as minhas memórias, uma vez que acredito que elas servirão para análise, reflexão e construção de algumas perspectivas educacionais, que poderão contribuir com diversas pessoas, em especial, as envolvidas nos processos educativos.

Neste sentindo, fortaleço-me em Campos (2009) que consegue explicar que

> Escrevo a história da minha vida não porque se trate de mim; mas porque ela constitui uma lição de coragem aos tímidos, de audácia aos pobres, de esperança aos desenganados, e, dessa maneira, um roteiro útil à mocidade que a manuseie. Os vícios que a afeiam, os erros que a singularizam e que proclamo com inteira tranquilidade de alma, os rochedos, em suma, em que bati, mesmo esses me foram proveitosos, e sê-lo-ão, talvez, aos que me lerem. (CAMPOS, 2009, p. 24).

Ademais, o Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), no livro intitulado *Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância* (2021), informa que no Brasil, o termo negro/a representa a soma das categorias preto/a e pardo/a presentes nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tem sido usado para afirmar a identidade deste grupo social. Conforme a edição 2020 da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, **56,3%** dos brasileiros se declararam pretos ou pardos em 2019. Sendo que **73,5%,** mais de **70%**, da população brasileira abaixo da linha da pobreza é negra. E, **51,9%** do ponto de vista de gênero, as mulheres são a maioria da população pobre no Brasil, desta porcentagem de gênero **38,1%,** mais de um terço da população pobre é composta por mulheres negras. Ademais, o NCPI ressalta que

> As principais características do racismo estrutural [...] são, por um lado, a negação do próprio racismo como sistema de opressão e, por outro, a defesa de uma ideia de humanidade universal. Esta combinação de fatores permite construir relações tomando desigualdades como parte integrante da vida em sociedade, sem dar atenção às diferentes identidades raciais que todo o tempo participam desse processo de construção de relações. Assume-se que grupos diferentes tenham as mesmas oportunidades, sendo que as relações sociais instituídas são

> orientadas pela racialidade, ou seja, por distinções que se baseiam no atributo raça (NCPI, 2021, p. 16).

Com base nestes dados e em tantos outros relatos de pessoas, principalmente negras, que conseguem perceber a presença do racismo em diversos espaços, vejo que estes dados são assustadores e necessitam urgentemente ser diminuídos. Pois, os dados do (IBGE) e as afirmações do (NCPI) demonstram que somos a maioria da população brasileira. E, infelizmente, somos também a maioria em tudo que segue em desvantagem. Mas, quando os dados são analisados em instrução, empregos, espaços privilegiados e em tantas outras condições favoráveis, a porcentagem é bem menor, chegando a ser alarmante.

1.4 - Racismo e educadores: O aflorar de memórias das relações étnico-raciais na infância

Era comum ouvir da nossa mãe a expressão: *"Ser preto e pobre não é feio, a feiura está em ser sujo"*. Mamãe sempre se preocupava em nos mandar limpinhos à escola, porque ela acreditava que assim poderíamos ser sempre aceitos pelas pessoas do espaço. Mas, mesmo com todo o zelo de minha querida mãe, eu não conseguia entender o porquê de a professora sempre chamar a minha atenção e das crianças que se pareciam comigo, quando íamos ao encontro dela, a fim de pedir ajuda em situações de conflitos e, principalmente, quando tentávamos tirar alguma dúvida sobre os conteúdos explicados, ela falava sempre assim: "Vocês deveriam ter vergonha da cor de vocês".

> O sujo está associado ao negro: a cor, ao homem e à mulher negros. A linguagem gestual, oral e escrita institucionaliza o sentido depreciativo do significante negro: o *Aurélio,* por exemplo − para citar apenas um dos nossos mais conceituados dicionários − vincula ao verbete "negro" os atributos sujo e sujeira, entre dez outros de caráter pejorativo. (SOUZA, 2021, p. 60).

Analisando a associação da palavra negro a sujeira e a vários significados pejorativos, percebo que o Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância está totalmente correto em exigir que "além da garantia de acesso, a educação infantil precisa ter boa qualidade para cumprir sua finalidade de promover o desenvolvimento integral da

criança pequena, o que pressupõe a existência de educadores preparados e materiais adequados para a educação das relações étnico-raciais" (NCPI, 2021, p. 11).

Um dia, cheguei em casa e perguntei para mamãe se eu era encardida. Ela olhou para mim muito triste e perguntou sobre quem havia falado aquilo. E eu respondi que a professora sempre dizia para eu ter vergonha da minha cor. Recordo-me de mamãe falar com lágrimas nos olhos que não era para nenhum de nós abraçar a professora nem chegar perto dela, pois ela tinha nojo de preto.

O livro *Formação de professores, políticas educacionais e experiências pedagógicas em Rondonópolis/MT* (CARDOSO et. al, 2021) carrega consigo uma contribuição minha, ou seja, eu contribuo com um texto intitulado "Antes que o tempo apague: Memórias da minha alfabetização", no qual eu relato sobre a minha inserção no espaço escolar e narro o meu processo de alfabetização. Neste texto, eu exponho um pouco do tratamento recebido pela minha primeira professora na instituição de ensino. Observe como foi a recepção que eu recebi no meu primeiro dia de aula:

> Ao chegar à sala, a professora da pré-escola, falou para a diretora que não queria que eu ficasse lá. Lembro-me de ter chorado muito ao ouvir aquilo e, assim, a professora aproveitou para justificar que eu ainda era uma 'bebezona' para estar na escola. Contudo, a diretora, com muita tranquilidade, passava a mão nas minhas costas e explicava, quase que a implorar, que eu não tinha com quem ficar em casa. Além disso, garantiu que eu não atrapalharia a aula e ficaria sentada no chão, lá, no final da sala. Com muita insistência por parte da gestora, a professora aceitou a minha presença. Com o passar dos dias na sala, confesso que a minha professora demonstrava ter nojo de mim. Pois, sempre que ela se aproximava de mim, meneava a cabeça, preferindo ignorar-me com frequência. Mas, naquela época, isso não me afetava tanto (PASSOS, 2021, p. 223).

Eu pensava que não me afetava, mas o fato é que eu guardava essa dor e mágoa na memória, por esses gestos e algumas palavras da professora, como uma reprovação por estar na sala de aula. E, hoje, eu sei que isso doeu muito, por muito tempo, sim, assim como dói em muitos negros e muitas negras sentir o racismo! O Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância revela a importância do afeto dos adultos para com as crianças no espaço escolar. Pois,

> A distribuição desigual de afeto na interação entre adultos e crianças tendo como critério o pertencimento racial é uma atitude evidentemente racista e fere um dos pilares da educação infantil que é o cuidar. O afeto é parte dos cuidados e da garantia do desenvolvimento saudável na infância – está relacionado diretamente às sensações de segurança e

> aconchego que produzem emoções muito importantes para a criança pequena (NCPI, 2021, p. 31).

A partir daquele dia, comecei a perceber as diferenças de tratamento entre as crianças negras e as brancas por parte daquela professora. Quando uma criança branca batia em uma negra, quase nunca ela se importava, mas, quando era o inverso, colocava de castigo, porque alegava que havia ficado a marca, já que a pele era branquinha.

Djamila Ribeiro (2019) reconhece que na época escolar dela,

> O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu (RIBEIRO, 2019, p. 24).

Dialogando com Ribeiro (2019), percebo que o tempo escolar dela e o meu ocorreram na mesma década. E essa percepção da autora vem ao encontro com as minhas lembranças do meu tempo de estudante da educação básica. Esse mundo apresentado na escola, ao qual ela se refere, eu vivi nele também. Não era um mundo colorido. Antes era um mundo branco, onde o preto presente nele não era bem-visto, chegando, às vezes, a ser ignorado.

Assim como exposto por Ribeiro (2019), recordo-me que fui ignorada muitas vezes, principalmente pela minha primeira professora, no espaço escolar. No entanto, mesmo assim, a inocência de criança fazia com que eu tentasse ser vista por ela também:

> Em meio à empolgação de estar a ler, num certo dia, a professora estava a tomar a lição das famílias alfabéticas fixadas acima do quadro. Pois havia muitos cartazes colados nas paredes da sala de aula e na parte superior do quadro. E, eu comecei a falar que eu sabia ler. Na verdade, eu falava assim: “Tia deixa eu, deixa eu”. Ela olhou para mim, com uma cara de deboche e falou: “Está bem negrinha. Vamos ver se você sabe mesmo”. Naquela hora, senti um frio na barriga ao ouvir a batida da régua de madeira no quadro. Entretanto, comecei a ler as palavras conforme a régua era posicionada. Ao término, ela falou para a classe: “vejam só a negrinha está sabendo mais do que vocês” (PASSOS, 2021, p. 224).

Na escola, o tratamento pejorativo vinha da professora. Em casa, mamãe ficava chateada, mas, por não ter “estudo”, acreditava que ela era “inferior” à professora e aos demais do espaço educacional, chegando ao ponto de acreditar que não podia fazer nada.

Neste viés, Freire (2016) afirma que de tanto os oprimidos ouvirem que são incapazes e inferiores acabam por convencer de sua incapacidade para dialogar com os considerados mais instruídos, aceitando então que esses sabem o que estão a fazer.

E, assim, as crianças da turma também ganhavam espaço e força para nos ferir psicologicamente e, às vezes, fisicamente, visto que nós éramos os *SPPP*, Sem Pai, Pretos e Pobres. Se em pleno século XXI isso ainda coloca muitas crianças em desvantagens, imagina naquele tempo, todo mundo se achava no direito de "sentar a mão" em nós por qualquer motivo. Para tanto, Ribeiro (2019) salienta que o sofrimento das crianças negras não pode ser aceito e nem justificado pelo fato de ser negro e estar em um "mundo" desenhado por pessoas que ocupam espaços privilegiados e que não se importam com a dor alheia.

Ao apoiar-me em Djamila Ribeiro (2019) e refletir com Achille Mbembe (2018), no livro "Necropolítica", no qual o autor consegue demonstrar o que esse tipo de postura covarde de quem administra um espaço pode fazer com o ser humano por meio de segregações e inimizades, uma vez que, já desde muito pequenas, algumas crianças começam a usar a trena da desigualdade racial, esse parâmetro contribui para que muitas pessoas consigam se achar superiores às outras por fatores raciais e sociais.

Lévi-Strauss (1989, p.135), ao conceber que "à medida que os grupos se definem pela imagem que se tem de um modelo natural torna-se cada vez mais difícil, no plano social, manter suas relações com outros grupos". Visto que esse modelo tido como natural passa por um processo de naturalização. Processo esse que exclui todos quantos são diferentes.

Já Freire (2016, p. 55) ressalta que "para nós, contudo, a questão não está propriamente em explicar às massas, mas em dialogar com elas sobre a sua ação". Pois, quando os indivíduos acreditam que existe um único modelo a ser aceito e respeitado, até o diálogo torna-se evitado por esses grupos tidos como os "dominantes".

De tanto chegarmos à casa reclamando, à noitinha, para mamãe – ela era doméstica e cuidadora dos filhos dos patrões, por esse motivo, ela saía cedo para trabalhar e só voltava já no início da noite. Logo, cansada daquela situação, minha mãe falou que estava esgotada de ver os filhos sendo maltratados e ninguém fazer nada. Então, autorizou que nós revidássemos, prometendo que estaria pronta para resolver com quem viesse até ela reclamar.

Pode até parecer estranho, mas eu e meus irmãos não queríamos bater em ninguém. Não tínhamos coragem para isso, sentíamos que não era certo fazer aquilo,

temíamos que mamãe fosse presa, porquanto só tínhamos ela. Então, diante destas possibilidades, resolvemos não nos importar com os puxões de pituca − nome dado pelos colegas que puxavam os nossos cabelos, porque as crianças achavam o máximo deixar a mim e a minha irmã com os cabelos "bagunçados", já que, com os fios soltos, eles diziam que eram palhas de aço. Essas memórias são a minha maneira de denunciar a presença do racismo nestes gestos e atitudes de algumas crianças brancas para conosco, as negras e os negros.

Achille Mbembe (2018) demonstra em seus escritos a naturalização do sofrimento das pessoas negras, sendo estas consideradas "inferiores" por muitos da sociedade. Ademais, Mbembe afirma que esse tipo de funcionamento acontece por meio da soberania que gerencia a morte, pois trata-se de uma macroestrutura racista. Diante de tantas injustiças, crescemos acreditando que muitos espaços não nos pertencem. E este sentimento contribui para diversos prejuízos ao longo da vida, diminuindo assim em muitos casos a expectativa de existência.

Mesmo sabendo que o intervalo era um momento de possibilidades de algumas brincadeiras de mal gosto ou ofensas, ainda assim, eu enfrentava, porque havia outras crianças que compartilhavam do mesmo sofrimento. E começamos a andar em grupos, a fim de nos defendermos. E nesses momentos de recreio, éramos intimidados e começávamos a planejar em como poderíamos agir contra aqueles que nos oprimiam. Sobre esse assunto, Ribeiro (2019, p. 33) reforça que "devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição social do privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja deliberadamente violento".

Posto isto, certo dia, cheguei à sala e, quando fui me sentar, um garoto que sentava próximo a mim, chamou-me de negra do cabelo duro. E cantava baixo a música "Fricote" de Luiz Calda ("Nega do cabelo duro, que não gosta de pentear..."), e como eu o ignorei, logo ele resolveu erguer a minha saia. Nesse momento, num ato repentino, acabei por dar-lhe um tapa no braço.

Foi por intermédio deste dia que eu descobri que havia diferença entre uma criança negra agredida e uma criança branca. Pois, a primeira coisa que a professora notou foi que ele chorava e mudava de cor, ou seja, envermelhava. Já, eu e as outras crianças negras não possuíamos a "magia" de se envermelhar, talvez fosse por esse motivo que o nosso choro era ignorado na maioria das vezes quando recorríamos a ela.

Recordar desse episódio contribui para refletir sobre muitas crianças na educação infantil que são ignoradas nos momentos de choro, enquanto outras são consoladas com

alegações de que elas estão vermelhinhas por chorar. Não digo aqui que as crianças brancas não merecem atenção, mas questiono a falta de empatia de algumas pessoas mediante o choro e o sofrimento das pessoas negras, desde a primeira infância.

Para o filósofo Achile Mbembe (2018) a necropolítica ou política de morte é a capacidade de fixar a ideia de que algumas pessoas devem ter seus corpos destruídos. Já Avtar Brah (2006) enfatiza que a forma de fazer isso é desumanizando os negros, ou seja, ignorando os sentimentos e os colocando como os outros.

O choro do meu colega mexeu com o sentimento daquela professora que se assemelhava a ele. Imagina qual foi a postura dela para comigo? Tentou me tirar da sala de aula, apontando para a porta, mas eu estava decidida a não aceitar mais ser humilhada naquele espaço. Segurei na carteira e permaneci ali chorando e tremendo. Ela falou: "Você não vai permanecer aqui, será expulsa, se não sair agora". Nesse instante, fechei meus olhos com vergonha dos demais, pois ela dizia que eu deveria ter vergonha da minha atitude e da minha cor. Enquanto eu chorava, a professora saiu da sala.

O silêncio tomou conta do lugar e, de repente, ouvi o diretor dizer: "Muito bem, se a montanha não vai a Maomé, ele vai à montanha. Levanta-se agora, pode pegar o seu material, você não tem filho aqui para bater". Eu ainda atrevi a falar que o garoto já havia batido em mim outras vezes e que hoje havia me ofendido e levantado a minha saia. Antes de eu concluir, o gestor repreendeu-me, dizendo que nada justifica eu dar um tapa num menino. E mandou que eu me calasse.

Sobre este assunto, Djamila Ribeiro faz alguns questionamentos:

> Por que se tem compreensão com quem está oprimindo e não com quem está sendo oprimido? A menina negra é que precisa entender que isso é "brincadeira" ou quem faz a "brincadeira" que deve perceber que aquilo é racismo? Até quando utilizarão o humor como desculpa para comentários racistas? Quem olhará pela menina negra que odiará seu cabelo por causa das piadas? Quem lucrará a gente já sabe (RIBEIRO, 2018, p. 31).

A postura do diretor para calar-me pode ser analisada melhor com auxílio dos questionamentos de Djamila Ribeiro e da contribuição de Paulo Freire na obra "Pedagogia do oprimido", onde consta que

> Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro. Inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam, porque apenas se

> amam. [...] Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que odiaram primeiro (FREIRE, 2016, p. 58).

Antes de sair da sala, ele fez eu pedir perdão ao colega e à professora. Confesso que as minhas pernas tremiam muito diante daquele senhor tão severo, que eu mal conseguia andar. E ele pensando que fosse proposital, puxou-me pelo braço e declarou aos demais que, enquanto a minha mãe não fosse à escola, eu não entraria nos portões daquela instituição escolar.

Eis aqui um elemento importante de análise, pois se o diretor sabia que a família deveria ser chamada à escola para resolver alguns empasses dos filhos/pupilos, por que será que não convocavam os pais daqueles que, ao praticar atos racistas, contribuíam diariamente com o sofrimento de tantas crianças negras naquele espaço escolar?

Sobre esse assunto, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg explicam que

> Com relação ao racismo, além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma organização social racista também limita a motivação e o nível de aspirações do negro. [..] As práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização, pela maioria da população negra, de uma autoimagem desfavorável (GONZALEZ; HASENBALG, 2022, P. 113).

Ao concordar com a ponto de vista de Gonzalez e Hasenbalg (2022), percebo que algumas pessoas da sociedade se ocorreram a erros que favoreceram a organização social racista, pois utilizaram e, ainda hoje, utilizam dois pesos e duas medidas para tomar decisões, sendo que para os negros o peso e a medida sempre foram os maiores e os mais pesados para serem cobrados. Ribeiro (2019, p. 38) contribui explicando que “a partir do momento em que se compreende o racismo como um sistema que estrutura a sociedade, essas respostas se mostram vazias. É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista”.

Acompanhando o diretor pelos corredores do colégio, sentia-me como se estivesse indo para uma masmorra, as lágrimas encharcavam a minha camisa de uniforme. Eu sabia que não deveria ter agredido o colega, porém, mesmo eu ainda criança, sabia que estava de certo modo sendo injustiçada, porque o tapa dado estava seguro há muito tempo, diante das provocações que eu vinha sofrendo naquele lugar.

Lá na diretoria, o gestor falou que eu só entraria na escola com a presença da minha mãe, pois para ele era inadmissível uma garota revidar contra um menino. Na verdade, ele era mais sagaz que a professora, porque ela já deixava logo escancarado que

eu estava em uma situação de desvantagem pela minha “cor”. E o diretor demonstrava de certo modo que o fato de ser negra era também um problema, não ter pai era outro, ser muito pobre também, mas ele preferia partir da concepção de que as garotas deveriam sempre ser submissas ao gênero masculino.

> Negros e brancos viam-se e entreviam-se através de uma ótica deformada consequente à persistência dos padrões tradicionalistas das relações sociais. O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado − dócil, submisso e útil −, enquanto o branco agia com o autoritarismo, por vezes paternalista, que era característico da dominação senhorial (SOUZA, 2021, p. 49).

Ao analisar esta postura da professora e do diretor, hoje, percebo, por meio da contribuição de Souza (2021), o quanto o/a adulto (a), como professor (a) ou gestor (a), pode contribuir com as práticas racistas e preconceituosas em diversos espaços, principalmente, no ambiente escolar, pois ao sair levada chorando sozinha por uma situação que não começou comigo, mas sim com um garoto, que estava praticando racismo contra mim, fez com que as demais crianças negras vissem naquele ato exemplar que era melhor sofrer caladas e reclusas nos últimos assentos da sala. Os estudantes percebem que “o adulto não apenas lhe dá cuidado físico mais o insere no mundo simbólico de sua cultura ao interpretar suas expressões, gestos, posturas” (OLIVEIRA et alii 1992). Desse modo, as crianças negras tendem a silenciar-se, pois a voz delas pode ser ignorada, assim como o choro do personagem ‘negrinho’ do conto “O burrinho pedrês” de Guimarães Rosa.

Enquanto eu estava de castigo na diretoria, a professora chegou trazendo a minha sacola com meus materiais escolares. O diretor pegou o caderno, abriu-o, examinou-o e disse: “Só faltava ser uma preguiçosa e não fazer as tarefas, mas infelizmente, essa aí estuda. Por isso, não será expulsa. Porém, só vai entrar aqui de novo com a mãe”. Naquele momento, pensei que deveria ser isso que acontecia com as crianças que iam para diretoria e eu nunca mais as via na escola.

Sobre essa postura abusiva e autoritária do diretor para com uma criança, Vitor Henrique Paro traz uma enorme contribuição ao afirmar que “[...] será entendido como *autoritarismo* precisamente a negação dessa condição democrática da autoridade, ou seja, quando as decisões são tomadas por quem detém o poder, sem a concordância dos que estão a eles subordinados” (PARO, 2014, p. 41, grifo do autor). A postura de

autoritarismo, por vezes, impede que o autoritário conceda o espaço de fala ao outro, pois ele não aceita ser confrontado.

Foi aí que eu tive uma ideia para sair de vez daquele espaço. Ou seja, ficaria em silêncio, não contaria nada para minha mãe, faria o mesmo que meus irmãos, deixaria de ir à escola. Minha irmã tinha desistido de estudar e meu irmão mais novo se recusava a deixar de usar boné, pois criou um trauma por causa dos xingamentos, das brincadeiras e das chacotas com o cabelo dele. Recordo-me, perfeitamente, que um dia ele foi à escola e colocou o boné, quando entrou na sala de aula, a professora retirou a peça da cabeça dele e o segurou pelo rosto, a fim de que todos o observassem sem o acessório, as crianças riram muito da cena e, por este motivo, ele saiu da escola. E, continua a sofrer com isso até o dia de hoje.

Neste viés, o Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI, 2021, p. 36) assegura que "quando a criança é destituída de seu nome próprio por um xingamento que lhe retira a humanidade, ela pode construir um sentimento de desvalorização, de rejeição da própria imagem, de inibição e dificuldade de confiar em si mesma". Isto de fato é notório na vida de muitas crianças e adultos na atualidade. Além disso, "o racismo é uma das variáveis que compõem as chamadas Experiências Adversas na Infância [...]. A experiência de ser criança negra no Brasil ocorre na adversidade do racismo brasileiro e essas crianças podem enfrentar maior exposição ao estresse tóxico por traumas e a situações de pobreza devido ao racismo" (NCPI, 2021, p. 10).

Ao sair da escola, naquele dia, estava decidida a não voltar mais. Eu tinha a certeza de que daria certo o meu plano, visto que mamãe saía muito cedo de casa, assim ela não teria conhecimento sobre o ocorrido no colégio. E, assim, não voltaria humilhada perante os demais. No caminho para casa, contei sobre o meu plano a uma colega de sala. Ela ficou muito triste e pediu para eu não fazer aquilo, alegando que não teria nenhuma outra colega na escola. Todavia, despedi-me dela e fui para casa.

Em casa, naquela tarde, passei o tempo todo pensativa, pois doía em meu coração saber que todo o esforço da minha mãe para me ver na escola tinha sido em vão. E, infelizmente, eu "não era gente" ainda, pois mamãe dizia que precisava concluir os estudos para ser gente. Contudo, eu estava decidida a não retornar à escola. Porque toda vez que eu lembrava do garoto me xingando e levantando a minha saia, da professora me puxando da cadeira e falando tantas palavras desnecessárias, do diretor me retirando da sala com tanta truculência, eu me fortalecia na minha decisão de abandonar os estudos.

Quando mamãe retornava para casa, já no finalzinho da tarde, aquela minha amiga da escola a aguardava em frente à casa dela, justamente para dar o recado do diretor de que eu não entraria na escola sem a presença da minha responsável. E, ao chegar a nossa casa, minha mãe relatou que uma menina do colégio havia dito a ela que o diretor a esperava na escola e que não era para mamãe bater em mim, pois eu não tinha culpa de nada.

Enquanto eu ouvia os relatos da minha mãe, o meu coração batia fortemente, pois jamais na minha inocente imaginação aquela informação chegaria até ela. Mas, antes que eu falasse alguma coisa, mamãe pediu que eu fosse ao telefone público, realizasse uma ligação para a patroa dela, avisando que ela chegaria mais tarde, pois iria resolver um problema antes de ir ao trabalho.

Na manhã seguinte, acordamos cedinho. Fomos à escola, chegando próximo à sala do diretor, fiquei com medo de entrar e falei para mamãe que somente ela falaria com o gestor. Assim, fiquei do lado de fora próximo a uma janela. Na porta, mamãe pediu licença para entrar. Em seguida, falou que havia sido informada de que o diretor queria falar com ela sobre sua filha.

De repente, ouvi a voz do gestor que já de início começou a questionar se mamãe tinha ciência do que a filha havia feito. De pronto, ela respondeu que gostaria de saber tudo o que estava a acontecer. E ele começou a falar que eu havia batido em um garoto da turma, enfrentado a professora e dado muito trabalho para ser retirada da sala de aula. Pacientemente, mamãe ouvia as reclamações dele. Até que em um dado momento, ela falou que ela sabia que teria sido chamada por engano, pois aquela pessoa descrita por ele não era a filha dela.

Ao ouvir aquilo, o diretor afirmou que nos conhecia perfeitamente, pois sabia que ela era uma mulher viúva que os filhos não tinham pai, que ela trabalhava muito, mas precisava que ela me corrigisse pelo ato feito. Nesse momento, minha mãe perguntou se aquela postura dele era assim com todos os pais dos estudantes que faziam algo semelhante. Assustado ele indagou o motivo da pergunta. E ela respondeu que nos últimos anos estava cansada de ver os filhos dela chegar em casa machucados por outros alunos e nunca havia escutado falar da presença dos pais destes, aproveitando ela questionou se a diferença era o fato de eu não ter pai ou ser uma criança negra.

O diretor tentou argumentar que ela deveria ter reclamado quando os filhos chegaram em casa relatando as agressões. Porém, mamãe afirmou que a professora sempre soube do que estava a ocorrer, mas para que se importar de certo os filhos dela

não sentiam dor também. Todavia, prometeu conversar comigo, embora ela dissesse que sabia que ele estava equivocado sobre mim e que talvez tivesse recebido informações de outra criança, pois ela tinha certeza de que eu não era a pessoa que ele estava a falar.

Do lado de fora, eu chorava ao ouvir a minha mãe me defender daquele jeito. Naquele instante, o diretor pediu para que eu entrasse na sala e aguardasse, porque ele me levaria até a professora. Foi ali naquele momento, olhando para minha mãe, que eu decidi que jamais deixaria de estudar e procuraria não a colocar mais em uma situação daquela, pois eu sabia o quanto era difícil para ela estar ali perante aquelas pessoas, falando daquele jeito, visto que mamãe era muito tímida, mas como se pode ver, era também muito corajosa e uma grande fonte de inspiração para mim.

Ao ir embora, mamãe me abraçou e falou que não precisava ficar com vergonha dos amigos, pois eu era criança como eles também. Além disso, ela falou: "Estuda bastante para você um dia ser uma professora daqui!". Assim, encorajada, voltei para sala, com os olhos molhados e um nó enorme na garganta. A professora aproveitou para dizer que agora eu havia aprendido a lição e saberia o meu lugar. Ao ouvir as palavras da professora, compreendi que o meu lugar era aquele que estava vazio, ou seja, a última cadeira da sala e foi assim que permaneci a ocupar aquela posição na sala de aula durante toda a minha vida escolar.

> Durante a idade escolar, num período em que a personalidade da criança e do jovem ainda se encontra em processo de formação. Especialmente as crianças mais novas, das escolas de educação infantil e das primeiras séries do ensino fundamental, ainda tem uma grande dependência das normas estabelecidas pelos adultos e tendem a obedecer inquestionavelmente ao professor ou à professora, levadas quer pela afeição quer pela falta de opção (PARO, 2014, p. 65).

Sentei-me na última carteira que havia na sala. Os colegas olhavam com espanto e curiosidade para mim, talvez quisessem saber o que havia sido dito para minha mãe ou como eu havia conseguido voltar da sala mais temida da escola, ou seja, a sala do diretor. Peguei o meu caderno. Comecei a escrever rapidamente. As palavras sempre me encantaram e foi nelas que eu me apoiei naquele dia, pois sabia que eu precisava "tornar-me gente", modo utilizado por alguns adultos para demonstrar que algumas crianças só seriam gente se concluíssem os estudos, pois naqueles últimos dois dias, eu estava a sentir-me pior do que um inseto, diante das situações vivenciadas na escola.

> [...] a escola é capaz também de desumanizar, de docilizar, de infantilizar, de domesticar, de semear preconceitos e discriminações, de perpetuar as relações de poder nas atitudes mais banais e cotidianas no seu interior. Nos poupamos aqui dos exemplos vários que todos nós, habitantes da paisagem escolar, conhecemos sobejamente, desde o poder exercido pelo vigilante do portão, pela inspetora de alunos, por professores, secretárias, diretores, [...]. Herdamos uma sociedade oligárquica, escravocrata, machista e míope, baseada não no diálogo, mas na impostura da tradicional pergunta: você sabe com quem está falando? (FERREIRA-SANTOS & ALMEIDA, 2019, p. 26).

Para o Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância,

> Torna-se claro, portanto, que as experiências de racismo vividas em ambientes educacionais impactam negativamente o desenvolvimento das crianças negras sob diferentes aspectos, e é neste contexto que se fundamenta a necessária ação de profissionais da educação organizando ambientes seguros e livres de discriminação (NCPI, 2021, p. 37).

Assim posto por Ferreira-Santos e Almeida (2019) e pelo (NCPI), hoje, percebo que tanto a professora quanto o diretor conseguiram me desumanizar com as atitudes deles, uma vez que naquela época a afetividade e a sensibilidade passavam longe do portão daquela escola. Eu nunca havia presenciado, ainda, ninguém ser arrastado de dentro de uma sala de aula. Confesso que, todas as vezes que eu lembrava da cena, eu tentava engolir o nó que estava na minha garganta. E para permanecer ali, eu mantinha o foco nas palavras, pensava no dia em que eu viraria ‘gente’ para não ser mais humilhada.

Na hora do recreio, o meu colega, que havia se envolvido na confusão comigo, veio até a mim e falou que a mãe dele tinha ficado brava com o que ele fez, pois ao chegar à casa dele, os pais perguntaram o que havia ocorrido e ele contou que uma guria tinha dado um tapa nele. E quando ele contou o motivo, a mãe dele o repreendeu, dizendo que não deveria ofender as pessoas mesmo estas sendo negras. Ademais, o fez prometer que pediria desculpas para mim.

A conversa fluía harmonicamente, mas os colegas dele diziam: “Deixa essa negrinha, lá fora do colégio! Nós vamos bater nela!”. Foi, ali, naquele dia, que eu descobri que o discurso de um branco para os brancos possuía um efeito imediato, pois o garoto reproduziu a fala da mãe dele, pedindo que eles me deixassem em paz. Naquele momento, o menino falou que eu e ele seríamos amigos a partir daquele dia. E ninguém bateria em mim por causa do nosso conflito anterior.

Depois disso, o garoto passou a tratar-me bem, inclusive púlávamos corda juntos nos momentos de recreação. E sempre que a mãe dele fazia algum lanche diferente, ela

mandava a mais para que ele repartisse comigo. Ainda que, algumas vezes, ao ver nos dois brincando ou conversando, a professora fazia questão de falar para ele tomar cuidado comigo. Mas, felizmente, o discurso dos pais dele havia conseguido modificar o comportamento daquele menino.

Segundo Stuart Hall (1999), a identidade cultural é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os indivíduos são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que os rodeiam. A postura de combate ao racismo da mãe do meu amigo foi fundamental para que eu passasse a me sentir mais acolhida naquele espaço. Diante disso, a amizade entre mim e o menino crescia, outros estudantes do círculo de amizade do garoto, que antes me ofendiam, passaram a me perceber como pessoa.

Na realidade, ao analisar as memórias, até aqui expostas, percebo que as crianças necessitam da ajuda de um adulto para que elas abandonem certas atitudes, que podem desencadear graves problemas sociais e psicológicos para aqueles que sofrem com práticas racistas e preconceituosas. O racismo pode deixar marcas profundas e feridas incuráveis nas vítimas. Contudo, esse reflexo do racismo presente na sociedade será melhor compreendido no próximo capítulo.

2.0- NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS E EDUCAÇÃO

> "Como negra, não quero mais ser objeto de estudo, e sim o sujeito da pesquisa. Se já estou fora de diversos espaços, um aliado veria a importância da minha fala sobre problemas que me afligem em vez de querer falar por mim. É necessário usar seu espaço de privilégio para dar espaço a grupos que não o têm, até porque esse privilégio foi construído em cima das costas de quem foi e é historicamente discriminado".
>
> (RIBEIRO, 2018, p. 83)

De acordo com Passeggi; Nascimento; Oliveira (2016, p. 113), as "narrativas na primeira pessoa constituem há quase um século fontes privilegiadas no campo epistêmico da pesquisa qualitativa interpretativista". Pensar nas narrativas autobiográficas como fonte privilegiada para pesquisa é reconhecer que somos "sujeitos de direitos, capazes de narrar sua própria história e de refletir sobre ela" (p. 114).

O ato de narrar exige coragem e motivação. Para sentir-se alentada e motivada, é importante perceber em que esse ato pode contribuir com quem ouve ou lê esses relatos, principalmente, quando as narrativas são da própria narradora. Partindo desse pressuposto, compartilho um pouco da minha história, porque acredito que existem muitas experiências que merecem ser compartilhadas, visto que podem contribuir para que algumas posturas sejam mantidas ou evitadas em relação ao indivíduo, desde a primeira infância.

Isto posto me acalmo. Porque sei que existem muitas críticas em relação à pesquisa autobiográfica, principalmente, quando trata-se da história de uma pessoa negra. Relatar as nossas memórias, na maioria das vezes, faz com que nós negros recebamos o julgamento de vitimismo, coitadismo, entre outras formas de menosprezar ou invalidar a nossa narrativa e nós mesmos. Todavia, nós negros precisamos vencer o medo dessas críticas e aproveitar a oportunidade de fala e expor o que há muito tempo tem sido acobertado sobre o verdadeiro tratamento que a população negra sofreu e, ainda hoje, sofre nos espaços públicos, aliás, na sociedade.

Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2003) concebe que as narrativas autobiográficas incidem em "fazer surgir" histórias de vida cheias de significação por meio de aspectos subjetivos do próprio narrador. Visto que "trabalhar com narrativas não é simplesmente recolher objetos ou condutas diferentes, em contextos narrativos diversos, mas, sim, participar na elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador" (ABRAHÃO, 2003, p. 85).

Nóvoa (2001) colabora com Abrahão (2003) ao afirmar que

> [...] é preciso reconhecer que mesmo os mais impenitentes críticos do gesto (auto)biográfico a ele se consagraram uma ou outra vez. Tudo se decide na consciência do acto. No seu equilíbrio e sensatez. Na aceitação de que a (auto)leitura, mesmo partilhada, não constitui uma verdade mais certa do que as outras leituras. Não se trata de uma mera descrição ou arrumação de factos, mas de um esforço de construção (e de reconstrução) dos itinerários passados. É uma história que nós contamos a nós mesmos e aos outros. O que se diz é tão importante como o que fica por dizer. O como se diz revela uma escolha, sem inocências, do que se quer falar e do que se quer calar (NÓVOA, 2001, p. 7 - 8).

Nesta conjetura, evidencia que não há ingenuidades por parte do (a) pesquisador (a) em relação ao que se revela num texto autobiográfico, pois o investigador sabe o que ele deseja revelar por meio de suas memórias. Pensando nisso, acredito que revisitar as minhas memórias contribuirá para tanto para a minha reconstrução do significado das minhas vivências quanto para os leitores desta dissertação que poderão inspirar-se nos meus relatos de como enfrentei, desde muito pequena os gestos racistas da sociedade brasileira, principalmente na escola que reflete altos graus de preconceito para com os afrodescendentes. Abrahão (2003, p. 01) aponta que "os instrumentos de análise e interpretação do pesquisador são elementos que se imbricam e complementam para melhor compreensão de dimensões da realidade pesquisada, tanto na perspectiva pessoal/social do narrador, como na perspectiva contextual da qual essa individualidade é produto/produtora".

José Contreras Domingo (2016), afirma que a profissão educacional pode ser uma fonte de experiência se conseguirmos narrar as nossas vivências. Porém, o autor explica que esta narração precisa ser indagativa, a fim de que questões educativas sejam visíveis e pensáveis. "Porque em grande medida o conhecimento pedagógico que os educadores precisam é um saber que possa ser ligado à experiência, que possa partir da experiência, para voltar ao que vivemos com maior sensibilidade, consciência e abertura" (CONTRERAS, 2016, p. 15). Este é o esforço que faço nesta dissertação: trazer à tona as minhas memórias, indagando-as, refletindo hoje sobre o que se passou até para reconfigurar o meu presente e o meu futuro.

Judith Butler (2015) concebe a relevância de falar sobre a si mesmo, pois este exercício possibilita a reflexão e reconstrução da primeira pessoa. E, tão logo, contribui para o estabelecimento de relações com o outro. Além disso, Butler (2015) aponta que

muitos acreditam que não se deve falar do desconhecido. Mas, para ela é preciso fazer se conhecer por meio de um ‘eu’ coerente, capaz de se revelar por meio de suas próprias narrativas.

Contreras (2016) enfatiza que ao narrar a nossa história vivida, podemos indicar um modo de observar, de organizar e de expressar o conhecimento adquirido por meio das experiências pelas quais passamos. Por intermédio das nossas vivências, alcançamos conhecimentos e exemplos que nos podem orientar e/ou modificar posturas, comportamentos e concepções.

Freire (2016) faz inúmeros apontamentos que reforçam a importância do ato narrativo daqueles que se sentiram ou sentem oprimidos, pois para o educador, os oprimidos são melhor preparados para entender os prejuízos advindos de uma sociedade opressora. E são esses que, cansados das opressões, devem compreender a necessidade de se libertar das amarras sociais.

Estas percepções de Butler, Contreras e Freire auxiliaram-me a compreender que, ao falar sobre mim, encontrarei muitos críticos que poderão argumentar que essas narrativas fazem parte do passado. Todavia, não conseguirão afirmar, com verdade, que algumas práticas racistas realizadas no passado deixaram de existir, até porque quase todos os dias, até hoje, episódios de racismo e preconceito estão presentes em diversos meios de comunicação.

Djamila Ribeiro afirma que:

> Nós, feministas e militantes da luta antirracista, frequentemente deparamos com esses “profissionais”. É só falar das desigualdades existentes, da violência às quais as mulheres e a população negra estão submetidas, para enfrentar opiniões totalmente infundadas. Pesquisas e estudos são feitos para mostrar o mapa da violência no Brasil, mas a pessoa simplesmente diz que não é bem assim e pronto. Talvez porque não veja. [...] E quando ainda pacientemente argumentamos, mostramos dados, ela parte para a grosseria. Somos chamadas de feminazis, coitadistas, vitimistas. Tudo isso apenas por falar de fatos sociais (RIBEIRO, 2018, p.33-34).

Ao concordar com as afirmações de Djamila Ribeiro sobre a não aceitação de algumas pessoas em relação às desigualdades sociais, percebo o quanto se faz necessárias as narrativas autobiográficas, a fim de que essas pessoas possam perceber o quanto são reais e frequentes as situações de racismo, em vários espaços sociais. E, ainda, demonstrar

que essas posturas podem causar danos irreversíveis na vida daqueles que sofreram e/ou sofrem com os efeitos subjetivos do racismo.

Neste sentido, Passeggi; Nascimento; Oliveira (2016) asseguram que as pessoas que utilizam das narrativas autobiográficas como um meio investigativo e metodológico de pesquisa possuem a certeza da importância e da legalidade de compartilhar as suas vivências, a fim de que reflexões possam ser realizadas por meio delas. Ao reconhecer a relevância do ato narrativo como método de pesquisa, creio que nós negros não podemos ficar calados, esperando que outras pessoas narrem as nossas histórias de uma ótica distante, que talvez não consiga, sequer, imaginar o que o racismo faz com as vítimas dele. Lembro aqui da epígrafe desta dissertação, quando citei Djamila Ribeiro: "Como negra, não quero mais ser objeto de estudo, e sim o sujeito da pesquisa" (2018, p. 83). Quando eu narro as minhas vivências com gestos e atitudes racistas eu me constituo como sujeito da pesquisa, indago sobre o sentido daquelas situações, revisito os meus agressores, eu me educo para ser diferente, ou seja, me torno sujeito e objeto de e da pesquisa. Assim, minha escrita poderá, quem sabe, educar outras pessoas que passam ou passaram pelas mesmas situações que eu. Elas poderão inspirar-se e talvez até emancipar-se da condição de objeto a que foram constrangidas.

Djamila Ribeiro (2018) aponta diversas violências que as mulheres e a população negra enfrentam. Certo é que ser mulher sempre foi um desafio. Porque, ao longo da história, pertencer a esse gênero limitava-se apenas a viver em função do homem. Esta afirmação parte do princípio de que a identidade feminina foi construída e mantida, ao longo dos tempos, pela sociedade por meio de seus diversos sistemas, como família, escola e religião, dentre outras estruturas. Neste sentido, considerando a identidade como algo que é socialmente construído e tendo como pressuposto que, ao longo da história, as narrativas reforçam e reafirmam esta concepção. Tanto que, ao reportar a um texto clássico do século XVIII, veremos que, para Rousseau, o papel da mulher deveria limitar-se apenas em:

> Toda educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los, quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância (ROUSSEAU apud ALVES, 1991, p. 35).

Pensar nesta concepção de Rousseau é perceber que ocupar outras funções além dessas seria algo quase impossível de acontecer. Todavia, o não conformismo de muitas

mulheres fez com que algumas funções começassem a ser ocupadas por nós. Para tanto, grandes lutas foram travadas para que hoje as mulheres pudessem ocupar espaços de representação e formação.

Logo, refletir o discurso de Rousseau é demonstrar consciência de que todas essas obrigações impostas às mulheres, ao longo da história, ocasionaram diversas desvantagens em relação ao papel delas no trabalho, na sociedade e na política. Para reafirmar este pensamento, recorro a Oliveira, que concebe a seguinte ideia:

> Não busco, com isso reafirmar o discurso de que todos os homens e todas as mulheres existem de maneiras iguais, mas numa posição ética e política, procuro não negligenciar o quanto as responsabilidades do privado são atribuídas às mulheres, dificultando ou até mesmo impedindo a sua atuação na esfera pública (OLIVEIRA, 2020, P. 48).

Conjeturar sobre a concepção de Oliveira sobre as responsabilidades atribuídas às mulheres contribui para o exercício da compreensão do que é ser uma professora-negra-quilombola. Antes de discorrer sobre esse assunto, percebo que se faz necessário enfatizar que ser professora foi uma escolha minha. Mas, ser mulher-negra-quilombola já nasci assim, aceitei ser assim, sinto-me bem em ser assim. Porém, algumas pessoas da sociedade não conseguem compreender e respeitar as nossas heranças históricas e culturais, o nosso modo de viver e perceber as coisas em nossa volta.

E, por isso, nós, negras e negros, não podemos perder a oportunidade de fala, quando temos espaços para reafirmar a nossa origem. Sobre esse assunto, Marcos Ferreira-Santos e Rogério Almeida trazem uma excelente contribuição, pois, de acordo com eles:

> Essa herança coletiva pertence ao grupo comunitário a que pertenço e me ultrapassa. Dessa forma, temos com essa ancestralidade uma relação de endividamento, na medida em que somos o futuro que esse passado possuía e nos cabe atualizar as suas energias mobilizadoras e fundadoras. Em resumo: nossa dívida com a ancestralidade e sermos nós mesmos (FERREIRA-SANTOS; ALMEIDA, 2019, p. 198).

Conjeturando sobre essa afirmação de Marcos Ferreira-Santos e Rogério de Almeida, percebo que, ao negarmos as nossas origens, acumulamos uma enorme dívida com a nossa ancestralidade, que há tempos deveria ter sido quitada. E esse endividamento possui um alto preço que há séculos tem sido questionado, pois, ao negarmos nossa

ancestralidade, enfraquecemos, ou pior ainda, perdemos muitas lutas que já poderiam ter sido conquistadas.

Ademais, é imprescindível valorizar as energias fundadoras de esperança que mobilizaram os nossos ancestrais a lutar por um sonho de que um dia os seus poderiam ser livres e conquistar o direito de viver com dignidade e respeito. Djamila Ribeiro (2018) afirma que, quando ela começou a pensar sobre o exercício de mulheres negras, logo, percebeu o quanto isso era importante para restabelecer humanidades negadas.

Outra estudiosa que aborda essa questão do não reconhecimento do negro como humano, principalmente da mulher negra, é a pesquisadora Avtar Brah, que contribui com a seguinte visão: "Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como 'mulheres da classe trabalhadora'" (BRAH, 2006, p. 342).

Partindo desse pressuposto de que a maioria das mulheres negras do nosso país pertence à classe trabalhadora, vejo a necessidade de relatar como me constituo professora negra-quilombola. Mas, aqui terei a oportunidade de falar por mim mesma. Pois, ainda, torna-se perceptível o discurso de Avtar Brah, visto que, para ela, "toda formação discursiva é um lugar de poder" (BRAH, 2006, p. 373). Pretendo assumir esse lugar de poder e relatar sobre a minha constituição profissional em um ambiente formativo.

Para tanto, inicialmente, utilizarei os versos − do trecho do poema "Ofertas de Aninha (Aos moços)", da grande poetisa Cora Coralina, presente no livro *Vintém de cobre: Meias confissões de Aninha:*

> Eu sou aquela mulher
> a quem o tempo muito ensinou.
> Ensinou a amar a vida
> e não desistir da luta,
> recomeçar na derrota,
> renunciar a palavras
> e pensamentos negativos.
> Acreditar nos valores humanos
> e ser otimista.

A afirmação de Cora Coralina sobre ser uma mulher que aprendeu com o tempo adapta-se, perfeitamente, a mim. Porque, ao longo da minha vida precisei acreditar que tudo o que eu passava me serviria de experiência em algum momento da minha existência e assim foi mais fácil aceitar algumas situações desfavoráveis.

Parafraseando Cora Coralina, eu sou uma mulher que ao longo da vida encontrou grandes barreiras, porém, mesmo com dificuldades, busquei usá-las como experiências

para sobreviver em meio a sociedade. Quando parafraseio o trecho do poema que fala sobre a remoção de pedras, não é exagero. É apenas um modo de demonstrar que muitos obstáculos precisaram ser vencidos para que eu me tornasse uma professora.

Hoje em dia, é comum ouvir muitas pessoas desmerecerem a profissão docente, por um leque de problemas que vai desde questões salariais à indisciplina escolar. Porém, para minha realidade, ser professora e pesquisadora é ter de certo modo a sensação de vencer um sistema opressor que fazia a questão de afirmar que isso não seria possível para mim. Além disso, hoje eu concebo o fato de ser professora também como um lugar de educativo, de luta política em favor das crianças negras.

Felizmente, a identidade profissional não nasce com os indivíduos, mas é construída por necessidade e formação. Segundo Stuart Hall (1999), a identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os indivíduos são representados ou interpelados pelos sistemas que os rodeiam. No caso da/o profissional, o conceito de identidade pode ser aplicado ao que se reconhece como características típicas da profissão.

Ainda, na infância, lembro-me bem que era comum brincarmos em casa de ser professora, principalmente, tentando imitar algumas atitudes dos professores que tínhamos. Nas brincadeiras, quase sempre, eu era a professora das outras crianças. Eu gostava muito de ser chamada de professora, pois na década de 80, era ainda uma profissão de grande prestígio social.

Ademais, mamãe dizia que eu seria uma boa professora, pois na ótica dela, eu escrevia e lia bem. E todas as vezes que chegavam pessoas à casa, ela corria para pegar os meus cadernos para exibi-los aos visitantes. No decorrer do tempo, fui começando a compreender algumas posturas de professores que começaram a me desmotivar, pois a inocência de infância já não era tão ingênua para impedir a percepção do modo como alguns docentes tratavam algumas crianças e a mim no espaço escolar.

Este desencanto sobre a profissão foi crescendo. E, por meio dele, comecei a entender que não era possível que as pessoas já nascessem para ocupar determinadas funções. Antes, percebi que havia professores que sabiam explicar os conteúdos, mas não aceitavam que alguns alunos não compreendessem de imediato o que estava sendo ensinado.

Pensar nessa falta de sensibilidade chega a ser doloroso: no meio do caminho da minha vida escolar, muitos colegas, a maioria negros, ficaram para trás, pois os diálogos entre professores e famílias resultavam na concepção de que a não compreensão dos

conteúdos e o não alcance de notas significava que os filhos/pupilos não serviam para os estudos e tão logo esses eram retirados da escola. Por outro lado, os responsáveis não teriam desconsiderado o direito de eles continuar na escola, se aquela instituição tivesse a concepção escolar de que a escola também é um espaço de interação. É imprescindível que os envolvidos no processo escolar adquiram a concepção de que a escola não é apenas um espaço físico, mas também necessita ser um ambiente humanizado, no qual os envolvidos no processo educativo devem compreender que a afetividade e a sensibilidade são indispensáveis nesse espaço de formação e educação para uma postura de combate ao racismo.

2.1- SIMPLES GESTOS QUE FAZEM A DIFERENÇA...

Lembro-me bem que, na quarta série do Ensino Fundamental, tive uma professora que apresentou o poema "A escola é..." para nossa turma. Nesse dia, meus colegas e eu conversamos bastante na hora do recreio sobre o desejo de estudar na escola descrita no poema, pois a escola apresentada, no texto, mostrava que os professores eram amigos de seus alunos. Lá as crianças já eram 'gentes', ou seja, não precisavam concluir os estudos para começar a ser 'gente'.

Um trecho que ficou reluzente na minha imaginação foi esse: "fazer amigos, educar-se, ser feliz", pois ser feliz na escola, da forma que era, parecia ser uma realidade bem distante para as crianças daquela época. Mas, foi, por meio desse diálogo com os colegas e a forma como aquela professora descrevia como deveria ser uma escola, que eu comecei a pensar em estudar mais para ser uma professora.

Com o tempo, comecei a pensar que a professora havia estudado na escola do poema apresentado por ela a nós, pois a docente fazia a chamada, falando o nosso nome. E os anteriores faziam a mesma prática, apenas referindo-se a nós por números que correspondiam aos nossos nomes. O fato de a professora referir-se a todos da turma pelo nome fazia com que nos sentíssemos queridos por ela. Era tão bom ouvir ela falar o meu nome. Ela não se referia a mim pelo apelido de "Negrinha".

Recordo-me de um dia que a professora se sentou ao meu lado, e eu perguntei para ela se ela gostava de mim, mesmo eu sendo negra. A professora olhou para mim, bastante comovida, e respondeu que sim e que não via motivo algum para que alguém não gostasse do outro por causa da cor e que todos nós éramos irmãos.

No outro dia, após essa conversa, cheguei à sala, olhei para a parede ao lado do meu assento, percebi que havia um lindo cartaz fixado na parede e nele estava escrito assim: “No mundo pode haver alguém parecido com você, mas melhor do que você não existe ninguém. Você é especial!”.

Naquele dia, decidi que eu queria ser uma professora que fizesse a diferença na vida dos meus alunos, assim como a professora da quarta série estava fazendo na minha vida.

Mas, infelizmente, a passagem dessa professora não durou muito. Hoje, eu compreendo que ela estava apenas a substituir o professor que trabalharia conosco o ano inteiro. Este professor era o oposto dela em tudo. Era um professor bem incontestável, castigava-nos por coisas banais. Era comum ficar de castigo com livros nas mãos estendidas sem poder baixá-las, se porventura algum aluno deixasse de fazer alguma lição ou tivesse muitos erros na escrita do caderno. Pois, para ele quem errava muito não valorizava os livros.

Freire (2015, p.46) enfatiza que “não é possível também formação docente indiferente à boniteza e à decência que estar no mundo [..]. Não há prática verdadeira que não seja ela mesma um ensaio estético e ético”. Neste contexto, é perceptível que as atitudes de um educador devem estar apoiadas em práticas construtoras e não desmotivadoras, visto que fomentar a violência e a humilhação num espaço que deveria combater tais posturas é de certo modo monstruoso, desumano, abominável, entre outros adjetivos, que poderiam estar caracterizando as ações da pedagogia opressora do professor acima.

Por muito tempo, desejei saber o que aconteceu com aquela professora que deixou marcado em mim que eu era tão boa quanto os demais. E, a partir dali, comecei a falar para mim mesma a frase do cartaz, todas as vezes que alguém queria que eu me sentisse inferior em relação aos outros.

Ao longo da vida fui me constituindo como pessoa e sempre seguia analisando quais seriam os professores que eu queria ter como referência para seguir e quais eu teria como referência para nunca os imitar.

2.2- Formação continuada: Apenas a formação inicial não é suficiente para constituir um (a) profissional (a) professor(a)

Se bem me lembro, um dia quando eu ainda estava nos anos iniciais houve uma prova oral de tabuada, aplicada pelo professor, com uma metodologia cruel, pois eram postas duas crianças uma na frente da outra, o professor começava a tomar a tabuada e a criança que errasse apanhava daquela que acertava.

Naquele dia, aconteceu algo que mexeu muito comigo, pois ele escolheu a mim e, justamente, a minha melhor amiga da classe. Ele começou a tomar a tabuada e nós duas seguíamos bem, até que a minha colega errou. Neste momento, o professor colocou a régua de madeira na minha mão e ordenou que eu batesse com o objeto na mão da garota. E eu levantei a régua, mas quando chegou perto da mão dela, eu não tive coragem de atingi-la.

O professor ficou furioso, pegou a régua da minha mão e falou que iria me ensinar como se bate, acertando-me fortemente com aquela régua, aliás, pedaço de pau.

Foi assim que eu aprendi que só a formação também não era suficiente para se constituir um profissional professor. Essa prática violenta, usada pelo professor, adaptada para a relação ensino-aprendizagem, é criticada pelo educador Paulo Freire:

> Por isto mesmo é que, qualquer que seja a situação em que alguns homens proíbam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta. Não importam os meios usados para esta proibição. Fazê-los objetos é aliená-los de suas decisões, que são transferidas a outro ou a outros (FREIRE, 2016, p. 104).

O argumento de Freire encaixa-se, perfeitamente, às regras impostas pelo professor, que impediam os estudantes de tomar decisões, antes, incentivavam-nos e obrigavam-nos a praticar a violência, a fim de que, parafraseando Freire, o desejo do agredido por aquele que dominava a régua fosse se tornar o agressor, ou seja, acertar para que na próxima vez este ocupasse o lugar de atacante. De toda forma, naquela minha recusa em agredir a minha amiga instaurava-se, ao mesmo tempo, o meu desejo de me constituir uma professora que fosse o oposto daquilo que eu vivia. Eu queria ser uma educadora e não uma carrasca.

2.3- Sentindo-me representada no espaço escolar: A relevância da representação dos (as) negros (as) na infância

Depois de tempos pedindo para sair daquele espaço escolar, mamãe resolveu me mudar de escola, pois eu pedi muito para ela me transferir para uma nova escola. Eu sentia

que talvez na outra escola conseguiria reencontrar a professora da quarta série. Nessa nova escola, tive uma grande surpresa, já na hora cívica, no degrau onde ficava os professores para entoação do Hino Nacional, havia duas professoras negras. Para mim, aquilo foi algo surpreendente, pois eu nunca tinha conhecido professores negros. Ali, já me senti representada.

Recentemente, com diversos casos de racismo, muitos estudiosos começaram a questionar a importância da representatividade para a criança negra, uma vez que nas histórias infantis, quando havia a presença de personagens negras, estas eram personagens secundárias que serviam as personagens brancas, quando não eram construídas para fazer representações depreciativas ou violentas. Nos livros didáticos, os negros só eram postos amarrados em troncos, sendo chicoteados, segurando guarda-chuvas para os brancos, com cestos enormes na cabeça, amamentando as crianças brancas, entre outras imagens de submissão. Na televisão, os atores negros eram postos como bandidos, prostitutas e serviçais. Por isso, ao ver as professoras negras na escola, para mim, foi uma sensação indescritível.

Para minha surpresa em sala, descobri que eu teria mais de um professor. Pois, já estava no ginásio − antiga denominação, no Brasil, do ensino de primeiro grau, da 5ª à 8ª série. Para minha alegria, eu tive a minha primeira professora negra. Em suas aulas, eu percebi o quanto que ela se esforçava para nos ensinar, tratava a todos com atenção. Não ficava embravecida quando nós dizíamos que não havia entendido a explicação. Antes, ela buscava trazer outros exemplos, para exemplificar o conteúdo ensinado.

Vitor Henrique Paro apoia a postura da professora ao afirmar que

> Com relação ao educador, o aspecto mais evidente de sua condição de sujeito é que, pela mesma razão que o aluno só aprende se quiser, também o professor precisa querer ensinar para conseguir fazê-lo. Sua condição de educador, envolvido, portanto, na construção de personalidades humano-históricas, não permite que tenha uma atitude exterior ao processo ensino-aprendizagem, como mero repetidor de "conteúdos" a seus alunos (PARO, 2014, p. 32).

Refletindo um pouco mais sobre essa concepção de Paro, percebo que a interação entre educandos e educadores, naquele espaço, era presente. Naquela realidade, a maioria dos professores daquele espaço respeitava bem os alunos, exceto a professora de matemática que, às vezes, quando pedíamos para ela explicar novamente, ela nos chamava de "burros", constantemente eu era assim nomeada por ela. Mas, não me intimidava a reafirmar que eu não havia entendido, pois, eu pensava o que era ser chamada

de “burra”, se na escola anterior, eu era acostumada a receber tipos de tratamento bem piores.

Recordo-me, perfeitamente, que a diretora da escola possuía uma deficiência nas pernas e um desvio muito grande na coluna. Não posso afirmar, mas talvez fosse por isso que naquela escola não eram aceitas brincadeiras preconceituosas. Recordo-me, poucas vezes, de ver estudantes ofendendo outros colegas com xingamentos. E quando isso acontecia, eles eram repreendidos por quem presenciava. Foi assim que eu fui me educando para uma outra postura, ao ver a representatividade do respeito às diferenças.

2.4- A melhor fase da minha vida escolar: quando a brincadeira cura algumas feridas

Não fiquei muitos anos na escola anterior, foram apenas dois anos, pois construíram a primeira escola municipal na minha cidade natal. E mamãe ficou sabendo que lá dariam materiais escolares, café da manhã e almoço. Logo, minha mãe matriculou meus dois irmãos mais novos e eu na escola nova, mesmo sendo muito longe de casa. Seria uma grande ajuda financeira para nós. Lá, tinha pão e leite todos os dias. Tinha almoço à vontade. Ganhávamos materiais escolares e uniformes. A maioria dos estudantes era negra. Lá, me sentia na escola de “Paulo Freire”.

Não tinha professores negros, mas não sofri preconceito, durante o tempo que estive lá. Todos os dias, eu e meus irmãos íamos contentes à escola. Até quando chovia, não faltávamos. Tínhamos um tempinho para brincar no intervalo. Essa foi a melhor fase da minha vida escolar. Sobre esse assunto, Paro (2014, p. 60) ressalta que “usualmente, espera-se que a escola tenha o poder de ‘transmitir’ conhecimentos, e a maneira de conseguir isso é exercendo seu poder sobre os alunos para que eles se empenhem em estudar e aprender o que se lhes ensina”.

Concordando com Vitor Paro, percebo que a estratégia dessa instituição era seduzir os estudantes com um tratamento humano, a fim de que esses desejassem estar naquele espaço, e logo almejassem a aprender os conteúdos que lhes eram ensinados.

2.5- O renascimento de um sonho de infância: De volta ao espaço escolar

As memórias e as percepções dos meus professores, dos demais educadores escolares e dos estudantes contribuíram para constituir-me uma professora. Conforme

Freire (2001), ninguém começa a ser professor em uma data determinada, muito menos nasce predestinado para ser professor. Antes, a prática e a reflexão vão constituindo um educador.

As vivências desde a minha infância contribuíram para refletir como eu poderia ser uma educadora que pudesse de fato contribuir com as minhas crianças e/ou alunos, visto que a maioria da minha vida escolar foi marcada por episódios traumatizantes de racismo e negação da minha negritude e infância.

Na vida adulta, o sonho de ser uma professora se perdeu no caminho. No Ensino Médio, já com um filho nos braços, ouvi um professor, em uma aula da disciplina de Geografia, afirmar que, estatisticamente, eu e outro colega negro não chegaríamos ao ensino superior. Naquele momento, tive a fala dele como uma verdade para mim. E assim, ao concluir o Ensino Médio, dei-me por satisfeita.

Mas, um dia ao tentar ensinar algumas pessoas a escreverem o próprio nome na minha comunidade, o sonho de infância ressurgiu e eu iniciei um curso de licenciatura na Universidade Federal de Mato Grosso, antigo *Campus* de Rondonópolis – MT, por meio de aprovação no vestibular. Nesse curso, observei que havia apenas um professor negro. Logo, lembrei que durante a minha vida escolar a presença de professores negros era bem escassa. Vi que o exemplo do professor de Geografia, infelizmente, poderia estar certo.

Mas, continuei firme estudando e buscando compreender como poderia ser uma professora que fizesse a diferença na vida dos estudantes, motivando-os de algum modo para sairmos da estatística dos que ficam no meio do caminho. Não posso negar, na universidade, tive professores maravilhosos, mas os meus olhos brilhavam ao ver o único professor negro do curso. Eu me via nele, pois para mim ele era um grande vencedor.

Pode até parecer estranho falar sobre essa representação, mas lembro-me bem de que um dia, após ter concluído a minha primeira licenciatura, elaborei um currículo e levei a uma escola particular, a fim de ser contratada para trabalhar naquele espaço, visto que havia sido informada de que a instituição estava precisando de uma professora. Ao chegar naquela instituição, o diretor teve a audácia de dizer que as minhas características não se enquadravam nos padrões aceitos pela maioria dos responsáveis pelos alunos do local. Nesse dia, percebi que, infelizmente, ainda teria muitos desafios a enfrentar pela frente, pois o racismo estava muito mais presente do que eu imaginava.

Esperei chegar o período das contratações das escolas estaduais e municipais. Assim que surgiu a oportunidade, comecei a trabalhar como professora contratada. A

escola tinha um leque enorme de regras, desde o cumprimento de prazo dos conteúdos à necessidade de restringir a saída dos estudantes para ir ao banheiro.

A forma que encontrei para não ser uma carrasca, no espaço escolar, foi manter sempre um bom diálogo com todos meus alunos, demonstrando que eles poderiam colaborar comigo, a fim de que eu pudesse me constituir como uma professora que fizesse a diferença na vida deles. Esse tipo de diálogo aproxima os estudantes dos professores, pois eles se sentem pertencentes ao processo ensino-aprendizagem.

2.6 Quando o discurso é imprescindível: Combatendo a supremacia branca na escola

Em sala, enquanto adulta e professora formada pela Universidade Federal de Mato Grosso, em Letras - Língua Portuguesa, sofri alguns ataques raciais. Porém, teve um que me marcou bastante. Rememoro que, certa vez, um estudante estava atrapalhando o desenvolvimento da aula ao incomodar outros estudantes, jogando bolinhas de papel contra eles. Então, pedi para que ele parasse de fazer aquele "tipo de brincadeira". Neste momento, o garoto parou. Olhou para mim e disse: "A senhora não pode chamar a minha atenção, professora! Pois, a senhora é uma mulher de cor".

Naquele momento, percebi que o racismo estrutural estava presente na fala daquele adolescente, visto que para ele o fato de eu ser uma professora negra fazia-me inferior às demais. Parei a explicação do conteúdo. Olhei para a classe que estava bastante embravecida com ele por causa do que ele havia dito. Pedi calma a todos. Respirei fundo, sabia que aquele pensamento não era só dele. Logo, notei que era um momento oportuno para abordar a questão racial na escola.

Pedi silêncio. E comecei a falar sobre o porquê daquela concepção racista do estudante. Recordo-me bem que a minha abordagem se deu por intermédio de um discurso para todos daquela turma. Logo de início pedi para os estudantes calma e que não precisavam ficar constrangidos pela fala do colega. E, tão logo expliquei que durante a minha vida inteira, fui vista como alguém com poucos direitos e, não somente eu, mas todas as pessoas negras, devido a diversos fatos históricos que com certeza, eles deveriam ter estudado. Além disso, expliquei o porquê de atualmente, eu ter o direito de exigir respeito. E, assim, contei para eles que eu passei a minha vida inteira ouvindo pessoas a dizer que eu era inferior aos demais, que eu jamais terminaria meus estudos, por causa da minha cor e da minha situação financeira. Mas, mesmo assim, continuei a acreditar que a

educação é transformadora. E por meio dos estudos, eu conseguiria atingir os meus objetivos.

Ressaltei que ser professora, para muitas pessoas hoje em dia, é passar por humilhações em sala. Mas, para mim, sempre havia sido a profissão mais nobre que existia, pois, qual lugar seria melhor do que uma escola para alguém poder falar sobre como se sentia ocupando a posição que eles estavam. E, que também aprendi que os alunos brancos bastavam ser bons nos estudos para serem reconhecidos. Mas, os alunos negros precisavam ser melhores, apenas para serem aceitos, e foi assim que eu tentei ser a minha vida inteira.

Narrei, ainda, um pouco da minha trajetória estudantil, compartilhando a minha experiência de sair cedo de casa, andar quilômetros para chegar à escola, fazendo sol ou chuva, a minha presença era certa. Mesmo sendo chamada de “burra” muitas vezes por professores que não aceitavam os meus questionamentos sobre os conteúdos. Porém, nunca me importava, pois eu sabia que o mais importante para mim era aprender de verdade.

Falei também sobre a minha experiência no curso superior, relatei que houve dias na faculdade que os professores nem perguntavam no geral se havia dúvidas sobre as explicações por parte da turma, antes já direcionavam a mim. Entretanto, nunca via essas atitudes com maus olhos, pois eu queria ser professora, mas não era simplesmente ser uma professora. Eu sempre quis ser a professora, que eu almejava ter, em toda a minha vida escolar.

Enfatizei que eu estava feliz por ter alcançado o meu objetivo. E, ainda, reconhecia que eu precisava continuar buscando melhorar a cada dia. Contudo, eu percebia que todos os meus desafios enfrentados estavam a contribuir comigo, nas resoluções de conflitos por meio de diálogos com meus alunos, sem precisar da interferência de coordenação.

Discorri, sobre a vontade que eu tinha de nunca precisar chamar a atenção de nenhum deles. Mas, naquele momento sentia-me confortável em pedir a colaboração de todos, a fim de que a aula fluísse. Pois por tudo o que eu havia passado e passava possuía todos os direitos de exigir respeito como qualquer pessoa, indiferente de cor, raça, religião, posição social. Haja vista que eu não estava naquele espaço por um favor ou apadrinhamento, antes ocupava aquele lugar por meio de muita persistência e lutas, que me fizeram, deveras, forte para continuar lutando por uma educação transformadora, que pode mudar posturas e transformar pessoas racistas em aliadas contra o racismo.

Ao terminar o meu discurso, os estudantes estavam todos em silêncio, prestando atenção. O estudante pediu desculpas e prometeu que não atrapalharia mais a aula. Depois disso, pediram para que eu contasse mais um pouco sobre como foi o meu tempo de escola. Tão logo, aproveitei o espaço e a atenção dos estudantes para abordar o assunto. Pois, segundo Djamila Ribeiro:

> Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, 'mimimi' ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí se está confrontando o poder (RIBEIRO, 2020, p. 79).

Ribeiro aborda um tema essencial, visto que ouvir sobre relações raciais por vozes que sempre foram permitidas é considerado normal. Mas, ouvir as experiências adquiridas por quem sofreu o racismo na própria pele, por vezes, pode causar incômodo, pois a narrativa ganha vida e força na voz do narrador-personagem. Por isso, torna-se imprescindível aproveitar os espaços, principalmente, educacionais para abordar a temática.

2.7- Ao brincar se ensina e se aprende: Espantando o "monstro" do racismo na Educação Infantil

A minha vinda para a Educação Infantil ocorreu por meio do concurso público. Precisei enfrentar um processo de transição do Ensino Fundamental e Médio para a Educação Infantil. Foi uma experiência bastante prazerosa, pois descobri que eu teria a oportunidade de fazer o que eu mais gostava quando criança que era brincar.

Na Educação Infantil, aprendi que brincando eu estava contribuindo com o desenvolvimento integral das minhas crianças. Descobri que, ao ouvir e observar as crianças, aprendemos muito com elas.

No meio de todo esse encantamento, descobri, infelizmente, que o "monstro do racismo" ronda e pode habitar os espaços de Educação Infantil, também. E, mais preocupante ainda, vive disfarçado em muitos envolvidos no processo educacional. Mas, por vezes, ele acaba por descer a máscara, por meio de atitudes e falas preconceituosas, nos espaços infantis.

Bem me lembro que um dia, ao estar na porta da sala de referência, a mãe de uma criança da minha turma falou para mim que a filha estava toda empolgada por ter uma

professora pretinha como ela. Eu falei que sabia muito bem o que a criança estava a dizer, pois ela me via como uma representação na escola.

Neste contexto reporto-me a obra intitulada: *Olhares negros*: *Raça e Representação* da escritora bell hooks (2019), na qual a autora faz inúmeros apontamentos sobre a importância da representatividade de negros, pois por meio destas representações as pessoas negras adquirem modos de se ver e ser visto. Além disso, bell hooks concebe a importância do protagonismo negro para desfazer a imagem criada pelo imaginário supremacista branco, que busca a todo custo menosprezar o povo negro, sobretudo por intermédio dos meios midiáticos.

Com o passar dos dias, compartilhando espaços com outras turmas, presenciei, juntamente, com minhas crianças, uma professora falando que ela estava preta de sujeira e não via a hora de ir embora tomar banho para tirar o "pretume". Na hora, não imaginei que aquela fala poderia surtir um efeito tão rápido no comportamento de alguma criança de três anos de idade.

Sobre este assunto, o Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância enfatiza que

> As formas como acontecem as interações sociais na primeira infância merecem atenção particular quando se trata de desenvolvimento. Interações com caráter permanente, como as que se estabelecem entre uma criança pequena e os adultos responsáveis por ela, constituem-se em relações sociais especiais. Tais relações intervêm no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, podendo favorecê-lo ou prejudicá-lo (NCPI, 2021, p. 35).

De fato, a concepção do (NCPI, 2021) é correta, pois a interação de uma criança pequena com uma pessoa adulta pode ser benéfica ou prejudicial, principalmente se o adulto não estiver atento no processo de aprendizagem, que ocorre nas relações sociais.

E, assim, no outro dia, na hora de sair da sala para o primeiro lanche da tarde, pedi para as crianças darem as mãos para algum coleguinha. Percebi que uma garotinha recusava dar a mão para outra. Logo, a criança que estava dando a mão para outra segurar começou a reclamar que a colega não queria pegar na mão dela. Aproximei-me das duas e questionei o porquê da menina se recusar a pegar na mão da outra. Para minha surpresa, ela respondeu: "Ela é preta. Eu tomei banho. Vai me sujar".

Ao ouvir a menina, levei um susto. Fiquei pasma. No impulso, perguntei à garotinha negra se ela gostaria de dar a mão para mim. Ela rapidamente pegou na minha

mão. Virei para garotinha branca e perguntei se ela daria a mão para mim. Ela estendeu a mão e eu falei para ela: “Mas, eu também sou preta!”. Ela ficou parada me olhando. Então, falei para ela que ter a pele preta não significa sujeira e pedi que ela segurasse na mão da colega. E, assim, ambas deram as mãos.

Todavia, senti que eu poderia abordar melhor o assunto, pois eu sabia, perfeitamente, o quanto esse tipo de situação pode deixar marcas na vida da criança que sofre o racismo. E poderia prosseguir e progredir esse conceito na mente da criança que havia compreendido que ser preto era estar sempre sujo.

Fui embora para casa, pensando como poderia abordar essa temática com crianças de três anos. No momento em que eu pensava, comecei a perceber que a fala da criança branca em relação à criança negra vinha ao encontro com o discurso racista da professora que relacionou a sujeira com a cor preta. Porém, pensei em poder abordar a educadora em outro momento. Vou cuidar primeiro do efeito que a fala dela teve na mente das crianças que estavam atentas ao seu discurso.

Antes de iniciar a aula, fiz um bilhete, no qual pedia aos responsáveis autorização para as crianças tomarem banho de mangueira na unidade, no dia seguinte. Todos concordaram. No dia da brincadeira do banho, saímos da sala e fomos brincar com terra e água. Brincamos bastante, ficamos todos, sem exceção, sujos de lama. Fiz uma rodinha de conversa no gramado explicando e mostrando para as crianças que nós estávamos todos sujos. Mas, a terra sairia com o banho, se nós esfregássemos o nosso corpo.

Assim, peguei a mangueira. Lavei as minhas mãos e braços, a terra saiu. Perguntei às crianças, se as minhas mãos e os meus braços estavam limpos. Elas responderam que sim. Perguntei, ainda, a elas qual era a cor dos meus braços. Uma criança respondeu marrom. Então, perguntei: “Se eu lavar mais, a cor dos meus braços muda?” Alguns responderam que não. Então, falei: “Não muda mesmo, pois essa é a cor da minha pele, não é sujeira.” Logo, todos tomaram banho e faziam observações sobre a cor da pele de cada um deles.

Nas observações diárias, percebi que por meio das brincadeiras e dos diálogos era possível abordar questões raciais desde a primeira infância, de maneira lúdica e reflexiva. E assim comecei a pensar em diversas práticas antirracistas, que poderiam ser desenvolvidas na Educação Infantil.

O Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Educação enfatiza que “além da garantia de acesso, a educação infantil precisa ter boa qualidade para cumprir sua finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança pequena, o que pressupõe

a existência de educadores preparados e materiais adequados para a educação das relações étnico-raciais" (NPCI, 2021, p. 41). Visto que com formações continuadas e recursos diversos, torna-se possível trabalhar as relações étnico-raciais, bem como outros temas relevantes na educação infantil.

Nesse sentido, percebo a cada dia que a nossa profissão exige um processo contínuo de reflexão e aprendizado, precisamos ter em mente que a nossa formação não pode ser estática, antes precisa ser repensada com frequência. Devemos rever as nossas concepções, modificar ou abandonar certas práticas. E a literatura pode ser uma aliada para fazer pensar e educar sobre as questões do racismo, assunto que será abordado no próximo tópico.

3. O NEGRO E A SOCIEDADE

> “o que fizemos aos senhores
> Além de nascer com essa cor?
> E de sorrir lindamente diante
> de nossa amiga dor?”
> (RASHID, *A Cena*, 2016, Álbum: “A coragem da Luz”, Gênero: Hip-Hop/rap)

Há séculos, o negro é visto, na maioria das vezes, com olhares de inferiorização por muitos da sociedade. E isso tem causado grandes prejuízos para esse grupo. Pois, mesmo após a abolição da escravatura no Brasil, os ex-escravizados continuaram na luta pela sobrevivência. Convém ressaltar que os negros ganharam a “liberdade”, porém não foram compensados pelos muitos anos de escravidão que sofreram. Logo, continuaram a viver em condições desumanas.

Para compreender melhor a situação do negro na sociedade brasileira, é imprescindível refletir sobre as mudanças pós-abolição para os negros: Onde eles foram morar? Quais tipos de trabalho eles conseguiram? Quando tiveram o direito de matricular os seus filhos em instituições de ensino? Qual era o pagamento que eles recebiam esses trabalhos? Como se encontrava a saúde física e psicológica deles? Todos esses fatores contribuem para analisar o reflexo da escravidão na sociedade. Neste viés, Emília Viotti afirma que “a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à própria sorte” (VIOTTI DA COSTA, 1999, p. 364).

No artigo “As Crianças Negras Vistas pela Sociologia da Infância no Brasil: Uma Revisão de Literatura” (2016) de Míghian Danae Ferreira Nunes e Lajara Janaina Lopes Corrêa apresentam algumas pesquisas sobre as crianças negras e as relações étnico-raciais. As autoras levaram em consideração para fazer o levantamento e a sistematização bibliográfica o espaço de tempo entre o ano de 1990 a 2015. E, desta maneira concluíram que

> Apesar de ser bastante oportuno que estudos confirmem a existência do racismo na infância, é importante ressaltar que precisamos de mais estudos que vejam a criança negra não apenas a partir da violência a ela endereçada ou por ela reproduzida, ou seja, precisamos de estudos que aproximem-se (sic) das crianças também pelo que são e o que fazem, como organizam suas experiências, enfim, como vivem suas vidas de crianças. Dito isto, a questão que ainda persiste é: será que estamos realmente ouvindo efetivamente as crianças negras nestes estudos ou estamos apenas verificando se as crianças aprenderam ou imitam bem nossos modos de nos relacionar? Entendemos que, nos estudos das relações raciais, o racismo pode surgir como um componente destas relações, podendo ser mesmo um elemento estruturador, mas é também

> preciso enxergar crianças a partir de suas próprias experiências (NUNES; CORRÊA, 2016, p. 91).

Considerando a concepção de Nunes e Corrêa (2016), noto que a existência de estudos sobre racismo na infância com levantamentos de dados e comprovação da ocorrência de preconceito racial nesta fase da vida, prova que os relatos das crianças são necessários para confirmar o sofrimento das pessoas negras nos espaços educativos, bem como em outros espaços sociais. Todavia, além disso, é fundamental ouvi-las para compreender as experiências e as vivências delas, levando em consideração de que as crianças são protagonistas de suas histórias.

Pérsio Santos de Oliveira (2005, p. 34) concebe que "apesar de a legislação brasileira proibir quaisquer manifestações de preconceito e discriminação racial, as desigualdades sociais entre brancos e negros ainda estão longe de terem sido superadas. Elas indicam também alguma forma de racismo." Em virtude dessa concepção, fica evidente que existem muitas desvantagens para essa população. E esses prejuízos não têm previsão de acabar.

Outra contribuição importante de Oliveira (2005) é a análise que ele faz sobre as influências do meio para a manutenção de determinadas posturas sociais. Já que "o comportamento humano é muito complexo e diversificado. Cada indivíduo recebe influências de seu meio, forma-se de determinada maneira e age no contexto social de acordo com a sua formação." (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

Posto isto, entendo o quanto que uma sociedade racista propaga o racismo, formando outros racistas e dificultando, dessa maneira, a convivência entre os diferentes grupos raciais. Ao afirmar isso, parto da concepção de que uma família racista tende a criar filhos com comportamentos racistas.

Por exemplo, se uma criança é ensinada que as pessoas negras são más, feias, sujas, entre outras características pejorativas, tão logo, passará a fazer relação de que tudo que possuir a coloração preta é ruim. E, assim, começaram a ver as pessoas negras como não-humanas ou inferiores aos brancos. Por isso, os negros, ao longo da história, enfrentam diversos tipos de preconceito advindos do fato de não possuírem estereótipos tidos como "normais", ou seja, são considerados "diferentes" por muitos da sociedade.

Durante muito tempo, e ainda hoje, o negro vem ocupando espaço de vilões, loucos, feiticeiros, entre outros personagens de representação repulsiva nas telas de

televisão e cinemas, enquanto o branco faz a representação de herói, correto, anjo, santo, príncipe, entre outros de representação aplausível.

Lévi-Strauss (1989) afirma que os grupos se definem pela imagem natural daquilo que os assemelham. E, logo, repudiam o que os diferem. Esta concepção possui todo sentido, na medida que em diversos espaços, ainda que seja disfarçado por outros motivos, a população negra sofre descasos por questões raciais. Visto que muitas pessoas não se identificam com os negros e uma boa maioria não conseguem sentir empatia.

Por exemplo, crianças negras pedindo ajuda em sinaleiros, aos olhos de muitos é extremamente aceitável, mas quando a imagem da criança negra é trocada por uma criança com traços europeus a situação choca de imediato. Ou seja, a criança negra torna-se desumanizada, na medida em que a sociedade já tem em mente um lugar predestinado para elas que é à margem da sociedade.

Por estas e outras posturas racistas, convém questionar: quantas pessoas se isolaram, deixando de viver a sua realidade apenas por sentirem ou serem ensinados que algumas características delas não são aceitas socialmente? Tentar responder a essa questão chega a ser dolorosa, visto que, ao longo dos anos, muitos problemas psicológicos e de baixa autoestima foram enfrentados por negros por causa dessas repulsas sofridas, justamente por não serem aceitos na sociedade.

A cantora Elza Soares gravou a canção “A carne”, composta pelos músicos Marcelo Yuca, Seu Jorge e Ulisses Capelletti. Essa música colabora perfeitamente para representar o sofrimento da população negra ainda hoje. Nesta composição, os reflexos do racismo estrutural, racial e cultural estão escancarados, haja vista que, ao afirmar que a carne mais barata é a negra, consigo analisar que o negro é representado pela carne, que é algo consumido, por muitos, diariamente.

Abaixo, segue um trecho da canção que remete justamente às violências sofridas pela população negra no Brasil. Um país que é composto por uma população de maioria negra, no qual os lugares mais ocupados por essa população são os espaços de detenção, inferiorização e morte.

> A carne mais barata do mercado é a negra
> Que vai de graça pro presídio
> E para debaixo do plástico
> Que vai de graça pro subemprego
> E pros hospitais psiquiátricos.
> (Elza Soares, Carne, 2002)

Para Santos (1984, p. 35), “o racismo é um dos muitos filhos do capital, com a peculiaridade de ter crescido com ele. Como os melhores filhos, porém, o racismo tem sobrevivido, e sucedido, ao próprio pai...”. Ao refletir sobre essa concepção de Santos, percebo que o racismo, sendo considerado cria do capital, conseguiu superar o próprio gerador, porque conseguiu encontrar maneiras de camuflar-se por intermédio do mito da democracia racial. E com máscaras, ele vem ganhando força e conquistando espaços, a fim de que sutilmente faça vítimas e não seja percebido.

Vale enfatizar que algumas leis são criadas com objetivo de impedir o preconceito racial, porém, ainda assim, muitas pessoas aprenderam a esquivar-se das punições por meio do racismo silencioso, que, por vezes, apenas quem sofre e/ou sofreu consegue sentir.

Iraci e Sovik (2004) apresentam o que pode ser considerado discriminação racial por meio da *Convenção Internacional para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial da ONU*. Nesse evento, ficou acordado que poderá ser considerado discriminação por raça:

> qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública. (IRACI; SOVIK, 2004, p. 20)

Mesmo com essas classificações da discriminação racial apresentada pela Convenção Internacional, muitos são os casos ocorrentes na nossa sociedade, que se enquadram perfeitamente nesse contexto discriminatório. E, quase sempre, são deixados de lado, apenas se passando como um mal-entendido, entre o discriminado e o discriminador.

Neste sentido, Eurico (2020) aponta que

> O tratamento autoritário e racista com que o Estado brasileiro trata as questões relativas à população negra na contemporaneidade está atrelado ao projeto societário em curso e guarda profunda relação com o lugar de “inferioridade” a que a população negra vem sendo submetida desde o período colonial. A organização das relações de trabalho a partir do poder da branquitude reserva às (aos) negras (os) funções consideradas mais “simples” por acreditarem que existe uma incompatibilidade entre “ser negro” e ter capacidade de exercer atividades que demandam certo grau de desenvolvimento intelectual,

> reproduzindo a lógica da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (EURICO, 2020, p. 71).

Dialogando um pouco com Eurico (2020) e refletindo na canção “A carne” gravada por Elza Soares, comecei a perceber o quanto que o negro é usado para fortalecer o poder do Estado. Pois, até os dias de hoje, o negro é visto como força no trabalho “bruto”, ocupando cargos que exigem trabalho de força física, enquanto a branquitude ocupa os cargos de origem “complexas” ou intelectual, visto que, desse modo, esse sistema segregador continuará mantido ao longo de muitos anos, sem tempo para ser modificado.

Vale ressaltar que “quanto mais escura a cor da pele mais as ofertas de trabalho são precarizadas e desprotegidas, cujas remunerações não permitem, sequer, a manutenção dos mínimos sociais.” (EURICO, 2020, p. 71). Essa observação contribui para perceber que os trabalhos desenvolvidos por uma boa parte da população negra são, ainda, os que os nossos antepassados escravizados já desenvolviam. Ou seja, a população negra sofre com o reflexo do passado.

Dentro dessa perspectiva, cabe perguntar se a morte de inúmeros jovens negros no Brasil não desperta estranhamento na maioria da sociedade? Ou, reformulando melhor a questão: por que o índice de mortalidade dos jovens negros é ignorado? Para responder a estas indagações, faz-se necessário compreender que por tempo o negro foi considerado marginal. E, por isso, logo desde a infância as crianças negras aprendem que precisam ter cuidado ao adentrarem em determinados lugares, pois somos julgados pela nossa cor e estereótipos o tempo todo.

Quantas vezes, em lojas e supermercados, as pessoas negras são vigiadas e/ou seguidas por funcionários, às vezes, veladamente e em outras vezes explicitamente? É comum assistir nos noticiários pessoas negras serem agredidas em supermercados ou lojas, por serem confrontadas como suspeitas de roubo por seguranças. Agora, imagina num confronto policial em que a tensão se faz presente? Não precisa nem dizer o que acontece. Os meios de comunicação trazem com frequência o resultado deste embate. Mais um, dois, três... negros mortos em confronto policial!

Sobre esse assunto, Robson Pereira da Silva e Lays da Cruz Capelozi concebem que

> A soberania do Estado se encontra em sua capacidade de deixar morrer e, até mesmo, de matar. Historicamente, a população negra é alvo de necropolíticas, especialmente, sustentadas pelo acontecimento de práticas coloniais de escravidão, empreendidas em quatro séculos na

> constituição do Brasil que, especificadamente, articula uma interrelação entre raça, classe e gênero (SILVA; CAPELOZI, 2022, p. 101).

Ao concordar com Silva (2022), percebo o quanto é omissa a postura do Estado, diante de inúmeras mortes de pessoas negras. Pois, se o Estado é soberano para deixar morrer ou matar essa população, ele poderia pelo menos buscar formas de ouvir o povo negro, que é a maioria da população brasileira, a fim de repensar algumas políticas públicas que apenas servem para amedrontar e inferiorizar o negro.

É preciso ouvir a população negra, que há tempos vive sem voz e sem vez. E, quando chegam em espaços de fala, na maioria das vezes, são silenciados por vozes que afirmam que o racismo no Brasil foi extinto na abolição, e que negros e brancos vivem harmonicamente em todos os espaços. Mas, não desejam enxergar a violência escancarada que os negros sofrem diariamente na sociedade.

Reafirmando o exposto acima, o site Agência Brasil divulgou a informação da "Rede de Observatórios de Segurança" que "pelo menos cinco pessoas negras foram mortas por dia em ações policiais, em 2021, nos estados monitorados pela Rede de Observatórios em Segurança pública".

Diante desses dados, a Agência Brasil faz a seguinte ressalva:

> Levando em consideração somente os casos com informação racial, nota-se que o percentual de negros mortos pela polícia é muito maior que a presença de negros na composição populacional em todos os estados monitorados. [...] Segundo ela, o estado que registrou no período avaliado o maior número absoluto de vítimas foi o Rio de Janeiro, com 1.060 pessoas negras mortas. Já a maior proporção de negros entre os mortos foi anotada na Bahia: 98%. (Publicado em 17/11/2022 – 17h49min. Por Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil – Rio de Janeiro)

Estas informações demonstram o quanto os negros podem ter um julgamento imediato, e serem condenados à morte, mesmo não sendo permitida a pena de morte no Brasil.

O abate da população negra não resume apenas a mortes em operações policiais. Os números de feminicídios no Brasil têm aumentado assustadoramente nos últimos anos, e consequentemente a maioria das vítimas são mulheres negras. De acordo com a reportagem intitulada "Sete em cada 10 feminicídios no Brasil são de mulheres negras", publicada por Bianca Gomes, no jornal "O GLOBO", do dia 22 de novembro de 2022,

> As mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no Brasil: elas representam 67% dos casos notificados em 2020 [...] mostram dados levantados pelo Instituto Igarapé e obtidos com exclusividade pelo GLOBO. As mulheres brancas correspondem a 29,5% dos feminicídios e as indígenas, 1%. (O GLOBO)

Lamentavelmente, o racismo estrutural contribui para que estes dados sempre estejam em elevação, posto que as mulheres negras estão na base da pirâmide social e econômica. E, na maioria das vezes, suportam diversas violências por medo de um maior desamparo social para elas e os filhos. Além disso, a pesquisa forneceu vários dados sobre o feminicídio das mulheres negras. Sendo que um destes dados é apontado pela pesquisadora, que faz a afirmação que "uma vez sofrida a violência, mulheres negras também não recebem o mesmo suporte" que as mulheres brancas.

É a partir destes e outros dados que se torna fundamental observar por meio da literatura o processo de construção histórico e cultural da população negra na sociedade ao longo dos anos. Pois, dialogando com Bonfanti e Gomes (2018), notei que a não exposição das questões de gêneros e raciais contribuem com a invisibilidade ou negação das violências físicas e psicológicas, que acabam com a vida de muitas mulheres na atualidade, principalmente das mulheres negras.

Certo é que os casos de racismo ganharam notoriedade nos últimos anos, devido à quantidade exorbitante de mortes de pessoas negras e aos números grandiosos de povos negros que vivem em situações de desvantagem social. Segundo a pesquisa intitulada "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), as pessoas pretas e pardas são 56% da população brasileira e têm os piores indicadores de renda, moradia, escolaridade, serviços etc.

Esses dados não são tão atuais. Sendo assim, essas porcentagens podem ser bem maiores. As violências e as negações de direitos para a população negra têm relações diretas com o fato de que algumas pessoas não se conformam com as diferenças raciais, sociais, culturais e religiosas no mundo.

Nesse contexto e com essas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, percebi que durante muitos anos as pessoas negras vêm sofrendo com o racismo estrutural, pois são tratadas como inferiores para obtenção de direitos e supercobradas para a efetivação de deveres.

Para Fanon (1968), as regras da colonização modificam totalmente as estruturas do colonizado, visto que são tiradas destes as suas verdades e os seus bens. Além disso, introduz um novo ritmo no ser, ou seja, modifica-o completamente. Concordando com

Fanon (1968), torna-se explícito que o modo como as pessoas negras foram e continuam, ainda hoje, sendo tratadas faz com que muitos aceitem como verdade essa inferiorização racial.

Gonzales e Hasenbalg ressaltam que

> Por sua vez, o escamoteamento do registro histórico e a invisibilidade do negro relacionam-se com o processo de construção de sua identidade. Nesse ponto é necessário distinguir duas identidades. A primeira, de caráter público e oficial, deriva das concepções formuladas por Gilberto Freyre na década de 1930. Nesse caso a identidade do negro está balizada pelos parâmetros de uma democracia racial: o negro é um brasileiro como qualquer outro e, como tal, não está sujeito a preconceitos e discriminações. A segunda identidade corresponde ao plano privado e incorpora duas dimensões. Uma delas, em nível mais consciente e deliberado, traduz aquilo que, à boca pequena e em conversa entre brancos constitui o repertório de ditados populares carregados de imagens negativos sobre o negro. A outra, em plano mais inconsciente, corresponde à estereotipação dos papéis e lugares do negro. Nessa dimensão o negro é representado ora como trabalhador braçal, não qualificado, ora como aquele que ascendeu socialmente pelos canais de mobilidade considerados legítimos para o negro. Este último grupo é assim definido por Lélia Gonzales: "As imagens mais positivas vistas das pessoas negras são aquelas que representam os papéis sociais atribuídos pelo sistema: cantor e/ou compositor popular, jogador de futebol e 'mulata'. Em todas essas imagens há um elemento em comum: a pessoa negra é *um objeto de divertimento".* (GONZALES; HASENBALG, 2022, p. 126 – 127)

Analisando os fatos e as concepções de Gonzales e Hasenbalg (2022), percebo que essas desigualdades são decorrentes de fatores estruturais, revelando um reflexo histórico de relações de poder desigual entre os brancos e os não brancos, que se constituíram ao longo dos anos. Vale enfatizar que muitas pessoas acreditam que o racismo está acabando ou não existe mais, e é aí que se encontra um dos maiores erros de análise, pois, às vezes, o racismo acontece de forma silenciosa com olhares de desconfiança, palavras depreciativas ou negações de direitos, colaborando para que muitas pessoas passem a acreditar que essas posturas sejam algo inofensivo, efetivando a naturalização de tais comportamentos.

Ao reportarmos a um trecho do artigo "Ser negro no Brasil hoje", publicado na Folha de S. Paulo, em 07 de maio de 2000, pelo geógrafo Milton Santos, ver-se-á que: "ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta". Logo, pensar o discurso de Santos é

demonstrar consciência de que o racismo estrutural há tempos está evidente no nosso país. E, por isso, ao longo da história, ocasionou diversas desvantagens à população negra no âmbito educacional, político, econômico, jurídico e social.

Conforme Silva e Capelozi (2022, p.119), é preciso considerar que "o agenciamento da necropolítica, a política de gerenciamento da morte, que tem o racismo como dispositivo regulador entre os atos de deixar viver ou morrer, o que corrobora na produção do mito da sorte e do azar social". Estes atos podem ser pensados a partir dos trabalhos ofertados, dos tratamentos de saúde, das abordagens policiais, da falta de amparo aos filhos das vítimas de feminicídios, entre outras ações discriminatórias que a população negra enfrenta repetidamente.

3.1- Ser professora, negra e quilombola: reflexões necessárias

Hoje em dia, as pessoas passaram a acompanhar algumas lutas dos povos quilombolas por meio das redes de comunicações, porém, essas lutas já vêm de longas datas. Ser negro no Brasil sempre foi um desafio muito grande, por causas estruturais, culturais, religiosas e sociais. E, partindo desses fatores torna-se de extrema relevância versar sobre como são tratados e vistos os quilombolas.

Imagine um grupo de pessoas que ao resistir a opressão de seus opressores fugiram para matas fechadas, onde começaram a viver em condições desafiadoras, entre o medo de serem descobertos, os enfrentamentos dos perigos de um espaço selvagem, enfermidades, saudades de seus familiares, entre tantas dificuldades que jamais conseguirei listar. Mas, a maioria dos escravos sabiam que estar escravizados era morrer de uma forma lenta e dolorosa todos os dias. Por isso, alguns buscaram resistir, mesmo que para isso tivessem que pagar com a própria vida.

Todavia, muitos negros conseguiram se refugiar nesses espaços de resistência, que com o tempo recebeu o nome de quilombo. Com a abolição da escravatura, a população negra ganhou a 'liberdade', porém, não adquiriram condições que possibilitariam a sobrevivência em condições humanas. Desse modo, muitos buscaram ficar nos espaços urbanos e outros foram ao encontro dos grupos refugiados nos quilombos.

Neste sentido, com o "fim da escravidão" no nosso país, muitos acreditaram que o sofrimento dos negros havia terminado, porém não quiseram enxergar que o problema não estava de fato acabado, mas apenas sendo modificado. Claro que não ser escravizado era um sonho de todos os escravos. Mas, a maior libertação, de fato, estava a ser dos

escravizadores que sentiam que estavam quites com a dívida da escravidão. E, os ex-escravos continuaram desprovidos de direitos num país, onde por séculos o peso da escravidão foi (continua sendo) carregado nas costas da população negra.

Atualmente, diversas comunidades quilombolas seguem a enfrentar uma batalha territorial. Seus espaços estão sendo ocupados por pessoas que negam a esses grupos o seu direito de posse. E, por esses e outros motivos o número de remanescentes quilombolas assassinados tem aumentado. Ademais, nesses espaços as condições de vida, na maioria das vezes, são precárias, visto que políticas públicas para esses grupos estão a ser, recentemente, pensadas.

Neste contexto, posso falar com um pouco de propriedade, porque a muito tempo tenho presenciado a luta da minha comunidade quilombola. O que eu estou afirmando aqui é que eu sou remanescente quilombola do "Quilombo Abolição", que está localizado no município de Santo Antônio do Leverger, município de Mato Grosso. E, estamos a enfrentar uma batalha para readquirir o direito a posse de nossas terras, que estão sendo tomadas por pessoas que nos impedem de visitar até mesmo o cemitério, onde estão os nossos antepassados.

Pensar nessa situação, enquanto quilombolas é refletir que mais uma vez estamos a ferro, como concebeu o filosofo suíço Jean Jacques Rosseau ao afirmar que o ser humano nasce livre, mas vive acorrentado.

Esta visão de Rosseau encaixa-se perfeitamente a nós, pois crescemos reprimidos em ver a nossa história sendo contada na ótica de pessoas que só traziam em livros didáticos figuras que faziam com que as crianças negras enxergassem apenas os nossos antepassados sendo torturados, recebendo chicotadas e, por fim, mostravam que nós tínhamos uma dívida enorme com a princesa bondosa que concedeu a libertação para um povo, que os livros de história esqueceu de nos relatar que antes era livre em sua terra, possuía familiares, cultura, religião e língua própria, ou seja, vida.

O rapto de um povo traz grandes prejuízos em todas as áreas, principalmente na esfera cultural. Esta afirmação é confirmada por Furtado, Pedroza e Alves (2014), pois para elas:

> A cultura é o que nos faz e nos torna o que somos ao crescermos em um determinado ambiente. Trata-se da forma autêntica e local de cada povo se constituir e resistir à força globalizante que busca homogeneizar as diferenças. [...] A cultura deve ser compreendida como campo simbólico, por possibilitar aos sujeitos uma complexa rede de relações sociais capaz de significações por meio de símbolos, signos, práticas e valores (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014, P. 107).

Neste viés cultural, não poderia jamais deixar de aproveitar esse espaço para falar como é ser uma professora-negra-quilombola. Visto que ser professora e/ou professor antes de qualquer concepção para essa nobre profissão é ter em mente que é um desafio diário. Pois, toda e qualquer profissão que tem como missão: *aprender educando e educar aprendendo*, pode-se afirmar que não é tarefa fácil.

No entanto, ser professora-negra-quilombola torna-se mais desafiador no exercício desta profissão. Ser uma profissional negra é ter que provar todos os dias que somos profissionais tão capazes quanto os outros. Não há tanto tempo que pessoas negras passaram a ocupar espaços educacionais como educadores. No tocante a ser quilombola, é evidente que carregamos conosco o legado de resistência, companheirismo, luta e determinação.

Neste sentido a tríade é forte, porque ser professora é acreditar no futuro, ser negra é olhar para o passado e perceber que somos frutos do sofrimento e luta, ser quilombola é ser resistência diante de grandes desafios. E, na junção dessas três palavras – resistência, companheirismo e luta – que me representa aqui: professora-negra-quilombola é acreditar na capacidade de cada criança/estudante e no poder transformador da educação.

Refletindo sobre esta ótica, acredito que um (a) profissional que trabalha com a visão de que a educação precisa ser transformadora, deve se valer do pensamento de Paulo Freire, pois quando a educação não transforma, o sonho do oprimido é ser o opressor. Mas, nós quilombolas aprendemos com os nossos antepassados que por mais dolorosa que a nossa luta tenha sido, temos que resistir não para oprimir os outros, mas para conseguirmos ser reconhecidos como cidadãos de direitos também, a fim de que, mesmo a ter ciência que os nossos ancestrais não alcançaram o direito de viver com dignidade, nós podemos conquistar outros patamares de vida e fazer valer cada sofrimento que eles passaram.

Pensar sobre as lutas e os desafios dos nossos ancestrais contribui para percebermos *a falta de óleo de peroba na cara* de muitas pessoas que fazem questão de afirmar que os quilombolas querem se beneficiar de sofrimentos que há séculos deixaram de existir. Mas, os próprios acusadores continuam usufruindo de benefícios que há séculos os antepassados deles gozavam. E, a nossa luta não é para eles perderem os direitos que eles já têm, mas para que os nossos também sejam alcançados.

Lélia Gonzales (2022, p. 114) concebe a seguinte visão: “as práticas discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se entre si de

maneira regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os “lugares apropriados” (sic) para as pessoas de cor”. Concordando com esta concepção, observo que muitas pessoas brancas se sentem desconfortadas nos espaços que outrora eram apenas brancos, e agora está a colorir-se com a presença de negros e indígenas.

Posto isto, analiso que se a população negra urbanizada sofre com olhares enviesados, até os dias de hoje, nos quilombolas não somos se quer enxergados, ou seja, somos ignorados. Nossas lutas são vistas como ilegítimas e nossas histórias, o tempo todo, alguns tentam desconstruir. Mas, em nossas veias correm o sangue daqueles que resistiram, preferindo sofrer com a incerteza de vida a viver morrendo cada dia aos poucos nas mãos dos opressores.

3.2 - Um pouco sobre a minha comunidade quilombola...

Meus Bisavós e avós viveram no Quilombo Abolição. Por isso que todas às vezes que eu estou naquele espaço, imagino a enorme caminhada que eles tiveram que enfrentar para chegar até aquelas terras e, principalmente, o sofrimento que tiveram para sobreviver naquele espaço. Mas, com certeza, acreditavam que nós, os sucessores deles, gozaríamos do espaço e da história que eles deixariam como herança para nós. Todavia, infelizmente, ainda não sabemos quando poderemos ter o nosso direito de posse validado. Espero que seja breve!

Ser quilombola é ser resistência em meio a muitas pessoas pertencentes a uma sociedade capitalista e racista que olha para os quilombos como um local de ajuntamento de negros desocupados. Mas, isso ocorre porque, infelizmente, os laços familiares, culturais e territoriais não são tidos como fatores importantes para algumas pessoas da sociedade atual, que só visam lucros.

Porém, para nós quilombolas, a nossa história e a nossa luta e daqueles que lutaram antes de nós, não tem preço, porém tem valor afetivo que só aqueles que colocam os pés e o coração nesse espaço de resistência reconhece. Por estes e outros fatores, o decreto 4887/2003 contribuiu com o reconhecimento dos remanescentes das comunidades quilombolas. E, no artigo 5º deste decreto consta que:

> Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o

> INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste decreto. (Art. 5º, Brasil, 2003).

Nós quilombolas fomos contemplados pela legislação, por intermédio da lei 4887/2003, passando a ser amparados por órgãos federais que passaram a desempenhar a função de reconhecimento das comunidades quilombolas, a fim de que a nossa identidade cultural fosse preservada.

No meu tempo escolar, ouvir falar de quilombo nas aulas de história contribuía para que os estudantes, que não tinham conhecimento sobre a nossa existência, acreditassem que esse espaço não existia mais, ou seja, só havia sido formado no período da escravidão.

Neste sentido, torna-se fundamental destacar o artigo "Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras (2022), de Luciana Alves, Daniel Teixeira, Winnie Nascimento dos Santos, enfatiza a importância da Lei n° 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Além disso, os estudiosos ressaltam a necessidade de formação continuada para que os professores possam melhor atuar na educação infantil e nos primeiros ciclos do ensino fundamental com o desenvolvimento de temáticas raciais no ambiente escolar.

A Lei nº 10.639/2003 é conhecida por todos os professores brasileiros. No entanto, existe certa resistência por parte de muitos profissionais para cumprir a lei. Visto que para muitos fazendo apenas alguma atividade no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, já está bom demais.

Neste contexto, quando cobro o cumprimento da lei, sendo eu uma professora-negra-quilombola, percebo que há uma falta de vontade por parte de muitos docentes em trabalhar a história e a cultura africana na escola, principalmente na educação infantil. Ultimamente, embora de maneira bastante tímida e relutante, a formação continuada tem abordado algumas temáticas raciais nas formações e consequentemente aos poucos elas tem aparecido nas práticas educativas.

Recordo-me bem que num momento de formação, foi levantada a possibilidade de trabalhar a Lei nº 10.639/2003 no dia da Consciência Negra. E, algumas docentes partiram da ideia de construir painéis com desenhos xerocopiadas de mulheres negras

com colagens de macarrão parafuso no lugar dos cabelos. Confesso que eu fiquei perplexa em pensar no impacto que seria para uma criança negra aquela representação do seu cabelo. Ou seja, "quem olhará pela menina negra que odiará seu cabelo por causa das piadas?" (Ribeiro, 2018, p. 31).

Então, propus a ideia de montarmos painel com diversas personalidades negras reais. Pois, assim seria uma forma de representação real. Além disso, pedi que tomassem cuidado com os desenhos ofertados na internet para trabalhar o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Porque na maioria das imagens o negro é representado em situações vexatórias de castigos ou sendo humilhados por brancos.

Ao refletir sobre como a Lei nº 10.639/2003 está sendo trabalhada nas escolas, contribui com a percepção de que em muitas vezes, esta abordagem pode ser uma grande difusora do racismo na instituição de ensino. Por isso, precisamos pensar e promover práticas antirracista. Se analisarmos uma criança observando uma imagem onde um negro está sendo chicoteado, obviamente que a criança negra não vai se sentir representada por aquele que apanha. Talvez até não deseje ser quem agride o negro, mas a aceitação da sua origem pode ser prejudicada.

Ao realizar esta análise, recorri ao artigo: "Não é nenê, ela é preta": Educação Infantil e pensamento interseccional", de Flávio Santiago (2020). Esse autor afirma que ao explorar as intersecções entre as relações étnico-racial e gênero, em um espaço de educação infantil, ele constatou que algumas crianças, em muitos momentos, reproduzem as hierarquias com base patriarcal e racista.

Este artigo traz o relato de que algumas crianças da unidade observada possuía a ideia de que uma bebê negra não era um ser humano por causa da cor. Esta atitude relatada por Santiago (2020) vem ao encontro com as representações que as crianças têm nos espaços aos quais elas frequentam. Daí a importância de brinquedos, materiais didáticos e brincadeiras que trabalham a temática racial.

Ainda, nesta conjetura a dissertação "Racismo e a produção de estereótipos: Impactos na subjetividade da criança negra no Brasil", de Caroline Damazio da Silva (2016), ressalta que o racismo permanece como um potente atravessador na produção de subjetividade do povo brasileiro. Além disso, a pesquisadora aborda os impactos do uso de estereótipos na subjetividade de crianças negras.

Pois, segundo Silva (2016), desde a infância são poucos os referenciais positivos que elas encontram para identificação. Uma vez que a televisão, cinemas, livros infantis, entre outros meios de representação, quando figura uma pessoa negra, fazem referências

as pessoas de classe baixa, sem grandes perspectivas, geralmente, assumindo papéis secundários ou terciários.

Refletindo sobre todos os desafios presentes na educação, em especial as relações étnico-racial, percebo o quanto precisamos avançar. E, por isso, tento me fortalecer ao relembrar que os meus ancestrais não desistiram de lutar pelo direito à liberdade.

3.3- Leis de Cota: Quando se conquista o direito, os defensores da supremacia branca querem inferiorizar

Ao versar um pouco sobre o negro e a sociedade, percebi que havia um assunto que se encontra em grandes níveis de debates que é justamente, as leis de cota. E, infelizmente, muitas pessoas têm se manifestado nas redes sociais para tentar enfraquecer esta luta por direitos que aos poucos tem contribuído para que espaços, que antes eram ocupados apenas pela branquitude, começassem a receber pessoas negras e indígenas também.

Neste contexto, muitos inconformados com está possibilidade de a negritude adentrarem em espaços e cargos que pareciam distantes de ser ocupados por nós negros começaram a criar estratégias para combater o direito dos negros a concorrer uma vaga pelas cotas.

Para bell hooks (2019, p. 250) os "sistemas de dominação, imperialismo, colonialismo e racismo coagem ativamente as pessoas negras a internalizarem percepções negativas da negritude, a se auto-odiarem". Concordando com a autora, percebo que uma das estratégias dos contrários as cotas e, maldosamente, fazer com que os negros passem a acreditar que concorrer uma vaga pelas cotas é aceitar que os negros não possuem capacidade intelectual para competirem com os brancos. Todavia, "cota não diz respeito a capacidade, porque isso sabemos que temos; cota diz respeito a oportunidade. É isso que nos falta" (RIBEIRO, 2018, p. 73).

Felizmente, com o passar dos anos nós negros fomos compreendendo as diversas injustiças a que estivemos impostos, desde a escravidão dos nossos antepassados. Além disso, sempre contaram a história dos negros apenas na ótica dos próprios brancos. E, todos estes episódios contribuíram para que por muito tempo vivêssemos coagidos e silenciados a negar o sofrimento e os descasos, os quais éramos submetidos. Neste contexto, bell hooks traz uma enorme contribuição, pois para ela:

> Por mais fantástico que possa parecer, pessoas brancas racistas acham fácil imaginar que pessoas negras não podem vê-las se, dentro de seu desejo, não querem ser vistos pelos Outros de pele escura. Uma marca da opressão era as pessoas negras serem obrigadas a assumir um manto de invisibilidade, a apagar todos os traços de sua subjetividade durante a escravidão e ao longo dos anos (HOOKS, 2019, p. 252).

A escritora bell hooks chama a nossa atenção, a fim de que possamos compreender que a supremacia branca, na maioria das vezes, tenta controlar o que os negros podem ver, observar, pensar. E, quando estes racistas não conseguem manter o controle sobre alguns corpos negros, eles tentam trabalhar no psicológico de alguns tentam fazer a negritude acreditar que estão a receber "esmolas" porque são incapazes de competir por igual com a branquitude.

Convém ressaltar que nas redes sociais há pessoas brancas e negras contrárias a Lei de Cotas. Pois, não acreditam na dívida que o nosso país possui com os negros. Talvez, por pensarem que a abolição aconteceu há séculos e os escravizados já morreram e por não existir mais pessoas deste período da história brasileira a dívida foi quitada. Porém, este discurso tem perdido força na medida em que percebemos que histórias de sofrimento, humilhação e abusos ainda são recorrentes na vida de muitos negros desde a primeira infância.

Ademais, "algumas pessoas pensam que ser racista é somente matar, destratar com gravidade uma pessoa negra. Racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele" (RIBEIRO, 2018, p. 39). Posto isto, temos ciência das violências psicológicas que crianças, estudantes e demais pessoas negras enfrentam nos espaços sociais, principalmente, nos espaços escolares como venho abordando nesta dissertação com o apoio da literatura, das minhas memórias e narrativas autobiográficas: sofremos racismo pela cor de nossas peles, por causa de nossos cabelos e principalmente por fazermos parte da estatística brasileira, a qual aponta que a população que possui a renda mais baixa é composta por pretos e pardos, ou seja, são vítimas do racismo estrutural.

Ainda, apoiando-me em bell hooks (2019, p. 252) percebo que "essas relações de olhar foram reforçadas conforme os brancos cultivaram a prática de negar a subjetividade dos negros (para melhor desumanizar e oprimir), relegando-os ao domínio do invisível". Ao desconsiderarem a história dos negros no nosso país, muitas pessoas desumanizam e oprimem os negros que conseguem com muita persistência e luta ocupar cursos e concursos por meio das cotas raciais, tentando deslegitimar o merecimento dos cotistas

por não terem a humanidade de compreender que a população negra possui capacidade, mas infelizmente não possuíram as mesmas condições que outros concorrentes tiveram.

Por possuir conhecimento de que muitas pessoas enfatizam que há brancos pobres também e que as cotas deveriam ser consideradas apenas por quesito social, rebato a dizer que para estes há cotas também. E, além disso, os brancos dificilmente são deixados de lado nas instituições escolares ou, raramente, são tidos como incapazes para aprender. E, só para relembrar possuem representatividade de lugares de prestígio social, ou seja, o oposto é aplicado a nós negros.

Neste viés, Ribeiro explica que

> É comum algumas pessoas não entenderem por que afirmamos que os contrários às cotas raciais são racistas. Há quem pense que racismo diz respeito somente a ofensas e injúrias, sem perceber que vai muito mais além: consiste em um sistema de opressão que privilegia um grupo racial em detrimento de outro. Após os quase quatro séculos de escravidão no Brasil, em que a população negra trabalhou para enriquecer a branca, incentivou-se a vinda de imigrantes europeus para cá. Tiveram acesso a trabalho remunerado, e muitos deles inclusive receberam terras do Estado brasileiro — o que não deixa de ser uma ação afirmativa. Se hoje a maioria de seus descendentes desfruta de uma realidade confortável, é graças a essa ajuda inicial. Em contrapartida, para a população negra não se criou mecanismos de inclusão. Das senzalas fomos para as favelas. Se hoje a maioria da população negra é pobre é por conta dessa herança escravocrata. É necessário conhecer a história deste país para entender por que certas medidas, como ações afirmativas, são justas e necessárias. Elas devem existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta com a população negra (RIBEIRO, 2018, p. 72).

Conjeturando com Ribeiro percebo que outro fator importante, que merece atenção é o fato de lutarmos também para conseguirmos uma educação de qualidade, em que todos os estudantes possam ser acolhidos e ensinados sem sofrerem preconceitos ou julgamentos. E, que nós negros não sejamos abandonados no meio do caminho, mas que os responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem possam compreender e garantir um ensino de qualidade, pois de acordo com o **Art. 205** da Constituição Federal de 1988, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Recentemente foi aprovada a **Lei** 14.723, de 2023, que determina que os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de **cotas**, que são 50% do total,

apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência. Esta lei, na minha concepção, contribui na garantia de direito dos cotistas serem justiçados na medida em que eles poderão passar nas vagas de ampla concorrência e permitir que mais pessoas pertencentes aos grupos de cotas alcancem a oportunidade de cursarem um curso superior.

Neste contexto, muitos questionadores que tentam constranger os negros, afirmando que os negros são incapazes de concorrer nas vagas de ampla concorrência, vejam que eles também estarão presentes nas vagas amplas. Além disso, muitos que se sentiam acuados em concorrer uma vaga pelas cotas, por causa das inúmeras afirmações de que os negros não seriam merecedores dos espaços ocupados por causa da forma de ingresso, terão mais apoio para usufruir de seus direitos adquiridos.

Ao pensar sobre este assunto, recordo-me da obra cinematográfica intitulada *Raça: A Luta Pela Igualdade*, que é uma cinebiografia do atleta Jesse Owens, escrita por Joe Shrapnel e Anna Waterhouse, tendo como diretor Stephen Hopkins. Este filme retrata a luta de um jovem negro ao tentar concorrer com outros atletas brancos. No decorrer da trama, quando está para ser decidida a ida do atleta para as Olimpíadas na Alemanha, em um momento de crise, um representante dos negros vai até a casa da família de Jesse Owens. E, pede para que o jovem desista de competir, alegando que este seria submetido a inúmeras humilhações. Durante a conversa entre o representante, o atleta Jesse Owens e a família dele, o pai do jovem faz uma declaração sobre os negros, que se encaixa, infelizmente, ainda nos dias de hoje. Ele falou que se o filho, sendo negro, não for a competição não seria sequer lembrado ou notado. Mas, se o jovem fosse e voltasse com a mala cheia de medalhas, ele seria odiado.

Seguindo a lógica do pai de Jesse Owens, Gonzales e Hansebalg (2022) enfatizam que

> Essa visão negativa do negro começa a ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. Dessa forma, as práticas discriminatórias, a tendência a evitar situações discriminatórias e violência simbólica exercida contra o negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os "lugares apropriados" para as pessoas de cor. (GONZALES; HASENBALG, 2022, p. 113 – 114)

Neste viés, percebemos que quando o negro está em um local como qualquer outro, ele não é notado, às vezes, por alguns, nem é considerado como humano. No

entanto, quando ele alcança determinadas conquistas e vitórias eles são odiados por aqueles que acreditam na supremacia branca. Pois, muitos ocupantes do espaço tentam ilegitimar o direito de os negros ocuparem o mesmo ambiente que eles. E, muito mais cruel ainda, quando esses concluem o que desejava fazer, muitas pessoas da sociedade tentam afirmar que estes só conseguiram porque foram ajudados ou seja, procuram de toda forma tirar o mérito dos negros, ante ao sucesso.

Gonzales e Hasenbalg (2022) afirmam que:

> Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidade sociais a que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social e individual. Suas possibilidades de escapar as limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas (GONZALES; HASENBALG, 2022, p. 121 – 122).

Essas desigualdades expostas por Gonzales e Hasenbalg podem ser percebidas pelas pessoas negras e não negras. Visto que as condições financeiras da maioria da população negra são baixas e as oportunidades são menores ainda. Isto é algo adverso. Porque se pararmos para analisar que mais da metade da população brasileira é formada por pessoas negras, poderíamos acreditar que muitas políticas públicas poderiam ser criadas para modificar este cenário de desigualdade no nosso país.

Porém, "[...]o papel da raça na geração de desigualdades sociais e negado, noutro o preconceito (racial) é reduzido a um fenômeno de classe, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista" (GONZALES; HASENBALG, 2022, p. 109 – 110). E, desta forma o mito da democracia racial tem se fortalecido, conseguindo fazer com que pessoas negras e brancas, por vezes, ajuízem e/ou exprobrem aqueles que utilizam as cotas para alcançar uma oportunidade de continuar os estudos.

Para bell hooks (2019),

> Contar as nossas histórias é o que possibilita a autorrecuperação política. Na sociedade contemporânea, pessoas brancas e negras acreditam, de forma semelhante, que o racismo não existe mais. Esse apagamento, embora mítico, dispersa a representação da branquitude na imaginação negra como aterrorizante. Isso possibilita a assimilação e o esquecimento. A ansiedade com que a sociedade contemporânea descarta o racismo, substituindo o reconhecimento dele por evocações

> do pluralismo e diversidade que marcaram ainda mais a realidade, é uma reação ao terror. Isso também se tornou uma forma de perpetuar o terror concedendo-lhe um disfarce, um esconderijo. Pessoas negras ainda sentem o terror, ainda o associam à branquitude, mas raramente são capazes de articular as várias formas como somos aterrorizados porque é fácil silenciar diante de acusações de racismo reverso ou de insinuações de que as pessoas negras que falam sobre como se sentem aterrorizadas pelos brancos estão simplesmente evocando a vitimização para exigir tratamento especial (HOOKS, 2019, p. 262).

Dialogando com bell hooks e Lélia Gonzales, certifico que o mito da democracia racial tem camuflado o racismo, chegando até mesmo a fazer com que muitas pessoas negras também deixem de acreditar na existência do racismo no nosso país. Sobre este assunto, Gonzales e Hasenbalg (2022) contribui afirmando que o destaque dado na aceitação cultural do colonizador português e no avanço da mistura racial brasileira contribuíram para construção do mito da democracia racial. Todavia, esta formulação disfarça o preconceito e a discriminação racial, fazendo com que muitas pessoas acreditem que negros e brancos possuem as mesmas oportunidades econômicas e sociais.

Cynthia Greive Veiga ressalta que

> Nesse contexto, a produção da condição de superioridade ou de subalternidade esteve condicionada às origens étnico racial e de classe, expressando as novas relações de poder da modernidade. O acesso à propriedade e à riqueza pela população branca colonizadora, independente dos meios usados para obtê-las, tornou-se fonte de prestígio e poder, contudo, para que isso ocorresse, foi necessário o extermínio ou exclusão de outros grupos, de modo a conseguir a posse de seus bens. Os grupos excluídos, pessoas indígenas, negras e sem posses, tornaram-se alvo de estigmas desqualificadores por parte dos grupos estabelecidos, como um dos instrumentos de perpetuação do poder (VEIGA, 2019, p. 787).

Isto posto, evidencia-se que a afirmação de que brancos e negros possuem a mesmas oportunidades não se sustenta, pois, conforme Veiga, esta estrutura desigual continua a ser mantida por meio de ascendências étnico-racial e de classe. Visto que para continuar mantendo privilégios, muitos brancos utilizaram diversas formas de excluir os negros, sendo que a principal forma de fazer isso era desqualificando o povo negro por meio de estigmas que desfavorecessem as pessoas negras.

Além disto,

> Cotas raciais são necessárias porque este país possui uma dívida histórica para com a população negra. Dizer-se antirracista e ser contra

> as cotas é, no mínimo, uma contradição cognitiva e, no máximo, racismo. Ou se lida com isso, ou se repensa e questiona os próprios privilégios. Fazer-se de vítima é reclamar de exclusões que nunca se sofreu (RIBEIRO, 2018, p. 75).

E, ainda, neste viés, é possível afirmar com Ribeiro (2018) que a ilegitimação do direito de cotas para negros, por parte de muitos da sociedade, pode se relacionar com esta estratégia para a manutenção de perpetuamento de privilégios. Muitas pessoas, inclusive negras, não aceitam as cotas e, ainda, acreditam por meio dos discursos estigmatizantes de que os negros que usam cotas são pessoas sem capacidade intelectual. "A recusa é a fase em que muitos brasileiros ainda se encontram, porque não admitem o privilégio de ser branco em uma sociedade na qual o racismo estrutural está fortemente sedimentado" (NCPI, 2021, p. 52). E, desta maneira, conseguem fazer com que muitas pessoas negras creiam neste discurso e esqueçam que muitas oportunidades para conseguir a equidade para competir sem as cotas estão longe de serem adquiridas.

Por estas e outras questões creio que a Lei de Cotas precisa ser mantida e assegurada, pois é preciso ter a oferta dessas vagas, a fim de que muitos negros consigam ocupar os espaços que por muito tempo eram almejados e, infelizmente, por tantas injustiças sociais fizeram com que só recentemente alguns lugares, considerados privilegiados, começassem a serem ocupados por pessoas negras, servindo de representatividade para muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos negros.

3.4 – Do cabelo ao apelo: algumas possibilidades de práticas antirracistas no espaço escolar

Em uma sociedade racista, torna-se imprescindível exercer práticas antirracistas em todos os espaços, principalmente, nos espaços educativos, onde existe diversidades humanas. Neste sentido, a escritora Bárbara Carine Soares Pinheiro, conhecida nas redes sociais como "intelectual diferentona", concebe que "[...] a escola, enquanto complexo que compõe uma sociedade, que é um complexo de complexos, precisa assumir o compromisso emancipatório de educar os sujeitos tendo como plano teleológico uma sociedade justa e equânime" (2023, p. 23).

Ademais, Pinheiro (2023, p. 25) afirma que "nessa perspectiva da educação formal, todas as pessoas que estão no interior de uma escola são educadoras, portanto todas precisam ser formadas". Ao concordar com a afirmação da autora, percebo que

todas as pessoas que empenham funções nas instituições de ensino, necessitam de formações que possam contribuir para que estes profissionais adquiram conhecimentos sobre as relações étnico-raciais e adotem práticas de combate ao racismo no espaço escolar.

E, as pessoas que devem atuar em um espaço educativo antirracista precisam ser "uma pessoa consciente de si dentro do sistema de opressão que estruturam a nossa sociedade. [...] aquele sujeito que, em uma sociedade estruturalmente racista, compreende que não há como fugir psicologicamente desse mal social se não destruirmos o racismo em suas bases" (PINHEIRO, 2023, p. 145). De acordo com Pinheiro, não surte efeito os (as) professores (as) trabalharem incansavelmente a valorização da beleza negra, se ao passar pelo portão, por exemplo, o (a) vigilante comentar que o cabelo da criança negra não viu pente naquele dia. Por este comentário e tantos outros fica evidente a importância da ampla formação de todas as pessoas que atuam nos espaços educativos.

Para Nilma Lino Gomes (2008, p. 330),

> O cabelo, um dos sinais diacríticos que faz parte da diversidade do gênero humano, foi capturado pela cultura e, a partir daí, passou a receber diferentes significados e sentidos diversos. No contexto da África pré-colonial, ele era visto pelas diversas etnias como símbolo de status, de realeza e de poder. No contexto da invasão colonial e da escravidão, passa a ser visto como marca de inferioridade racial, como uma entre as muitas justificativas para se manter o racismo e o mito da inferioridade do negro.

Compreendendo a visão de Gomes e tendo como referencial o meu cabelo e minhas memórias, reconheço que uma das formas de ataque dos (as) racistas, com intuito de inferiorizar a população negra, apoia-se na depreciação dos nossos traços capilares. Isto posto, a falta de representatividade dos povos negros na mídia e nos espaços privilegiados colaboraram para que os cabelos afros, ao longo do tempo, fossem menosprezados por muitas pessoas, inclusive negras, pois não viam beleza nos cabelos crespos, porque estavam condicionados a apreciar apenas os cabelos lisos apresentados na mídia, nas revistas de beleza, nos livros de histórias infantis, entre outros espaços de divulgação de imagens.

Ainda, neste sentido, convém ressaltar que alguns personagens de histórias infantis negros são representados de forma pejorativa em apresentações teatrais, onde o negro/preto, por exemplo, é representado nos trajes dos vilões ou nos cenários de tristeza e maldição. Daí a importância, de uma estratégia de mudança postural e/ou antirracista,

em que a criança negra possa se ver representada por personagens de rainhas, reis, príncipes, princesas, heroínas, heróis, escritores, médicos, professores, entre tantos outros personagens de prestígio social.

Chega de deboche com a cara do povo negro no Brasil, pois ser visto nos filmes, novelas, quadrinhos, livros de histórias, como bandidos, escravos, mendigos, presidiários, vilões, entre tantas outras representações de desprestígio social, apenas contribui para a desmotivação das crianças, adolescentes e até mesmo adultos negros, que podem acreditar, infelizmente, no ditado popular de que "o preto não tem vez". Fazendo com que esses desacreditem da educação e em si mesmos. Além disso, "seria difícil encontrar o adjetivo adequado para nomear essa odiosa forma de opressão" (SOUZA, 2021, p. 43-44).

Sobre esta desmotivação da maioria das pessoas negras construídas nos espaços sociais, Souza (2021, p. 43), enfatiza que por estas representações desfavoráveis, "nascem, então, a dor e a tentativa de forçar o espelho a reproduzir a imagem branca desejada ou, em caso de impossibilidade, a se opacificar, deixando de refletir a imagem negra desprezada".

Cogitando sobre esta dolorosa realidade, que pode estar a ocorrer em diversos espaços educacionais, percebo que é preciso ofertar formações sobre as relações étnico-raciais e as representações sociais favoráveis no espaço escolar aos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem, visto que essas pessoas necessitam compreender que a "violência racista pode submeter o sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa perplexos" (SOUZA, 2021, p. 43).

No artigo intitulado "Alisando o nosso cabelo" a escritora bell hooks (2005) aponta que o costume do alisamento dos cabelos negros vem de um contexto social e político em que o estilo representa a imitação da aparência do grupo branco dominante, indicando, na visão dela, um racismo interiorizado, podendo ser somado com uma baixa autoestima.

Neste viés, é possível afirmar que a valorização dos fenótipos negros, desde a primeira infância, colabora com o respeito, a valorização e a aceitação por parte das crianças negras e brancas, podendo os cabelos e penteados afros tornarem-se modelos de desejo para as crianças brancas. Pensando nisso, os cantinhos de beleza nas unidades de educação infantil são muito relevantes, pois elevam a autoestima e a interação das crianças, fazendo com que elas desde bem pequenas convivam e apreciem as belezas diversas.

Refletindo sobre a valorização dos cabelos afros, percebo o quanto as palavras precisam ser pensadas nos espaços educativos. Porque, muita das vezes a família procura trabalhar a autoestima das crianças negras, pois esses responsáveis, na maioria das vezes tem consciência da importância da aceitação em ser negro para que seus filhos/pupilos consigam viver bem, mesmo estando em uma sociedade, na qual a supremacia branca reverbera.

E, assim, muitas vezes a criança negra sai de casa com os cabelos soltos, sentindo-se bela e livre. E, infelizmente, ao chegar à escola, para em frente a sala de aula esperando que o/a professor (a) ou alguém elogie a sua beleza ou o cabelo que está solto, mas o que escuta na maioria das vezes é: "Hoje, você veio com o cabelo todo bagunçado", "Vamos prender este cabelo antes que fica armado" ou "Não pentearam seu cabelo hoje?", entre tantas formas de frustrar ou humilhar a criança negra. Sobre este assunto, Eurico (2021, p. 161), assegura que "além do racismo institucional, identificamos práticas racistas individuais, cujos agentes têm consciência da dor que elas provocam".

Numa perspectiva antirracista, (PINHEIRO, 2023, p. 59) ressalta que as "crianças que estão sendo formadas precisam se nutrir do que elas efetivamente são e não do que não são, mas que disseram acerca delas como mecanismo de controle social. Não precisamos dizer para elas "o seu cabelo não é feio"; nós simplesmente afirmamos: "O seu cabelo é lindo!". Porque afirmando o que elas são e possuem, com certeza, a pessoa estará contribuindo para que esta criança aceite e valorize as características dela.

Refletindo e concordando com Pinheiro (2023), percebo que

> É muito comum, dentro de um trabalho pedagógico em sala de aula, pautarmos uma prática voltada à educação para as relações étnico-raciais (ERER) e os professores e as professoras instantaneamente associarem tal ação ao falar de pessoas indígenas ou de gente negra. Esses profissionais dificilmente pensam em dar uma aula ou preparar uma sequência didática sobre branquitude. Não pensam em abordar, por exemplo, a história da ciência apresentando os maiores nomes de cientistas conhecidos no ocidente problematizando o fato de serem todos homens brancos e explicando que isso não é por conta de algum atributo genético de genialidade reservado a eles, mas sim fruto de uma construção social racista e patriarcal que os privilegia (p. 35).

Nesta conjetura, evidencia o quanto uma aula partindo deste ponto tende a ser mais educativa, pois possibilitará aos/às estudantes refletirem sobre o que é uma construção social racista e patriarcal, bem como, os prejuízos que este tipo de construção pode acarretar. Além disso, ao fazer este tipo de abordagem, o educador e a educadora

conseguirão aguçar nos alunos e nas alunas o desejo de conhecer os nomes e as histórias de intelectuais negras e negros também. Porque “a representatividade é tão importante: onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta” (SOARES, 2023, p. 19).

É bem verdade que os momentos de diálogo na escola são fundamentais e seria bastante interessante que rodas de leitura fossem trabalhadas em sala, a fim de formar um momento descontraído, no qual enquanto um lê os outros ouçam e reflitam sobre o assunto abordado e, posteriormente, dialoguem sobre o assunto. Para realizar esta prática as professoras e os professores precisam atentar-se a textos que abordem as relações étnico-raciais, pautadas em respeito e valorização a população negra. Abrindo esse espaço de diálogo, conforme Vitor Henrique Paro (2014), os educadores democráticos e as educadoras democráticas conseguirão alcançar a concordância livre dos(as) alunos (as) com o poder-fazer que será estabelecido neste espaço educativo.

Sobre este assunto, Paro (2014) assevera que

> A beleza da educação está precisamente em que o educador é tanto mais importante, tanto mais educador, quanto mais ele for meio para propiciar o fim educativo. É pela mediação da educação que as crianças aprendem. E elas aprendem se nós levamos em conta esse objetivo na hora de ensinar (p. 91).

Concordando com essa visão de Paro, acredito que o educador e a educadora precisam compreender a importância da mediação no processo educativo, principalmente, nos assuntos que abordam as relações étnico-raciais, que necessitam da mediação de um educador consciente dos valores e atitudes de uma educação antirracista, a fim de que, nestes momentos, o respeito seja mantido e assim o diálogo seja educativo e transformador.

Numa perspectiva antirracista, Pinheiro (2023) apresenta uma metodologia em que se trabalha a valorização dos povos africanos, optando por “falar do poder do nosso povo, do nosso pioneirismo, das nossas produções” (p. 108). Já que a criança, assim como os adultos, a maioria das pessoas tende a se inspirar e/ou desejar algo ou alguém que é valorizado, conseguiriam – com essa estratégia – sentir orgulho de fazer parte de um povo que possui e produz cultura e grandes conhecimentos. Dessa forma, “as crianças se formam por uma perspectiva de reforço positivo, e não pela negação do que a sociedade racista afirma acerca de nós” (p.108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar até aqui, constatei que a identidade, de fato, é construída e mantida pela sociedade por meio de seus diversos sistemas, como família, escola e religião, dentre outras estruturas. Porém, como eu parti de minhas memórias e vivências refletindo sobre elas, eu também pude ressignificar todo esse material existencial, pois a vida é dinâmica. Por isso, acredito que podemos (re)pensar com sensibilidade e força sobre ações de combate ao racismo no espaço escolar, bem como na construção da identidade de nossas crianças negras na escola.

Percebi que a literatura contribui e muito para abordar diversas questões de representação de uma forma socialmente reconhecida do que é humano ou, por construções histórico-sociais, do que é considerado por muitos como não-humano, visto que há tempos os negros foram considerados como inferiores em relação aos brancos, por muitas pessoas da sociedade, mas, ao longo de alguns anos, essa imagem estava a ser, de certa forma, maquiada pelo silenciamento das questões étnico-raciais em espaços sociais. Mas silenciamento não significa contentamento e, muito menos, ausência de sofrimento. Assim, o micro conto do caso do negrinho inserido na novela “O burrinho pedrês”, de Guimarães Rosa, serviu de mote para que eu começasse a desfiar uma série de reflexões a partir das memórias em diálogo com os autores que convidei para este texto.

Por essa razão, as memórias e as narrativas autobiográficas são de suma importância para possibilitar o levantamento de diversas situações que a população negra sofre hodiernamente. Assim, compreendi que, por intermédio da literatura, das memórias e da visita às experiências vividas, muitas questões relativas ao racismo puderam ser abordadas, gerando reflexões que poderão auxiliar àqueles que tiverem acesso a este texto, a transformar ou modificar pensamentos e atitudes racistas, nas escolas, decorrentes de uma vivência de longo tempo sob a ótica do eurocentrismo.

Nesse viés, esta dissertação pode constituir-se como um itinerário de formação, pode nos educar, pode contribuir para a reflexão sobre o vivido por muitas crianças e alunos. E, assim, proporcionar aos professores e demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem, que precisam de suporte teórico para compreender e atuar com ações educativas e de respeito com as crianças e estudantes negros, a fim de que cada indivíduo possa perceber a necessidade de abandonar práticas racistas. E ofertar uma educação que combata o racismo, desde a primeira infância. Defendo, aqui nesta dissertação também,

que o compartilhar das memórias é um caminho para o início de uma reflexão de combate ao racismo.

Pensar nessas experiências vivenciadas por mim e pelo ‘negrinho’ do conto é de certo modo reconhecer que as pessoas negras foram vistas por muito tempo como simples objetos, ou seja, não percebidas como humanas por muitas pessoas da sociedade. Neste sentido, espero que os leitores reflitam sobre esses olhares centenários e como eles modulam os comportamentos da sociedade em relação aos negros, especialmente, da criança negra.

A partir dessas e outras postulações, tornou-se necessária a abordagem, por meio da literatura, da memória e das narrativas autobiográficas, do processo de construção histórico da existência da criança negra nas instituições escolares ao longo dos anos. Evidentemente, discutir o racismo por intermédio das obras literárias e das memórias constitui-se numa tarefa educativa de grande relevância, pois possibilitam abrir um leque de discussões sobre o racismo sofrido por muitas crianças no âmbito escolar. Em contraponto, a não exposição dessas questões étnico-raciais contribui com a invisibilidade, o silenciamento ou negação das violências físicas e psicológicas na infância, que deixaram inúmeras marcas na vida de muitas pessoas negras na contemporaneidade.

Ademais, a literatura – de ficção e a acadêmico-teórica – possibilita apontamentos que servem como denúncias das preconcepções que algumas pessoas da sociedade atribuem aos negros. Originando, desse modo vários estigmas desqualificadores. E, ao utilizar da literatura pode-se desconstruir estes estigmas ainda na educação infantil, a fim de que com o passar dos anos, as crianças negras e brancas consigam combater a ideia de supremacia branca.

No entanto, é preciso que os envolvidos no processo ensino-aprendizagem consigam, se for o caso, reconhecer-se como racista, pois só por meio do reconhecimento é que posturas racistas poderão ser percebidas e combatidas por aqueles que desejam ser educadores antirracistas. Para tanto, os (as) professores (as) necessitam demonstrar afetividade pelas crianças e/ou pelos estudantes de modo geral, buscando sempre formações que possam contribuir com as práticas antirracistas no espaço escolar.

É preciso saber elogiar com sinceridade a criança/estudante negra. Por exemplo: Quando uma criança vai a instituição escolar com seus cabelos soltos, nunca deve falar que o cabelo está bagunçado. Pois, palavras que parecem simples pode gerar grandes traumas para a vida toda. Além disso, quando for fazer teatros, devem ter o bom senso de

inserir as crianças negras em papéis principais também, pois isto contribui para que as outras crianças negras se sintam representadas por elas. Hoje já temos um bom número de produções literárias que colocam a criança negra como protagonista, então pode-se partir dessas obras para valorizar as crianças negras e suas culturas.

Em face de tais postulações, defendo que as discussões sobre racismo são necessárias e fundamentais nos dias de hoje, visto que alguns discursos atuais buscam efetivar a ideia de que não existem tratamentos diferenciados em relação à cor/raça por parte da sociedade. Desse modo, as questões étnico-raciais expostas na literatura, a partir das narrativas, permitem diversos discursos históricos e sociais, que podem levantar questões proeminentes sobre inúmeras circunstâncias traumatizantes que muitas pessoas negras enfrentaram e, ainda, enfrentam na atualidade. É preciso romper com esse círculo vicioso.

Descobri durante o tempo de pesquisa que, infelizmente, quando o racismo não mata, ele adoece a vítima. Por isso, é fundamental falar sobre o racismo nos espaços institucionais, desacreditar, indagar e problematizar o mito da democracia racial e tornar-se um educador antirracista, modificando e/ou abandonando práticas discriminatórias inaugurando práticas solidárias no cotidiano escolar e da vida como um todo. E, adquirindo posturas de combate à supremacia branca. Poderão dizer que isso é uma utopia, porém é preciso começar, com passos firmes, dia a dia, onde podemos atuar, ali podemos inaugurar um novo modo de ser. Compreendo, também, que é preciso representatividade política, por isso é preciso participar de grupos e coletivos de militância, fazendo valer os princípios antirracistas.

Revelo que voltar no tempo das memórias contribuiu para que eu percebesse quais feridas adquiridas pelo racismo que eu sofri estavam cicatrizadas e quais ainda estavam abertas, necessitando de cuidados. Percebi que o eu criança, ainda pedia por socorro e ainda encharcava de sentidas lágrimas o meu ser, assim como o personagem ‘negrinho’. Visto que o racismo impede que a criança vítima dele vivencie a fase de infância de forma plena, aceitando-se como é: bela, com sua beleza única. Com esta dissertação pude dar vazão às dores represadas desde a minha infância, ou seja, ao escrever sobre as tantas experiências dolorosas pelas quais passei eu também refleti sobre o vivido e assim pude transformar essas dores em atitudes de uma educadora antirracista. Essa é a minha contribuição à educação.

Em relação as comunidades quilombolas, torna-se evidente que precisam criar mais políticas públicas que contemplem os remanescentes quilombolas, a fim de que o

direito dos povos quilombolas sejam garantidos, para que nós quilombolas possamos manter o nosso vínculo familiar, cultural e territorial com dignidade.

Para tanto, é preciso continuar ofertando cotas e demais subsídios para que a população negra em geral, consiga ocupar espaços de valorização, servindo como exemplo de representatividade e inspiração para as crianças negras e demais negros da nossa sociedade. Ademais, as ações afirmativas empreendidas no Brasil a partir da Lei 10.639/03 não conseguiram ainda reparar os prejuízos da escravidão, pois, para tanto, teriam que distribuir terras, indenizações e tantos outros elementos que poderiam contribuir com a população negra no nosso país. Mas, a oferta das vagas de cotas contribui para o reconhecimento de que se a população negra não tivesse sido a tanto tempo invisibilizada, hoje teríamos mais condições de competir com equidade com os demais.

Nessas considerações, não poderia deixar de relatar que nós negros somos pessoas capazes como qualquer outra. Não podemos aceitar que as pessoas que acreditam na supremacia branca ditem onde devemos estar, pois nós precisamos unir as nossas forças e lutar para conseguirmos uma educação antirracista. Porque o combate ao racismo precisa acontecer, desde a mais tenra idade, evitando traumas e marcas que podem causar efeitos devastadores se as vítimas do racismo forem negligenciadas.

Concluo acreditando que ser um (a) professor (a) e/ou uma pessoa antirracista vai além de uma sala de aula, visto que a verdadeira ação de educar não carece de ser exercida apenas nos espaços educativos, podemos atuar em todos os espaços, nos quais existem relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria. Helena. Menna. Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **Revista História da Educação**, *[S. l.]*, v. 7, n. 14, p. 79–95, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30223. Acesso em: 09 fev. 2024.

ALMEIDA, Rogério de. **O Criador de mitos**: imaginário e educação em Fernando Pessoa. São Paulo: Educ, 2011.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376 jan.-jun. 2006.

CARDOSO Cancionila Janzkovski; WILLMS, Elni Elisa; COSSENTI, Márcia; JESUS, Roseli Batista de. (0rgs.) **Formação de professores, políticas educacionais em Rondonópolis/MT**. Uberlândia Navegando Publicações, 2021. Disponível:https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_2dff867ac2cb46e9a07d22052f8d2d80.pdf . Acesso: 10/01/2024.

BONFANTI, Ana Letícia. Gomes, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? **Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 105-121, mai-out, 2018.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da literatura Brasileira**. 35ª ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER. Judith. Introdução. In__. *Quadros de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, pp. 13-55.

CAMPOS, Humberto de. Memórias e Memórias inacabadas. São Luís: Instituto Geia, 2009. Disponível: https://www.portalentretextos.com.br/files/online_books/memorias_e_memoria_inacabadas_humberto_de_campos.pdf. Acessado: 16/11/2023.

CANDIDO, Antonio. "**O direito à literatura**". In: Vários escritos. São Paulo: Duas cidades; Ouro sobre azul, 1995.

Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. **Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância** [livro eletrônico] / Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. -- São Paulo: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2021. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf Acesso em: 21/10/2023.

Cora Coralina. **Vintém de cobre**: Meias confissões de Aninha. São Paulo: Global Editora, 1997. Nota: Trecho do poema Ofertas de Aninha (Aos moços). Disponível: https://www.revistaprosaversoearte.com/eu-sou-aquela-mulher-a-quem-o-tempo-muito-ensinou-cora-coralina/ acesso: abril de 2023.

DOMINGOS, José Contreras. Relatos de Experiencia, em Busca de um Saber Pedagógico. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, Salvador, v. 01, n. 01, p. 14-30, jan/abr. 2016. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/2518 Acesso: 10.fev 2024.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968.

FERREIRA-SANTOS, Marcos e ALMEIDA, Rogério de. **Antropolíticas e educação**. São Paulo: FEUPS, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FURTADO, Marcella. Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. **Cultura, Identidade e Subjetividade Quilombola:** Uma leitura a partir da psicologia cultural. Psicologia & Sociedade. 26(1), 106-115.

GOMES, Nilma, Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Lélia Gonzales, Carlos Hasenbalg. 1ª ed.− Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP &A. 1999. 5 ed. ou reimpressão.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Alisando nossos cabelos**, Revista Gazeta de Cuba. Unión de escritores y Artista de Cuba, 2005. Disponível: https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/ Acesso: 15/03/2023.

IRACI, Nilza.; SOVIK, Liv. **Diálogos contra o racismo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas** (Ibase), dez. 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achillè. **Crítica da razão negra**. Editora n. 1 edições, 2018.

MENESES, Adelia Bezerra de. **Paixão e Poesia**: o Cântico dos Cânticos e os Gregos em Contraponto com Textos Contemporâneos. Cotia, São Paulo. Ateliê Editorial, 2022.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**: Seis ensaios sobre racismo e literatura / Toni Morrison; tradução Fernanda Abreu. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**: ensaios, discursos e reflexões. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Tradução de: LEAL, Odorico. Título original: The source of self-regard: selected essays, speeches and meditations.

Negros são a maioria de mortos em ações policiais. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-11/negros-sao-maioria-dos-mortos-em-acoes-policiais Acesso: 28/07/2023.

NÓVOA, Antonio. Prefácio. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (org.). **História e Histórias de Vida – destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense**. Porto Alegre: EDIPUC RS, 2001. p. 7-12. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30223. Acesso: 05/02/2024.

NUNES, Míghian Danae Ferreira; CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. As crianças negras vistas pela sociologia da infância no Brasil: uma revisão de literatura. **Saber & Educar**, [S.l.], n. 21, p. 86-97, dez. 2016. ISSN 1647-2144. Disponível em: <http://revistaold.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/231/228>. Acesso em: 06 Fev. 2024. doi:http://dx.doi.org/10.17346/se.vol21.231.

OLIVEIRA, Patrícia Alves Santos. **Infância, gênero, religião e educação:** entre as memórias da menina e as concepções da mulher educadora. EdUFMT, 2020.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. **Introdução à sociologia**. 25ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Antunes Medeiros de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**. 2016; (33):111-125.

PASSOS, Luciene Teodoro das Chagas. Antes que o tempo apague: Memórias da minha alfabetização. In: CARDOSO Cancionila Janzkovski; WILLMS, Elni Elisa; COSSENTI, Márcia; JESUS, Roseli Batista de. (0rgs.) **Formação de professores, políticas educacionais em Rondonópolis/MT**. Uberlândia Navegando Publicações, 2021. Disponível:https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_2dff867ac2cb46e9a07d22052f8d2d80.pdf . Acesso: 10/01/2024.

PASSOS, Luciene Teodoro das Chagas. O olhar sensível de uma leitora iniciante na Oficina de Leitura Guimarães Rosa. In: WILLMS, Elni Elisa; ALMEIDA, Rogério de; RIAUDEL, Michel. **Travessias: 20 anos da oficina de leitura Guimarães Rosa IEB-USP**. Livro 1 (Travessias). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2023. p.170-
184. Disponível: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1121 . Acesso: 06/12/2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. Pinheiro. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RONDONÓPOLIS. **Política Municipal de Educação Infantil**: construindo caminhos. Secretaria Muhttps://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/nutricao/concepcao-deinfância/62888 municipal de Educação/SEMED/2016. Disponível: Acesso em junho. 2022.

ROSA, João Guimarães, **Grande Sertão: Veredas**. 1º ed. São Paulo: Companhia de Bolso, (p.276).

ROSA, João Guimarães, **Sagarana**. [Ed. Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, (p. 27-79).

SALTINI, Cláudio João Paulo. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro. DPA, 1997.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

SANTOS, Milton. **Como é ser negro no Brasil**. Disponível:

https://jornalggn.com.br/direitos/como-e-ser-negro-no-brasil-por-milton-santos. Acesso: 20/11/2022.

Sete em cada 10 feminicídios no Brasil são de mulheres negras. Disponível: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/11/mulheres-negras-sao-vitimas-de-quase-7-em-cada-10-feminicios-no-brasil.ghtml Acesso: 31/07/2023.

SILVA, Caroline Damazio da, **Racismo e a produção de estereótipos: Impactos na subjetividade da criança negra no Brasil.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, p. 1-35, 2016.

SILVA, Maria Solange Rocha da. Representação de professoras e escrita autobiográfica. (In) **Narrativas (auto)biográficas**: educação, pesquisas e reflexões /organizadoras, Amada de Cássia Campos Reis, Ednardo Gonzaga Monteiro Monti, Maria do Amparo Borges Ferro. – Teresina: EDUFPI, 2019. Disponível: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Narrativas_autobiogr%C3%A1ficas_educa%C3%A7%C3%A3o_pesquisas_e_reflex%C3%B5es2120200214090927.pdf. Acesso: 03/01/2024.

SILVA, Robson Pereira da; CAPELOZI, Lays da Cruz. "Não ponha o dedo na nossa ferida": denúncia do mito do azar e da sorte social, da humilhação e das precariedades, no filme "Divina Previdência" (1983), de Sérgio Bianchi. In: **Cinema negro**: uma revisão crítica das linguagens. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2022. Disponível: www.livros.abertos.sibi.usp.brportaldelivrosUSP/catalog/book/946. Acesso em março. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STRAUSS, Claude Levi**. Pensamento Selvagem**. 2. ed. São Paulo: S.A, 1989.

Trabalho infantil negro é maior até hoje por herança da escravidão no Brasil. Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens/trabalho-infantil-negro-e-maior-por-heranca-da-escravidao/ Acesso em: 03/02/2024.

VANDELIR, Camilo. **Necromemória**: reflexões sobre um conceito. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, v. 13, p. 1-28, 2021.

VEIGA, Cynthia Greive. **Infância subalterna**: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). **Perspectiva**, *[S. l.]*, v. 37, n. 3, p. 767–790, 2019. DOI: 10.5007/2175-795X.2019.e53978. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e53978. Acesso em: 3 fev. 2024.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da monarquia à República**. São Paulo: UNESP, 1999.

WILLMS, EIni Elisa. (2020). Educação de Sensibilidade: a maestria dos saberes tradicionais. **Revista da Faculdade de Educação**, 33 (1), 177 - 207

https://doi.org/10.30681/21787476.2020.33.177207.